

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS III
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO MESTRADO
MULTIDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO, CULTURA E TERRITÓRIOS
SEMIÁRIDOS – PPGESA**

ÉRICA DAIANE DA COSTA SILVA

**CARRAPICHO:
EXPERIÊNCIAS DE EDUCOMUNICAÇÃO COM ADOLESCENTES E
JOVENS DO VALE DO SALITRE**

**JUAZEIRO – BA
2019**



ÉRICA DAIANE DA COSTA SILVA

**CARRAPICHO:
EXPERIÊNCIAS DE EDUCOMUNICAÇÃO COM ADOLESCENTES E JOVENS DO
VALE DO SALITRE**

Dissertação apresentada ao Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Campus III, para obtenção do Título de Mestre em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos.

Linha de Pesquisa: Letramento e Comunicação Intercultural

Orientador: Prof. Dr. João José de Santana Borges

JUAZEIRO-BA
2019

S586

Silva, Érica Daiane da Costa

Carrapicho: experiências de educomunicação com adolescentes e jovens do vale do Salitre. /. Érica Daiane da Costa Silva. – 2019.

149 fl.: Il.

Orientador: Prof. Dr. João José de Santana Borges

Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA, Campus III. Juazeiro-BA: 2019.

Inclui Referências.

1. Educomunicação. 2. Juventude. 3. Salitre. 4. Educação contextualizada ao Semiárido. I. Borges, João José de Santana. II. Universidade do Estado da Bahia. III. Departamento de Ciências Humanas. IV. Título.

CDD 370.19

FOLHA DE APROVAÇÃO
"CARRAPICHO: EDUCOMUNICAÇÃO COM ADOLESCENTES E JOVENS DO VALE DO
SALITRE - JUAZEIRO/BA"

ÉRICA DAIANE DA COSTA SILVA

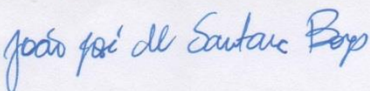
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA, em 07 de março de 2019, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, conforme avaliação da Banca Examinadora:

Professor Dr. JOÃO JOSÉ DE SANTANA BORGES (Orientador)

Universidade: Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Doutorado em: Ciências Sociais

Universidade: Universidade Federal da Bahia – UFBA

Assinatura: 

Professora Dr.^a GISLENE MOREIRA GOMES (Examinadora Interna)

Universidade: Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Doutorado em: Ciências Sociais

Universidade: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO

Assinatura: 

Professor Dr. ISMAR DE OLIVEIRA SOARES (Examinador Externo)

Universidade: Universidade de São Paulo - USP

Doutorado em: Ciências da Comunicação

Universidade: Universidade de São Paulo - USP

Assinatura: 

Dedico este trabalho a todos e todas crianças, adolescentes e jovens que ajudam a construir as utopias de um mundo melhor, pois acredito que, como diz Eduardo Galeano, são as utopias que nos fazem caminhar. É esse esperar que me levaram e levam todos os dias muitos/as jovens no Salitre, no Brasil e no mundo a contrariarem o jargão de que a juventude não quer nada. Viva as juventudes!

AGRADECIMENTOS

A Deus, porque acredito que há uma força maior que nos guia, nos protege e à todas as representações onde deposito minha fé, as quais, independente de religião, sempre recorro para pedir e agradecer.

A minha família pelo apoio de sempre, em especial a minha mãe, que mantém uma torcida firme e constante pelo meu crescimento profissional, me ajudando com ações e orações.

As minhas amigas, amigos e ao meu companheiro, que sempre me incentivam e acreditam junto comigo nos meus sonhos e anseios.

Ao Irapaa pela possibilidade de vivenciar tantos aprendizados na gigantesca Escola de Convivência com o Semiárido na qual a instituição se transformou ao longo de seus quase 30 anos de atuação, trazendo consigo inclusive a defesa da Comunicação como direito humano e sendo um diferencial na vida de qualquer profissional que por ali tenha o privilégio de passar. Além disso, pela oportunidade de trabalhar meio período, o que permitiu dedicar-me ao mestrado.

Aos adolescentes e jovens do Carrapicho, por terem abraçado esse projeto e sempre me fazerem encher os olhos de lágrimas ao ver que a semente que plantei em 2010, ao concluir a graduação, germinou e tem dado coloridas flores e saudáveis, saborosos e valiosos frutos.

As comunidades e lideranças do Salitre por sempre me acolherem, apoiarem e hoje reconhecerem a importância deste trabalho com a juventude, dando assim toda contribuição possível para o fortalecimento da atuação do Carrapicho.

A Escola Municipal Manoel Nunes Amorim, onde estudei, estagiei e desenvolvi essa pesquisa e onde sou carinhosamente sempre recebida. Meu agradecimento especialmente à gestora Eurides Lima (Dinha), que há muitos anos se doa diariamente por esta escola.

Aos companheiros e companheiras de profissão, que são também militantes, que assim como eu apostam na educomunicação, que contribuem com a

democratização da comunicação através de suas ações diárias no jornalismo ou nas formações com públicos diversos. Aqui destaco minha gratidão pelas experiências vividas principalmente junto com Karine Pereira, Gisele Ramos, Álvaro Luiz e Raimundo Fábio, amigas/os com as/os quais compartilhamos sonhos no Eixo Comunicação do Irapaa.

Ao meu orientador João José, um ser de muita luz, calma e muita competência. Sou grata também aos membros da banca que ao emitirem seus pareceres no processo de qualificação compartilharam comigo proposições que só ajudaram a tornar mais robusto e dar credibilidade a este trabalho. Em tempo, registro o quanto me senti lisonjeada ao ler os elogios de duas pessoas que tenho como referências neste campo de pesquisa.

As professoras Ceres Santos, que nos apresentou a educomunicação ainda na graduação, área pela qual me apaixonei, e à professora Gislene Moreira (Gil), que também chegou no DCH e garantiu a continuidade dessa discussão, trazendo dos movimentos sociais boa parte da sua bagagem. Estendo a homenagem a todos e todas docentes que levam para dentro da Universidade a bandeira da democratização da comunicação e igualdade de direitos. Foi inspirada em vocês que desenvolvi também outra paixão: a docência.

As meninas e meninos da turma do Programa, com as/os quais compartilhei muitas das minhas vivências nos movimentos sociais e comunidades, assim como muitas das visões de Semiárido discutidas no Irapaa. Além disso, por todas as dicas socializadas no nosso grupo do WhatsApp, especialmente no período de produção desta dissertação e que foram sempre muito úteis para quem não tem saco de acessar constantemente o manual (risos).

Aos docentes, militantes dos movimentos sociais, defensores/as da Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido, que lutaram para que este programa de pós-graduação se tornasse realidade e viesse a permitir estudarmos sem sair tão longe de nossas casas, problematizando algo tão rico e complexo como os territórios semiáridos, esse aqui onde minhas raízes estão fincadas.

Gratidão!

RESUMO

A partir de vivências acadêmicas e nos movimentos sociais, passei a acreditar na educomunicação como estratégia de formação de sujeitos, o que me levou a provocar a criação do Carrapicho Virtual, uma experiência com adolescentes e jovens no Vale do Salitre, interior de Juazeiro (BA). A partir da pesquisa-ação e da pesquisa participante, me embasando também em conceitos como a etnografia e etnopesquisa formação, me lancei ao desafio de investigar como a educomunicação pode promover a formação crítica-ativa da juventude no ambiente formal e não formal. Para isso, além de pesquisar a própria experiência, realizei uma intervenção na Escola Municipal Manoel Nunes Amorim, ao tempo em que defendi a indissociabilidade entre a educação contextualizada e a educomunicação. Todo percurso permitiu reafirmar a educomunicação como caminho estratégico na formação de sujeitos protagonistas de uma cidadania ativa, bem como apresentar contribuições que possam embasar a construção de possíveis ações voltadas para esse campo-prático teórico no âmbito do poder público municipal.

Palavras-chaves: Educomunicação; Juventude; Salitre; Educação Contextualizada ao Semiárido

RESUMEN

A partir de vivencias académicas y en los movimientos sociales, pasé a creer en la educomunicación como estrategia de formación de sujetos, lo que me llevó a provocar la creación del Carrapicho Virtual, una experiencia con adolescentes y jóvenes en el Valle del Salitre, interior de Juazeiro (BA)). A partir de la investigación-acción y de la investigación participante, basándome también en conceptos como la etnografía y etnopesquisa formación, me lancé al desafío de investigar cómo la educomunicación puede promover la formación crítica-activa de la juventud en el ambiente formal y no formal. Para ello, además de investigar la propia experiencia, realicé una intervención en la Escuela Municipal Manoel Nunes Amorim, al tiempo que defendí la indisociabilidad entre la educación contextualizada y la educomunicación. Todo itinerario permitió reafirmar la educomunicación como camino estratégico en la formación de sujetos protagonistas de una ciudadanía activa, así como presentar contribuciones que puedan basar la construcción de posibles acciones dirigidas a ese campo práctico teórico en el ámbito del poder público municipal.

Palabras claves: Educomunicación; Juventud; Salitre; Educación Contextualizada al Semiárido

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Carrapicho (primeira versão impressa).....	85
Fotografia 2 – Oficina do Projeto Carrapicho Virtual (Edital Outra Parada/BrazilFoundation).....	86
Fotografia 3 – Reunião embaixo da árvore para dividir o caminho para tod@s.....	87
Fotografia 4 – Leitura de Cordéis sobre diversidade.....	88
Fotografia 5 - Divulgação do Cinema Popular.....	89
Fotografia 6 – Montagem de equipamentos para sessão de Cinema Popular.....	90
Fotografia 7 – Manuela fazendo abertura do Reis de Boi em Alfavaca.....	93
Fotografia 8 – Participação do Carrapicho no XX Intercom Nordeste.....	94
Fotografia 9 – Estande do Carrapicho na I Feira.....	95
Fotografia 10 – Transmissão ao vivo durante II Feira (Entrevista com Tiano Félix - Secretário de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Pecuária de Juazeiro)....	96
Fotografia 11 – Gravação de matéria em comunidade do Salitre.....	98
Fotografia 12 – Vitor em gravação de documentário do Projeto Jovens Comunicadores durante visita a FCG.....	101
Fotografia 13 - Produção de vídeo sobre cerca de pedra.....	102
Fotografia 14 – Estande e lojinha do Carrapicho durante II Feira.....	103
Fotografia 15 – Manuela e sua mãe que é uma das apoiadoras do Carrapicho....	105
Fotografia 16 – Registro da terceira oficina.....	107
Fotografia 17 – Análise de cartazes.....	108
Fotografia 18 – Exercício de construção do roteiro de vídeo.....	110
Fotografia 19 – Produção dos desenhos para a HQ.....	111
Fotografia 20 – Orientações técnicas durante visita ao rio.....	112
Fotografia 21 – Estudante fotografando o rio.....	112
Fotografia 22 – Exercício de produção de vídeo.....	113
Fotografia 23 – Mística de Culminância.....	116

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. A ESCOLHA DAS LENTES	24
3. O LUGAR DE FALA	34
3.1 O VALE DO SALITRE	39
3.2 ADOLESCENTES E JOVENS DO SALITRE	46
3.3 A ESCOLA	48
4. COSTURANDO PALAVRAS, TECENDO CONEXÕES.....	52
4.1 INDÚSTRIA CULTURAL, CIDADANIA E EMANCIPAÇÃO	53
4.2 EDUCOMUNICAÇÃO: MAIS QUE A JUNÇÃO DE DUAS PALAVRAS.....	58
4.3 EDUCOMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA: UM OLHAR SOBRE A INDISSOCIABILIDADE	75
5 CARRAPICHO: UMA PLANTA QUE INCOMODA, UMA MÍDIA POPULAR	83
5.1 DE QUEM ESTAMOS FALANDO?	84
5.2 UMA IDEIA, UMA INICIATIVA, UMA EXPERIÊNCIA	88
5.3 ESPINHO TAMBÉM PRECISA DE ADUBO	103
6. UMA TENTATIVA: RELATO DA INTERVENÇÃO NA ESCOLA.....	110
7. APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS: O CARRAPICHO VIRTUAL E A INTERVENÇÃO NA ESCOLA	121
8. CONSIDERAÇÕES ATUAIS	136
9. REFERÊNCIAS.....	140
ANEXO.....	147

1. INTRODUÇÃO

Tudo começou nas disciplinas de Comunicação e Educação I e II, na graduação de Comunicação Social – Jornalismo em Multimeios, nesta Universidade. As discussões em sala e, principalmente, o experimento fora dos muros da Uneb, permitiram a descoberta de uma área que se mostrava como algo essencial à formação de comunicadores/as críticos/as: a educomunicação. Aliás, voltemos um pouco mais. Acredito que esse encantamento só foi possível porque eu já trazia comigo vivências que me faziam enxergar possibilidades de colocar em prática alguns sonhos, a exemplo do jornalzinho “Sementinha Fértil”, cujo projeto escrito à mão em papel ofício eu encontrei dia desses numas caixas onde contém materiais do meu ensino fundamental.

Minha paixão inicial pela educomunicação motivou a escolha do Trabalho de Conclusão de Curso defendido em 2010, no qual escrevi sobre “A Comunicação e as lutas pela Água no Vale do Salitre, em Juazeiro – BA”. Na ocasião, ministrei oficinas para adultos, jovens e crianças de uma comunidade, culminando com a produção conjunta do informativo impresso intitulado Carrapicho, academicamente avaliado como uma rica experiência educacional.

Daí em diante, o olhar e a produção acadêmica seguiram essa linha. Tangida também pelo apego e dedicação à minha região de origem, as barrancas do Rio Salitre – afluente do Rio São Francisco – segui aliando a reflexão e a prática da educomunicação naquele contexto de negação de muitos direitos. Nas férias de 2015, uma média de 15 adolescentes e jovens das comunidades de Alfavaca e Baraúna foram provocados a produzirem a segunda edição do Carrapicho e assim lançamos o informativo durante realização de um Samba de Véio¹ na comunidade de Baraúna.

¹ Tradição cultural no Vale do Salitre que se mantém viva no mês de janeiro. A festa consiste em celebrar a folia de Reis com apresentação do Bumba meu boi e representação de outros animais como Ema, Mula, Bode, a lendária Caipora ou Dona do Mato, entre outras. Após a dança das chamadas figuras, abre-se uma roda de samba ao som de tamboretas de couro e cantigas populares, cujas letras são cantadas por todos e todas.

O contexto da Convergência Midiática, porém, ganhava espaço nas comunidades do Salitre e as/os adolescentes e jovens estavam cada dia mais presentes no ambiente virtual. Este conceito toma por base as reflexões de Jenkins (2010), que apesar de não possuir uma definição única para Convergência Midiática, se debruça sobre a circulação de informações a partir de diversas plataformas. A internet converge hoje diversos outros meios, a exemplo do texto escrito, o vídeo, rádio, fotografia, música, entre outros.

Nesse sentido, Weber, Bentz e Hohlfeldt (2002) consideram que a globalização promovida pela convergência dos meios de comunicação possui um potencial transformador das condições existenciais na vida contemporânea, vide as ressignificações da cultura, modos de relacionamento, produção e representação política, gostos, etc. Isso tudo exige estratégias globais de adaptação à nova realidade, carecendo portanto medidas de ordem política, econômica, social, jurídica, a delimitação entre as esferas públicas e privadas, e inclusive orientando a pesquisa e formas de produção do conhecimento no universo da educação formal.

Observando isso, em 2016 escrevi a proposta do Carrapicho Virtual, uma das 72 iniciativas selecionadas para ganhar o prêmio de Inovação Comunitária *Outra Parada*, da BrasilFoundation. O prêmio, concedido em dinheiro, possibilitou a compra de um projetor e uma caixa de som para realização de sessões de cinema ao ar livre, que chamamos de Cinema Popular, além da realização de oficinas de educomunicação em quatro comunidades: Alfavaca, Baraúna, Goiabeira e Curral Novo (ANEXO).

O Carrapicho Virtual se estabeleceu como uma página no *Facebook*, inicialmente para divulgar a produção dos/das adolescentes e jovens durante essas oficinas, mas já com a intenção de continuidade da experiência. E assim se fez. Após a culminância das atividades, a avaliação de uma parte do público das oficinas foi de que a produção de notícias continuaria sendo feita para alimentar a página. Das quatro comunidades contempladas, Alfavaca e Baraúna manifestaram interesse e compromisso em dar sequência ao projeto. Desde então, uma média de 15 a 18 pessoas, atualmente contando com crianças, adolescentes e jovens, se reúnem mensalmente para discutir pautas e outros temas políticos e assim produzem vídeos com o celular e/ou textos com fotos, os quais são publicados na página. O diálogo

também se dá por meio de grupo de *WhatsApp*, principal instrumento de mobilização dos membros. Numa perspectiva de promoção e fortalecimento da cultura popular local, o grupo também tem experimentado organizar eventos, a exemplo do Reis de Boi e Samba de Véio no mês de janeiro e festejos juninos, retomando algumas tradições das comunidades.

Esta pesquisa, portanto, se propõe a olhar para esta experiência, considerando o uso da educomunicação como instrumento de transformação social, uma vez que possibilita as/os adolescentes e jovens construírem opiniões, posicionamentos e protagonizarem ações que voltam-se para a formação dos/das mesmos/as, passando a compreender, por exemplo, o poder dos meios de comunicação na sociedade. A intenção é comparar a experiência no âmbito da comunidade, envolvendo adolescentes e jovens, com a experiência desenvolvida em uma escola no decorrer da pesquisa.

Conforme veremos no Capítulo *A escolha das lentes*, pesquisar a própria experiência é um desafio para qualquer pesquisador/a, pois, como apresenta o francês Jean-Louis Le Grand, há uma dimensão complexa de implicação na ocasião do confronto entre sujeito parte/implicado no contexto e o devido distanciamento requerido pelas ciências. Nesse sentido, a pesquisa-ação é a referência para este trabalho, tomando como base autores como Michel Thiollent, René Barbier, Edgar Morin e Cecília Peruzzo. O percurso metodológico irá contemplar ainda a etnopesquisa formação, discutida por Roberto Sidnei Macedo, passando também por algumas nuances da pesquisa participante, visto que trata-se de uma experiência da qual a pesquisadora é parte da mesma.

Do ponto de vista teórico, partimos da compreensão de que é possível e necessária a construção dos “ecossistemas comunicativos”, conceito apresentado a partir de estudos de Ismar de Oliveira Soares e Jesus Martín-Barbero, que vem discutindo a Educomunicação no Brasil. Soares (2003) trata da inter-relação entre os dois campos, comunicação e educação, resultando em um novo campo teórico-prático de intervenção social, a educomunicação, colocada pelo autor como “caminho para a cidadania”.

Esse olhar se constrói a partir da percepção do crescimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) nas últimas décadas, com ênfase mais recentemente nas tecnologias digitais, importantes instrumentos de mediação das relações humanas e de construção do conhecimento. No entanto, a escola formal pouco tem aproveitado as possibilidades dessas inovações, havendo uma carência de aprofundar o uso das mesmas no ambiente escolar e assim exige “um repensar da prática pedagógica”. (PFROMM NETTO apud GAIA, 2001, p. 36)

Um exemplo disso pode ser verificado na Escola Manoel Nunes Amorim, no Vale do Salitre, onde vivenciei experiências enquanto estudante do ensino fundamental e médio e, posteriormente, como docente, ao realizar estágio em licenciatura em história. Em ambos os contextos, sempre observei a subutilização de equipamentos eletrônicos como televisores, aparelho de DVD, câmeras, rádio-escola, computadores etc. Nos últimos anos, esse universo tecnológico tem se ampliado, com a inserção dos aparelhos digitais e acesso à internet entre estudantes, professores e na comunidade em geral.

O Vale do Salitre, uma região cuja área geográfica envolve o município de Juazeiro e de Campo Formoso, no norte da Bahia, é constituído de diversos povoados situados à margem esquerda e direita do Rio Salitre. A agricultura irrigada é a base da economia do Vale e as condições de vida variam muito conforme as famílias tem acesso mais fácil à terra e água para produção agropecuária. Independente do poder aquisitivo, contudo, é uma crescente o acesso aos bens materiais tecnológicos que possibilitam conexões com outras comunidades e com o mundo. As principais características acerca da região, as/os adolescentes e jovens e a escola estarão apresentadas no capítulo *Lugar de fala*.

Diante desse contexto, no capítulo *Costurando palavras, tecendo conexões*, começamos a trazer para análise o uso da educomunicação como estratégia de formação de adolescentes e jovens no Vale do Salitre, entendendo que tanto nos ambientes formais quanto não formais, a educomunicação pode contribuir com a formação de sujeitos/as e dos processos identitários das/dos educandos/as.

Assim, o uso das mídias precisa ser feito sob uma perspectiva pedagógica, explorando o “fazer-comunicativo”, como nos apresenta Soares (2003). Como

aproveitar o potencial e interesse da juventude pelo manuseio desses equipamentos? Percebe-se neste público uma capacidade criativa, como isso pode ser melhor explorado? Essas devem ser perguntas norteadoras desta ação, entendendo que “a sociedade deve aproveitar o caráter indefinido dessas transformações tecnológicas e organizacionais para melhor integrar-se ao mundo global, não como simples consumidor passivo e resignado, mas como parceiro respeitado, agente, autor e ator atuante” (WEBER, BENTZ E HOHLFELDT 2002, p. 131).

Para trilhar esse caminho em busca da cidadania citado por Soares (2003), um elemento indispensável é a educação contextualizada. Essa relação já vem sendo olhada do ponto de vista acadêmico, porém ainda vista como dois campos complementares. Esta pesquisa, por sua vez, se propõe a defender a indissociabilidade desses dois campos, partindo da compreensão de que a educomunicação por si só já pressupõe uma educação contextualizada à realidade local, sem perder de vista o global. Essa problematização pretende, inclusive, provocar o Programa de Pós Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos a refletir sobre essa co-relação.

Para tanto, a educação contextualizada será abordada como um conceito que revela uma concepção de educação voltada para a valorização dos saberes e das realidades presentes em todo percurso educativo. Toma-se como referência nesse sentido, teóricos/as do Semiárido brasileiro que têm se dedicado a problematizar o “modelo” de educação que se tem nas escolas da região semiárida.

Esses estudos têm apontado a existência de uma educação descontextualizada e colonizadora, o que para Martins (2017) um dos motivos é a escola se propor a reproduzir o conhecimento produzido em uma ou duas regiões do país, mais especificamente o Sudeste urbano. Como uma das causas dessa descontextualização, o autor diz que há “a constatação de que é aí neste sudeste urbano onde atualmente se concentra a indústria editorial e midiática que produz e distribui esta narrativa hegemônica e seus enunciados”. (MARTINS, 2017, p 02)

Nesta sintonia, Silva (2010) desconstrói o estereótipo tão arraigado na educação brasileira de que o Semiárido é uma região árida e improdutiva e fala sobre a aridez

das mentes como um problema maior. É nesta perspectiva que as contribuições do autor tem sido de grande significância para este debate, especialmente a partir da sua obra “Aridez mental, problema maior: Contextualizar a educação para construir o ‘dia depois do desenvolvimento’ no Semi-Árido Brasileiro”.

Em diálogo com os autores citados, partimos ainda da compreensão de que há uma descontextualização na educação no Semiárido, o que afeta a formação nos espaços formais e não formais. Entende-se também que existe uma série de razões para isso, desde o processo de colonização até hoje reproduzido pelos aparelhos ideológicos do Estado até a acomodação de vários setores da sociedade. Mas não se permite negar a urgente necessidade de apropriação de processos de emancipação, desconstruindo assim as formas sociais de produção da não-existência (SANTOS, 2010). Para o autor, aspectos como a monocultura do saber, a monocultura do tempo linear, a lógica da classificação social, a lógica da escala dominante, a lógica produtivista, resultam nessas formas de produção de não-existência.

Essa contribuição de Santos (2010, p. 28 e 29) toma por base a perspectiva pós-colonial que “parte da ideia de que, a partir das margens ou das periferias, as estruturas de poder e de saber são mais visíveis. Daí o interesse desta perspectiva pela geopolítica do conhecimento, ou seja, por problematizar quem produz o conhecimento, em que contexto o produz e para quem o produz”. O autor, por sua vez, ao referendar a produção da não-existência na sociologia das ausências, apresenta as ecologias de saberes, de temporalidades, de reconhecimento, das trans-escalas e das produtividades como forma de substituir as monoculturas.

O campo social da sociologia das ausências é contraposto pela sociologia das emergências e, neste caso da referida pesquisa, trata-se de uma forma de concretização desta última, uma vez que a iniciativa do Carrapicho, de acordo com o que pauta Santos (2010, p. 122), pode ser nomeada como uma “Experiência de Comunicação e de Informação”.

A necessidade de problematizar as ausências ou distorções, construção e reprodução de estereótipos na mídia foi o ponto de partida para proposição do Carrapicho. Além disso, o conhecimento acerca do paradigma da Convivência com o

Semiárido, o que inclui a defesa da educação contextualizada à região, instigou a perceber que era preciso apostar em novos processos de formação dos/das adolescentes e jovens nas comunidades do Salitre. Hoje o olhar se volta também para o ambiente escolar, surgindo assim a intenção de experimentar a educomunicação como esse instrumento de formação de sujeitos também no contexto da educação formal.

Atualmente, o Carrapicho já alcança certo reconhecimento, sendo visto por muitas comunidades como a mídia do Vale do Salitre, um canal de Comunicação da sociedade com órgãos públicos e com a imprensa convencional. A iniciativa conta também com apoio das associações comunitárias das duas comunidades bases e tem contribuído para a formação crítica-ativa desses/as adolescentes e jovens. Numa análise ainda inicial dessa caminhada, já é possível apontar uma série de pontos positivos, bem como as principais fragilidades, as quais ao longo da pesquisa são elencados e discutidos.

O engajamento das/dos adolescentes e jovens, aos poucos, vai permitindo um movimento de produção de sujeitos praticantes da cidadania crítica-ativa, conceito que prevê a existência de um/uma cidadão/cidadã consciente do seu lugar na sociedade e capaz de assumir um compromisso social e coletivo com a melhoria desta sociedade da qual se sente parte. (TONET, 2013)

A intenção da pesquisa foi observar a ação do Projeto Carrapicho no ambiente não formal das comunidades – o que estará descrito com maior riqueza de detalhes no capítulo *Carrapicho: uma planta que incomoda, uma mídia popular* – e ao mesmo tempo experimentar essa prática no contexto formal da Escola Municipal Manoel Nunes Amorim – relatado no capítulo seguinte intitulado *Uma tentativa: relato de intervenção na escola*. A partir de oficinas envolvendo estudantes e professores/as da referida escola, uma hipótese prevista é a apropriação das TIC's, potencializando também a discussão acerca da educação contextualizada como um elemento chave na formação desses/as adolescentes e jovens na perspectiva deles/as interferirem na sociedade, a partir de uma perspectiva crítica-ativa.

A proposta aqui posta traz para a cena o direito à comunicação, um direito violado no Brasil, e nesse caso, destacando a negação do mesmo para a juventude, em

especial a juventude do campo e que vive na região semiárida. O acúmulo referente ao assunto tem por base também a aproximação com a proposta e a prática da Convivência com o Semiárido, lançando olhares sobre a necessidade de uma comunicação que promova a região a partir de suas potencialidades, desconstruindo estereótipos historicamente construídos, especialmente, sobre o campo, o sertão e, de forma mais geral, sobre o Nordeste. Por potencialidades entende-se toda a diversidade social, cultural, ambiental e educativa existente, o que toca diretamente nas experiências dos/das adolescentes e jovens com a tecnologia, uma relação que inegavelmente conecta esses sujeitos com o mundo.

Pela necessidade de olhar para esta experiência e analisá-la com maior profundidade, tomando por base a educomunicação como estratégia de formação da juventude, justificamos a relevância dessa pesquisa, trazendo uma análise que se pretende mais reflexiva no capítulo *Aproximações e distanciamentos: o carrapicho virtual e a intervenção na escola*. Ela é necessária também para que possamos ampliar o debate acadêmico acerca da formação de jovens do campo e no campo a partir do uso da educomunicação, educação contextualizada, resultando na formação de agentes praticantes da cidadania crítica ativa.

Ainda apresenta-se como justificativa a preocupação enquanto pesquisadora em contribuir com a região, fazendo valer a compreensão da Universidade ancorada no tripé ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, temos recorrido a bases metodológicas que asseguram pesquisar e intervir, entendendo a carência do povo com relação ao acesso aos estudos, especialmente as reflexões acadêmicas. Isso tudo dá sentido ao conhecimento produzido nesse trajeto.

Assim, a questão desta pesquisa se firma a partir da minha vivência, norteadas por inquietações e estudos que já venho desenvolvendo nessas áreas, tanto como profissional da comunicação e da educação, quanto pertencente às comunidades estudadas e ainda enquanto defensora do direito à comunicação.

Vale ressaltar que o Vale do Salitre possui uma média de 60 comunidades e em todas é muito comum a presença de aparelhos tecnológicos que despertam atenção das crianças e adolescentes, cada vez mais atraídos/as pelos jogos eletrônicos e redes sociais. O que há poucos anos parecia inacessível, a internet, hoje faz parte

da realidade das/dos adolescentes e jovens, educadores/as e da população em geral.

Todo esse cenário, porém, ainda é pouco aproveitado como ambiente educativo. Mas, as instituições sociais e comunitárias, bem como a escola não podem mais se abster deste debate, especialmente quando se fala em educação contextualizada, pois deve considerar e problematizar essas mudanças que alteram as rotinas das pessoas.

A educomunicação possibilita uma gama de ações que certamente contribuem para a formação de sujeitos essenciais no processo de emancipação local, vivenciando uma estratégia que Santos (2010) chama de sociabilidades alternativas. A partir desse fenômeno evidencia uma distinção entre uma ação conformista e uma ação rebelde e promovendo ainda a reinvenção dos espaços de deliberação democrática.

O uso das TIC's, portanto, hoje é comum tanto nas ações pedagógicas cotidianas de sala de aula quanto em projetos desenvolvidos pela Escola Municipal Manoel Nunes Amorim e isso se estende também ao conjunto da população das comunidades salitreiras. Contudo, esta pesquisa busca contribuir para aprimorar esta prática, a partir das respostas pretendidas à seguinte questão: Como promover a formação crítica-ativa de jovens e adolescentes do Vale do Salitre por meio da educomunicação, no ambiente da comunidade e da escola, potencializando o uso das TIC's disponíveis e promovendo uma forma de educação contextualizada para a Convivência com o Semiárido?

Como objetivo central propõe-se investigar como a Educomunicação pode promover a formação crítica-ativa de adolescentes e jovens do Vale do Salitre, no ambiente formal e não formal, refletindo sobre a educação contextualizada como uma concepção intrínseca a esse campo. Ao especificar esse objetivo há a intenção de avaliar a importância da educomunicação como uma estratégia pedagógica importante no momento histórico de crescimento do acesso às TIC's nas comunidades do Salitre. Outro ponto central é investigar as relações entre educomunicação e educação contextualizada para Convivência com o Semiárido, à medida que pretende-se verificar a eficácia da ação do Carrapicho no ambiente das

comunidades e da escola, considerando a formação crítica-ativa dos/das adolescentes e jovens.

Ainda é parte dos objetivos desta dissertação apontar caminhos que venham a subsidiar a construção de políticas públicas voltadas para este campo prático-teórico que se faz cada vez mais necessário no contexto da educação formal. Uma vez registrada essas experiências no Salitre, contemplando o espaço formal da escola, uma possibilidade é estimular a Secretaria de Educação do município de Juazeiro-BA e/ou de outros municípios a olharem para a educomunicação como algo necessário e possível de concretizar por meio de políticas públicas.

É importante trazer para o debate ainda o que temos percebido ao longo do itinerário percorrido dentro do Departamento de Ciência Humanas do Campus III da Uneb quanto à diversidade de abordagens feitas acerca da educomunicação. Os cursos de Comunicação Social - Jornalismo em multimeios e de Pedagogia se debruçam sobre o tema há alguns anos, porém de formas diferenciadas. Pude perceber isso desde a graduação, especialmente a partir de eventos acadêmicos e construções por dentro do Movimento Estudantil do Campus. Posteriormente, ao cursar especialização e mestrado, passei a observar mais as diferenças entre o trato com o tema por parte de docentes e discentes.

Diante da realização do tirocínio como requisito no primeiro ano do mestrado, escolhi ministrar a disciplina de Educação e Comunicação no curso de Pedagogia, justamente com o intuito de visitar as principais compreensões que a turma já trazia acerca da educomunicação, uma vez que o curso possui um Núcleo de Educom. Ainda no mestrado, tive a oportunidade de orientar uma discente também do curso de pedagogia, cujo trabalho monográfico versava sobre educomunicação. Essas duas experiências, inclusive, foram fundamentais para pautar uma concepção de educomunicação mais ampla, para além da relação com as TIC's, visto que no curso de pedagogia é essa área da educomunicação que acaba se sobressaindo, o uso da mídia na educação.

Outro elemento que resulta dessas experiências, bem como do acesso a outros estudos realizados e da própria intervenção realizada neta pesquisa em escola pública municipal permite pontuar que a escola pública não tem apresentado

condição de acolher a educomunicação como estratégia na formação de estudantes. Apesar de projetos levados para as escolas serem sempre bem aceitos, sobretudo pela equipe gestora, ainda não conseguimos pautar a importância deste campo prático-teórico a ponto das/dos profissionais se sentirem estimulados/as a se envolverem e mais que isso, enxergarem aí uma possibilidade extraordinária de ressignificar os itinerários pedagógicos existentes.

Apesar disso, avaliamos que é de fundamental importância seguir amadurecendo esta proposta junto a educadores e educadoras, e, sobretudo, pautando a viabilidade da educomunicação ser adotada também no espaço formal. A própria intervenção realizada na Escola Manoel Nunes Amorim aponta potenciais aspectos que podem ser melhor aproveitados. Da mesma forma, em todo país, especialmente em São Paulo, iniciativas envolvendo educomunicação na escola tem sido referência.

O apanhado dessas observações, constatações, inquietações pretendem dar maior robustez ao campo em estudo na região, o que, não se pode negar, conta com grande contribuição da Universidade do Estado da Bahia, ainda que com as diferentes abordagens percebidas. Para conduzir as abordagens teóricas, trazemos como referências internacionais autores como Mário Kaplún e Jesús Martín-Barbero, no campo da educomunicação; Jacques Le Grand, para ajudar a fundamentar a implexidade na relação pesquisadora-objeto; Michel Thiollent como um dos principais autores adotados para falar da metodologia da pesquisa-ação. Já no que tange à literatura nacional, nos ancoramos, sobretudo, nos estudos de Ismar de Oliveira Soares, Adilson Citelli, Paulo Freire, Cecília Peruzzo para fundamentar a educomunicação; Roberto Sidnei Macedo e também Peruzzo ao tratar da metodologia; Milton Santos, Djamila Ribeiro e Ivo Tonet, potencializando temas como cidadania, emancipação e lugar de fala. No âmbito regional, pesquisadores e pesquisadoras que tem se debruçado sobre a pesquisa voltada para o Semiárido e até mesmo para o Salitre foram selecionados, boa parte ligados de alguma forma à Uneb, como é o caso de Josemar Martins, Luzineide Dourado, Edmerson Reis, Luciana Nóbrega, Adelson Oliveira, Michele Laudílio de Souza, Edilane Teles, que se voltam para a educação contextualizada, juventude, educomunicação; e ainda Haroldo Shcistek e Ana Maria Bianchi dos Reis, que trazem importantes contribuições referentes à história regional.

No que se refere a experiência em estudo, estima-se que haja grande contribuição teórica para algo que vem se processando na prática no Vale do Salitre e construindo mudanças na vida dos/das adolescentes e jovens, as/os quais se identificam como educadores/as.

2. A ESCOLHA DAS LENTES

O ponto de partida desta pesquisa será refletir uma prática que já vem sendo desenvolvida sob minha coordenação, sem dúvida um desafio para qualquer pesquisador/a, uma vez que a práxis, embora necessária, é rodeada de obstáculos. De início, vamos partir dos pressupostos freireanos de que a educação e a comunicação precisam dar conta da realidade onde os sujeitos estão inseridos. É esta compreensão, sem dúvida, que norteia o percurso metodológico que se segue.

É imprescindível dizer de imediato que se trata de uma pesquisa qualitativa, levando em conta algumas inspirações metodológicas assumidas por Macedo (2010, p. 39):

Assim, para o olhar qualitativo, é necessário conviver com o desejo, a curiosidade e a criatividade humanas; com as utopias e esperanças; com a desordem e o conflito; com a precariedade e a pretensão; com as incertezas e o imprevisto. Acredita-se dessa forma, que a realidade é sempre mais complexa que nossas teorias, que não cabe em um só conceito. É interessante frisar que o olhar qualitativo não estranha as sutilezas paradoxais da cotidianidade.

Trabalhamos com a pesquisa-ação, uma vez que a pesquisa estará ancorada na relação da pesquisadora com as comunidades do Vale do Salitre, o que, conforme Peruzzo (2008, p. 126) é uma característica da Pesquisa-Ação, pois “o pesquisador não só compartilha do ambiente investigado, mas também possibilita que o investigado participe do processo de realização da pesquisa e que os resultados revertam em benefício do próprio grupo pesquisado”.

Na mesma linha, Thiollent (2005, p. 98) entende que “as propostas de pesquisa-ação sempre apresentam algum aspecto político quanto ao tipo de comprometimento dos pesquisadores com a ação de grupos sociais, dentro de uma situação em transformação”. O autor tem feito atualizações em suas abordagens acerca do seu olhar para este método, porém, ainda demonstra sua preocupação com a função social deste tipo de pesquisa, o que se considera uma importante possibilidade de dar sentido à construção do conhecimento científico.

Thiollent (1994, p. 15) descreve uma pesquisa-ação quando há “realmente uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação. Além disso, é preciso que a ação seja uma ação não-trivial, o que quer dizer uma ação problemática merecendo investigação para ser elaborada e conduzida”. Ele menciona ainda que a escolha desse tipo de pesquisa é feita quando

Os pesquisadores não querem limitar suas investigações aos aspectos acadêmicos e burocráticos da maioria das pesquisas convencionais. Querem pesquisas nas quais as pessoas implicadas tem algo ‘a dizer’ e ‘a fazer’ [...]. Com a pesquisa ação, os pesquisadores pretendem desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados. (Grifo do autor).

Dialogando com Barbier (2004, p. 60) cita-se o espiral que ele diz ser necessário à pesquisa-ação: planejamento, ação, observação e reflexão, para que depois possa haver um novo planejamento da experiência em curso, entendendo que “o rigor da pesquisa-ação repousa na coerência lógica empírica e política das interpretações propostas nos diferentes momentos da ação”.

A mudança é um elemento importante que, para Ardoino (1984 apud Barbier, 2004), está contemplada na pesquisa-ação que, por sua vez “visa a mudança de atitude, de práticas, de situações, de condições, de produtos, de discursos” (Barbier, 2004, p. 106). Este anseio se faz presente ao propor oficinas na escola, com a participação de estudantes e docentes, tendo como referência as vivências já experimentadas com as/os adolescentes e jovens nas comunidades.

Ao olhar para a experiência do Carrapicho Virtual, percebe-se que já é presente no grupo o sentimento de crítica à negação do direito à comunicação, um entendimento que motiva posturas que vão na contramão do que está posto pelos conglomerados² de mídia. Ou seja, a partir da defesa da democratização da comunicação ao longo das formações teóricas que o grupo já participou, o engajamento dos/das adolescentes e jovens permitiu por em prática a produção de conteúdo local, desprendido de formatos padronizados, normalmente veiculado nos meios de comunicação. Isto ocorre “em função de um projeto-alvo (Ardoino, 1984) que

² Grupos ou empresas de Comunicação que possuem diversos veículos e assim empregam suas ideologias e de seus aliados e/ou financiadores, operando em diversos formatos: som, imagem, impresso, etc. No Brasil isto é chamado de propriedade cruzada e a legislação atual não apresenta limites para esta prática.

exprime sempre um sistema de valores, uma filosofia de vida, individual ou coletiva, suposta melhor do que a que preside à ordem estabelecida” (Barbier, 2004, p.106).

Neste sentido, vale citar o olhar de Carr e Kemmis (1986 apud Barbier 2004) para a pesquisa-ação como uma forma de pesquisa realizada a partir da prática dos/das pesquisadores/as, vista como uma pesquisa ação “libertadora e crítica” e denominada de nova pesquisa-ação. Os autores citados empregam certa radicalidade ao defenderem que a primeira exigência que caracteriza esse tipo de pesquisa é a rejeição “as noções positivistas de racionalidade, de objetividade e de verdade”. Outra exigência pontuada “está fundada na assunção do fato de que se trata de um conhecimento prático, isto é, de que a questão da verdade será nitidamente separada da sua relação com a prática”. Wilfred Carr e Stephen Kemmis (1986 apud Barbier, p. 58 e 59).

Ainda em relação a este tipo de pesquisa, uma abordagem apresentada por Morin (2004, p. 91) trata da pesquisa-ação integral e sistêmica, a qual entende o caráter participativo como uma essência desse tipo de pesquisa. Chamada de PAIS (Pesquisa-Ação Integral e Sistêmica), esta pesquisa “se situa dentro de um paradigma socioconstrutivista caracterizado pelo relativismo, o subjetivismo e a hermenêutica”, onde “pesquisadores e o objeto de pesquisa se confundem e, de suas interações, emergem construções que, uma vez refinadas no plano da hermenêutica e comparadas dialeticamente, geram novas construções sobre as quais se estabelece um consenso”.

Em consonância com René Barbier, Morin (2004, p. 91) também apresenta a PAIS como uma metodologia democrática que tem por finalidade a mudança, sendo esta estratégica ou planejada em espirais. O autor menciona o vínculo deste tipo de pesquisa a uma ação que a precede ou a envolve, sendo esta ação fixada em um dado contexto. Mais uma vez, é possível visualizar o Carrapicho Virtual como objeto desta pesquisa, considerando que se trata de uma ação que já estava em curso antes do olhar científico voltar-se para a mesma.

Ao adotar a expressão “ator pesquisador”, Morin (2004, 115) expressa que este agente “é uma parte constituinte da ação, ele age sobre a mudança, participa na evolução e na solução de problemas”. Esta concepção se aproxima também de um

conceito com o qual me encontro ao recorrer às suas ideias, o de antrop pedagogia. Para o autor, na pesquisa-ação integral e sistêmica há a necessidade de unir os pressupostos da antropologia – voltada para a observação das culturas para compreensão – e da pedagogia – baseada em experiências que podem provocar mudanças. Nesse entrelaçar das duas áreas, o sentido da participação e intervenção são visíveis e indispensáveis neste tipo de pesquisa.

A pesquisa-ação, logo, não se distancia da pesquisa participante, sobretudo na área da comunicação, conforme uma das motivações apresentados por Peruzzo (2008, p. 130) que diz haver,

uma preocupação em dar um passo adiante em relação aos estudos críticos [...]. o sentido deste tipo de pesquisa, construído informalmente, era ‘não só denunciar, mas agir’, extrapolar os muros da universidade e do debate puramente abstrato para o chão dos acontecimentos sociais que envolviam a criação de alternativas comunicacionais nas classes populares [...] de não fazer pesquisa pela pesquisa, mas uma pesquisa que pudesse contribuir para o processo de mudança social.

A pesquisa participante, abordada pela autora, se aplica a esta pesquisa devido a minha presença constante no ambiente pesquisado, bem como do compartilhamento das atividades do grupo ou do contexto que está sendo estudado. Tomamos ainda como referência Demo (2000), que menciona a pesquisa participante como uma práxis em geral ligada à prática histórica que usa o conhecimento científico para promover intervenção, não escondendo, portanto, sua ideologia, porém sem perder de vista o rigor metodológico.

Existem vários pontos em comum entre a pesquisa-ação e a pesquisa participante, o que leva alguns teóricos inclusive a tratarem-nas enquanto sinônimos. Na verdade, ambas correspondem a formas alternativas de pesquisas, fugindo ao tradicionalismo acadêmico de boa parte das pesquisas desenvolvidas nos cursos de graduações e pós-graduações e se voltando mais para a relevância social, podendo gerar importantes intervenções em determinado ambiente. (GIL, 2012)

Quanto ao que diferencia, consideramos as contribuições de Thiollent (2011), podendo afirmar que toda pesquisa-ação requer uma postura participativa por parte

de todos e todas envolvidos/as mas nem toda pesquisa participante trata-se de uma pesquisa-ação. Na pesquisa-ação ocorre uma ação planejada voltada para aspectos social, educacional, técnico, por exemplo, enquanto na pesquisa participante isso nem sempre esteja previsto. Outro elemento chave é que com a pesquisa participante pretende-se uma relação horizontalizada entre pesquisador/a e participantes, ou seja, todos/as são pesquisadores/as e pesquisados ao mesmo tempo.

Thiollent (1999) ressalta que é comum situações onde o/a pesquisador/a assume algumas tarefas e hábitos do grupo pesquisados no processo de execução da pesquisa participante com o intuito de horizontalizar cada vez mais a relação com os sujeitos da pesquisa. Já na lógica da pesquisa-ação, o/a pesquisador/a não é apenas pesquisador/a, mas sim um/uma facilitador/a da busca de soluções para um problema posto. Thiollent (1999, p. 83) aponta que a pesquisa-ação “supõe uma participação dos interessados na própria pesquisa organizada em torno de uma determinada ação”.

Um elo entre esses dois tipos de pesquisas mencionados acima surge como algo necessário a este trabalho, trata-se de outra lente que vem sendo adotada em algumas outras pesquisas ao longo da minha trajetória acadêmica: a etnopesquisa crítica e a etnopesquisa-formação que, de acordo com as contribuições de Macedo (2006), requer o envolvimento do/da pesquisador/da na situação de pesquisa. A etnopesquisa tem a observação participante como uma das bases metodológicas e a vê como elemento capaz de reduzir a distância entre sujeito e objeto de estudo. “É bom que se diga, que ao fazer etnopesquisa crítica, o engajamento é usado e compreendido como uma vantagem”. (MACEDO, 2006, p. 99). Entretanto, esse envolvimento deve ser não apenas por parte do pesquisador, mas, essencialmente, da população pesquisada, de forma que ambas as partes formem um *corpus* interessado na busca do conhecimento.

Este campo de pesquisa apresenta-se sob a convicção de que não há ciência imparcial e tem por base a construção do conhecimento considerando prioritariamente a relação dialógica entre pesquisadores e sujeitos do estudo, ao invés de atribuí-los apenas valor utilitarista. O autor traz para o debate a importância da contribuição acadêmica não apenas para a reflexão teórica mas, especialmente,

para uma ação formadora: “Falar em *etnopesquisa-ação* nos conduz a um campo onde a academia concretamente sai de seus muros e age em termos de intervenção *com as pessoas*. (...)” (grifos do autor). (MACEDO, 2010, p. 156)

A pesquisa tradicional tem limitado a difusão do conhecimento produzido, o que fez surgir novos métodos de pesquisa que, sem fugir ao rigor e a seriedade do conhecimento científico, tem se proposto a inovar e priorizar um modo de fazer pesquisa que tem a intervenção social como principal finalidade. Assim, percebemos que olhar para a experiência do Carrapicho sob uma perspectiva analítica é uma forma de garantir “produção de conhecimento visando pertinência e relevância sociocomunitárias”. Numa tentativa clara de construção de conhecimento, a pesquisa como etapa fundamental, não se dissolve no interesse da intervenção. (MACEDO, 2010, p. 157).

Ao denominar a *etnopesquisa-formação*, Macedo (2010, p. 157) refere-se ao “caráter *construtivo* que vem de dentro do campo pesquisado. Dessa perspectiva, o especialista deverá estar implicado na situação a ser reconhecida e transformada” (grifo do autor). Essa condição é o que se aplica ao caso em estudo, uma vez que a experiência do Carrapicho é fruto de um projeto pessoal, porém que ganhou corpo a partir da adesão de outros atores, conforme foi o objetivo do mesmo desde sua idealização.

Ao iniciar a sistematização da escrita, percebeu-se a necessidade de uma abordagem mais descritiva do contexto sociocultural onde as/os adolescentes e jovens estão inseridos/as, considerando mais diretamente as características das comunidades e da escola, *locus* do estudo. Nesse sentido, a etnografia não pode ser dispensada, entendida por muitos teóricos, a exemplo de Travancas (2008), como método de pesquisa qualitativa e empírica que trabalha com métodos e instrumentos indispensáveis como o caderno de campo, as entrevistas, a história oral, a escritura e a observação participante.

Sobre etnografia na comunicação, Peruzzo (2008, p. 136) destaca que esta metodologia “está mais preocupada com os elementos constitutivos do cotidiano que perpassam as relações das pessoas com a mídia na perspectiva da construção de

significados a partir da exposição aos conteúdos do meio de comunicação, no universo da cultura”.

Um dos instrumentos comumente adotado na etnografia é o Diário de Bordo, elemento também citado como essencial pelos autores acima referenciados quando se falou da pesquisa-ação. Sem fugir ao rigor científico necessário a qualquer pesquisa, independentemente da metodologia adotada, Morin (2004) defende que o “ator pesquisador” é o principal instrumento da pesquisa, portanto, considera que os momentos de trocas de ideias, reuniões, por exemplo, podem ser potencializadas como espaços importantes de coleta de dados. No caso do estudo em evidência, esses momentos coletivos como reuniões e oficinas foram fundamentais para observar e registrar comportamentos, avanços, fragilidades do grupo. No que se refere aos momentos com as/os estudantes o Diário de Bordo também foi fundamental.

Nas idas à campo estão assegurados o uso de métodos como a realização de entrevistas semiestruturadas com as/os adolescentes e jovens que integram o Carrapicho e as/os que irão participar das oficinas realizadas na escola, além de educadores/as da Escola Manoel Nunes Amorim, lideranças das comunidades e mães e/ou pais de alguns/as dos/das participantes do Carrapicho. Essas entrevistas têm por finalidade reunir avaliações acerca da experiência individual das/dos adolescentes e jovens em participar da proposta do Carrapicho, bem como conhecer a opinião de agentes envolvidos indiretamente como os/as demais entrevistados/as.

Esta pesquisa-ação envolve diretamente as/os adolescentes e jovens das comunidades de Alfavaca e Baraúna que integram o Projeto Carrapicho desde 2016 e de outras comunidades que se aproximaram ao longo dos dois últimos anos. Somam-se a esses/essas adolescentes e jovens, estudantes da Escola Municipal Manoel Nunes Amorim, um grupo inicialmente de 25 adolescentes indicados/as pela gestão e educadores/as da referida escola.

Este contexto, tanto a escola como as comunidades, são espaços onde sempre convivi, conheço as pessoas, as práticas sociais, culturais, formativas. Esse reconhecimento exige, portanto, um empenho maior em separar a atividade militante do olhar de pesquisadora. Ciente deste desafio, uma das fontes teóricas adotadas

se ancora no conceito de implexidade, uma dimensão complexa das implicações que pesquisadores/as possuem quando voltam suas lentes para o contexto de vida e, sobretudo, de militância social ou ativismo. (LE GRAND, 2006).

Em um primeiro momento, o exercício de “olhar para si mesmo” proporciona um estado confuso de “ansiedade fundamental”, uma vez que, para Le Grand (2006, p. 02), é uma transição de uma chamada “desordem desorganizadora” para um próximo estágio de organização. “É o caos de implicações de pesquisadores que tecem a ordem de uma ciência como uma realidade organizada”. O Autor faz referência aos teóricos da sociologia que normalmente estabelecem grande afinidade com seus objetos de estudo.

.A desordem é o que leva à heterogeneidade, sendo esta posta neste tipo de pesquisa como um elemento necessário para perturbar um conhecimento prévio, uma situação posta, trazendo assim novas perspectivas de análise. Assim, a implexidade pode despertar novas implicações a partir de multi-referências, as quais irão constituir uma nova reflexão para garantir a organização das ideias que servem à ciência (LE GRAND, 2006).

A observação ao grupo Carrapicho Virtual se dará por meio de acompanhamento das reuniões, da inserção no grupo do *WhatsApp* e observação de toda ação desenvolvida pelos/as adolescentes e jovens, como a produção e veiculação das notícias por eles/elas produzidas, a participação nas reuniões, o envolvimento com atividades propostas por organizações parceiras do grupo, além do olhar para o tipo de presença desse jovem em sua comunidade, escola ou outro espaço de formação que participe.

A outra etapa da pesquisa se concretizou a partir da realização de oficinas na escola, usando as mesmas metodologias já adotadas com o grupo do Projeto Carrapicho Virtual. Para que a intervenção acontecesse de forma planejada e com total envolvimento da comunidade escolar, a pesquisa foi previamente apresentada à escola, que por sua vez garantiu espaço para realização das oficinas no período do segundo semestre letivo de 2018, mais especificamente nos meses de outubro e novembro.

Nesse formato, a partir de planejamento conjunto com a direção e coordenação pedagógica da escola Municipal Manoel Nunes Amorim foi definida a forma de composição do grupo que iria participar da intervenção a ser realizada na referida Unidade seria a partir de livre manifestação de interesse. A gestora sugeriu e acatamos que pudesse ser formada uma turma mista, com participação de estudantes do 6º ao 9º ano.

As oficinas tinham por objetivo envolver as/os adolescentes e jovens na discussão acerca da educomunicação de forma teórica e prática, sendo uma espécie de laboratórios coordenados. A ideia é aguçar a produção de conteúdos em várias linguagens e formatos, uma ação posterior ao debate acerca da educomunicação e educação contextualizada ao Semiárido com as/os participantes das oficinas. Assim, o planejamento de cada oficina buscou atender a esse propósito, exigindo para isso um esforço grande no sentido de fazer desses laboratórios de produção ambientes leves e prazerosos para toda a turma.

Além das/dos estudantes, a proposta previa a participação de outros membros da comunidades escolar, sobretudo educadores/as e técnicos/as ligados a informática e afins. Contudo, algumas experiências com educomunicação no ambiente escolar tem apontado a dificuldade de diálogo e/ou envolvimento do corpo docente das escolas, conforme relatam integrantes do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - Irpaa, que tem apostado no trabalho educ comunicativo em Escolas Famílias Agrícolas da Bahia. Vale lembrar também que isso já foi constatado inclusive no âmbito deste Programa de Pós-Graduação, podendo citar aqui as contribuições da pesquisa de Marques (2018), que ao experimentar olhar para os desafios de uma formação educ comunicativa em uma escola em Juazeiro (BA), identificou a dificuldade, por exemplo, dos/das docentes adotarem a educomunicação como estratégia pedagógica interdisciplinar. Com base nessas observações, a expectativa com a participação de docentes existia, porém era algo que a escola deveria se empenhar em garantir, com vistas a um posterior acompanhamento da turma no que diz respeito à continuidade da ação educ comunicativa na escola.

A aposta na pesquisa ação é um exercício importante para dar sentido ao saber produzido na academia, uma vez que possibilita uma intervenção na realidade

pesquisada. Essa escolha se constitui como uma iniciativa científica que pode vir a contribuir com a proposição de políticas públicas no campo da educomunicação, algo ainda pouco experimentado pelas pesquisas acadêmicas desenvolvidas no referido Programa de Pós-Graduação.

3. O LUGAR DE FALA

“O Carrapicho para sociedade representa um crescimento enorme de jovens, que estão ocupando espaço nos meios de comunicação, que dá mais representação para o nosso lugar, para nossa sociedade salitreira”

Pedro Vitor Oliveira Martins - Educomunicador

Nesta pesquisa temos nos disposto a defender a educomunicação como algo que pressupõe uma educação contextualizada, dentre os aspectos que definem esse campo em ascensão tanto na área da educação quanto da comunicação social. Mais adiante traremos com mais afinco tal relação. No entanto, cabe aqui mencionar a importância de tratar do “lugar de fala”, expressão que tem sido muito usada ultimamente, sobretudo no contexto dos movimentos sociais, porém, sem deixar de constar no discurso acadêmico socialmente comprometido com o rompimento de determinados paradigmas excludentes, em especial dentro das ciências.

Para Ribeiro (2017), a expressão “lugar de fala” surge em meio, principalmente, às lutas feministas, contra a homofobia e a discriminação racial, ou seja, é um elemento forte na defesa da diversidade almejada pelo pensamento decolonial. Assumir um lugar de fala é, portanto, buscar romper com o eurocentrismo, com as negações de direitos que atingem sobretudo, mulheres, homossexuais, pessoas negras, jovens, moradores/as de periferias, do campo ou, no caso do Brasil, diríamos também de regiões estigmatizadas, como Norte e Nordeste. “O falar não se restringe ao ato de emitir palavras mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequentes da hierarquia social. (RIBEIRO, 2017, p. 64).

Demarcar essa posição é reconhecer a necessidade de adotar o pensamento decolonial, chamando para os sujeitos sociais a responsabilidade não de superação de um paradigma histórico mas sim enxergar as possibilidades de transgressão e insurgência. Isso implica em problematizar a epistemologia que reproduz aspectos da colonização e por sua vez reproduz opressões e dominação de umas classes ou etnias sobre as outras, por exemplo. O pensamento decolonial busca ainda valorizar

construções epistemológicas locais, inclusive com o propósito de promover a autoafirmação e contrapor assim os estereótipos forjados ou mesmo impostos pelo colonialismo. (REIS e ANDRADE, 2018)

A ideia de continuidade em vez de apenas rupturas é o que evidencia Quijano (2010) ao defender que uma memória de conflitos é essencial para o surgimento de articulações subjetivas coletivas, as quais se proponham a entrelaçar experiências particulares de identidades, por exemplo. O autor faz referência a lutas coletivas de diversos setores da sociedade como “exemplos históricos de tais processos de subjectificação de amplas e heterogêneas populações, que são inclusive descontínuos no tempo e no espaço”. (QUIJANO, 2010, p. 103).

Seguindo a lógica do pensamento decolonial, Moreira (2018), ao falar dos sertões contemporâneos, apresenta um cenário em processo de mutação. Para a autora, o Semiárido brasileiro carrega em sua história, para além de velhos discursos exploradores disfarçados, uma série de alteridades que possibilitam hoje novas leituras da região. A partir da produção cultural bastante expressa pela música e pelo cinema, as (des)continuidades no Semiárido se processam cada vez mais cheias de elementos que podem originar novas epistemologias.

Para isso, mais do que criticar a chamada invasão tecnológica, por exemplo, buscando justificar as nuances negativas da desmobilização da juventude em torno das causas sociais ou mesmo do desinteresse pela escola, é preciso entender o que se passa. Nos processos de “subjectificação social ou de constituição de sujeitos coletivos” citados por Quijano (2010, p. 103), o olhar para as experiências de construção das identidades deve ser preponderante. Considerando essa afirmativa no tocante às juventudes do Semiárido, vemos que estas reúnem aspectos valiosos para estudar a importância do pensamento decolonial norteador da nova historiografia da região, conforme descreve em detalhes Moreira (2018).

Nessa sintonia, inserimos a experiência do Carrapicho Virtual como um levante no sentido de fortalecer o pertencimento a uma região historicamente explorada, discriminada devido a estereótipos construídos ao longo de anos, desde sua origem a partir do massacre dos povos nativos, conforme relataremos a seguir. Somado a isso, as diversas violações de direitos que se registram no país com relação a

gênero e etnias são aos poucos motivos de indignação dos/das adolescentes e jovens, que passam a reafirmar seus lugares de fala a partir da educomunicação. Mais uma vez recorrendo a Ribeiro (2017, p. 31), esclarecemos:

O que se quer com esse debate, fundamentalmente, é entender como poder e identidades funcionam juntos a depender de seus contextos e como o colonialismo, além de criar, deslegitima ou legitima certas identidades. Logo, não é uma política reducionista, mas atenta-se para o fato de que as desigualdades são criadas pelo modo como o poder articula essas identidades; são resultantes de uma estrutura de opressão que privilegia certos grupos em detrimentos de outros.

Para entender melhor esse fenômeno, recorreremos a Macedo (2010), que trata de contexto e lugar como pertinências constitutivas. O contexto nasce do latim *contextus* que quer dizer entrelaçar, reunir, tecer e o lugar implica na ideia de construção tecida a partir das relações sociais, de uma rede de significados e sentidos assegurados pela história, pela cultura, o que constrói as identidades.

Ao observar as posturas de alguns/as membros do Carrapicho, enxergamos que ao demarcarem seus lugares de fala não estão considerando apenas o contexto local, mas toda uma gama de conhecimento que acessam, especialmente com relação ao debate de igualdade de direitos e justiça social, algo que aparece de forma transversal nas atividades formativas que o grupo participa. Vimos que isso é de fato o que este debate acerca do lugar de fala propõe e Ribeiro (2017, p. 28 e 29), ao citar outras referências para esse debate, defende que:

para descolonizarmos o conhecimento, precisamos nos ater à identidade social, não somente para evidenciar como o projeto de colonização tem criado essas identidades, mas para mostrar como certas identidades tem sido historicamente silenciadas e desautorizadas no sentido epistêmico ao passo que outras são fortalecidos.

Exemplo disso foi a escolha do tema de um vídeo produzido durante uma oficina de audiovisual realizada pelo projeto “Educomunicação e ecoturismo com jovens do Vale do Salitre”, promovido pela Agência Chocalho. Um grupo de seis adolescentes/jovens optou por falar de preconceito, trazendo dados com relação ao machismo e homofobia, além de pontuar formas de discriminação devido a estética,

sexualidade e cor da pele. O foco principal do vídeo, o entanto, foi reafirmar a identidade dos/das próprios/as jovens enquanto mulheres, negros/as, homossexuais, defesa da liberdade de assumir o cabelo crespo, fazendo a ponte entre o preconceito e a resistência. O vídeo teve grande aceitação na rede social e tem sido usado em diversos espaços onde fazemos a apresentação da iniciativa.

Cabe aqui dialogar também com Macedo (2010, p. 34) que manifesta sendo importante "frisar que os contextos não são equivalentes aos meios físicos; eles são construídos por pessoas. Pessoas em interação servem de ambiente uns para os outros; assim, o contexto é uma construção na qual a intersubjetividade é condição incontornável". Essas concepções hoje debatidas e externadas pelo Carrapicho Virtual em suas produções, é fruto do pensamento crítico que esses/as adolescentes e jovens começam a formar diante do que sempre foi posto como natural, que é a versão colonizadora das realidades por eles/elas vivenciados/as. Assim, percebemos que o "o lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular. Desse modo, o lugar se apresenta como um ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local como especificidade concreta, como momento". (ALEXANDRI CARLOS, 1996 apud MACEDO, 2010, p. 35)

Podemos dizer que o lugar promovido pelo Carrapicho decorre das construções sócio políticas advindas da trajetória do grupo nos respectivos espaços de vivência, uma vez que passam a enxergar, por exemplo, as situações de violências simbólicas que vivem e querem ressignificá-las. A negação do direito a uma estrada de qualidade desperta a/o educador/a a produzir um vídeo almejando inúmeras visualizações na página do *facebook*, de modo que a problemática chegue até os órgãos responsáveis pela solução do problema e a página se fortaleça como canal de comunicação. Essa lógica seguida pelo grupo devolve ao mesmo tempo o título de mediador da realidade e defensor da comunidade, do lugar. Da mesma forma, podemos citar o exemplo de uma dupla de adolescentes que escolheu produzir um vídeo com o tema "seu cabelo, sua identidade", promovendo assim o debate sobre a aceitação do cabelo crespo como algo que é parte da identidade negra e, necessariamente, não deve ser mudado para atender a indústria de cosméticos.

Isso é reflexo de todo um debate em torno do empoderamento negro, acompanhado por esses/as jovens não apenas a partir dos debates realizados no Carrapicho, mas envolvendo todo esse conjunto de espaços físicos e virtuais que acessam. A construção dessas posturas é reflexo de todo esse conjunto, considerando que, ao retomar Macedo (2010, p 35), é preciso

compreender, apesar do impacto temporal, que o processo de globalização materializa-se no lugar. Aqui se lê, se percebe, se entende o mundo moderno e suas múltiplas dimensões, o que significa dizer que no lugar se vive, se realiza o cotidiano, e é aí que ganha expressão o mundial. O mundial que existe no local – o *glocal* – redefine seu conteúdo, sem todavia se anularem as particularidades . (grifo do autor)

Vemos como indispensável aí a apropriação das tecnologias para promover o “glocal”, e sobre isso Serpa (2011, p. 174, 175) primeiro defende que “os lugares são enunciados a partir de representações espaciais coerentes com as trajetórias desses agentes nos respectivos locais de ocorrência”, o que vemos como algo pertinente ao citar os exemplos acima. Mais à frente, na mesma página, o autor pontua que “enunciar lugares pressupõe, portanto, que as representações espaciais sejam ‘comunicadas’, daí a importância de acesso às técnicas de comunicação e sua apropriação enquanto tecnologia”.

Discutir o lugar de fala como algo necessário contribui para a relação indissociável entre educomunicação e educação contextualizada aqui defendida. Não vemos a possibilidade de negar o chão que pisamos, nem tampouco produzir conteúdos midiáticos que não dialoguem com as reais necessidades das populações, no contexto local, global, constituindo assim uma comunicação para a cidadania. Ao contrário, “ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva”. (RIBEIRO, 2017 p. 70).

Um dos pontos de partida para isso, portanto, é conhecer de fato essa realidade de onde e sobre a qual se fala. Faz-se assim imprescindível mergulhar na história, buscar compreender o que constitui as desigualdades e formas de preconceito e, principalmente, no que se firmam as identidades que precisam ser reafirmadas.

Nisto, percebe-se que há uma busca que boa parte dos/das integrantes do Carrapicho hoje fazem, demonstrando interesse em conhecer, preservar e até ressignificar elementos da história e cultural local. Já dentre as/os adolescentes da Escola que participaram da intervenção, foram poucos/as que demonstraram ou despertaram tal interesse, conforme veremos mais a frente.

3.1 O VALE DO SALITRE

A bacia do rio Salitre faz parte da bacia do rio São Francisco e encontra-se localizada na porção norte do Estado da Bahia³, abrange uma área total de 14.136 km² e possui 333,24 km. Nove municípios fazem parte da Bacia, são eles: Morro do Chapéu, Várzea Nova, Miguel Calmon, Ouroândia, Umburanas, Jacobina, Mirangaba, Campo Formoso e Juazeiro, totalizando uma população de 96.951 habitantes. (Dados contidos no Diagnóstico Integrado da Bacia do Rio Salitre, 2011).

Toda a região da Bacia situa-se em área de clima tropical semiárido, sendo a nascente localizada em um local conhecido como “Boca da Madeira” na Chapada Norte (Diamantina), no município de Morro do Chapéu. Sua foz fica em local chamado de “Boca da Barra”, no povoado de Sabiá, município de Juazeiro, a jusante da Barragem de Sobradinho.

De acordo com integrantes do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Salitre – CBHRS, de forma agressiva à vida do rio, em seu curso foram construídos 35 barramentos sem nenhum critério técnico e hidrológico, além de captação de suas águas para irrigação sem haver gestão, exploração mineraria em seu leito e lançamentos de dejetos domésticos ou oriundos da irrigação sem qualquer tratamento. A maioria das nove cidades que compõem a Bacia vive problemas sérios de acesso à água, umas são abastecidas com água dessalinizadas e em todas ainda prevalece o abastecimento por “carro pipa”.

³ Localiza-se entre as latitudes 9°27 e 11°30 Sul e entre as longitudes 40°22 e 41°30 Oeste, de acordo com informações disponíveis em <http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/comites-de-bacias/comites/cbh-salitre>

A região nominada de Vale do Salitre, trecho a que se refere esta pesquisa, também vive uma realidade de diversos problemas gerados pela falta d'água e/ou mau gerenciamento. O Vale está localizado no município de Juazeiro, a 30 km da sede do município e compreende todas as comunidades situadas às margens do Rio Salitre, desde a localidade de Passagem do Sargento (divisa com o município de Campo Formoso) até a Boca da Barra, onde o afluente deságua no Rio São Francisco. A região integra um dos oito distritos de Juazeiro, o Junco, denominação associada à existência da planta com esse nome às margens do afluente.

Nos primeiros anos da ocupação do território brasileiro, as tropas portuguesas não se interessavam pelo sertão, mas já por volta de 1596 foram realizadas as primeiras expedições para a região que é hoje denominada Submédio São Francisco. Por suas condições geológicas, a Serra da Borracha, no município de Curaçá, as serras de Jacobina e o Vale do Salitre foram os primeiros locais a serem visitados pelos portugueses. (PIERSON, 1972 apud GONÇALVES, 1997).

Em um primeiro momento, os contatos entre os expedicionários e os indígenas da região do Vale do São Francisco foram amistosos, alguns chegando a serem guias para os portugueses que chegavam estimulados pela notícia da forte presença de minérios na região, especialmente devido a existências de muitas lendas na região, a exemplo desta citada por Calmon (1983 apud GONÇALVES, 1997, p. 16): “monte de prata, infinita, que lampeja sobre os campos desabrigados como uma cúpula de catedral”. Provavelmente sob influência desta lenda, até a primeira década dos anos 2000, as crianças do Vale do Salitre ouviam das pessoas mais velhas a lenda do “carneiro de ouro da serra do mulato”. Segundo as estórias contadas normalmente nos terreiros⁴ nas noites de lua clara, uma luz reluzia no alto da serra apontando que existia muito ouro embaixo das rochas da Serra do Mulato, uma das serras que fica numa densa área de Caatinga a aproximadamente 25 km das margens do Rio Salitre no município de Juazeiro.

Estimulado pela lenda “monte de prata infinita...”, o primeiro Francisco Dias d'Ávila insistiu no sertão como possibilidade de expansão do seu Império da Casa da Torre, maior latifúndio do mundo com extensão que ia de Salvador, na Bahia, até o estado

⁴ Espaço de chão batido em frente às residências, normalmente limpos, varridos constantemente.

do Maranhão, um total de 800 mil Km². Gonçalves (1997, p. 19) descreve: “Pisou as terras do Vale do Salitre e vislumbrou a possibilidade das vantagens que poderiam advir da exploração do salitre⁵ e ali, estimava, existia em grande quantidade”.

Ao percorrer o sertão baiano por volta de 1820, numa época em que o Arraial de Juazeiro possuía cerca de 200 habitantes, Spix e Martius (2016) não deixaram de descrever sobre a existência de salitre no entorno do rio que leva o mesmo nome. O processo de extração e comércio do sal foi descrito a partir de uma linguagem própria de quem conhece da técnica, mas cabe mencionar aqui dados mais gerais que justificam o nome deste Vale e, sobretudo, firmam a importância econômica desta região para o país há muitos séculos.

Os autores escreveram que “na planície, artificialmente escavada entre esses outeiros e o Rio Salitre, numa extensão de cerca de 60 mil pés quadrados, e ao longo do Rio Salitre, em muitos lugares semelhantes, se extrai da terra o sal que, tendo algumas polegadas de espessura, jaz sobre a rocha” (SIPX e MARTIUS, 2016, p. 278). A maior parte das salinas, como assim eram chamadas, eram de ricos fazendeiros do São Francisco, mas havia também áreas sem dono onde a exploração ficava por parte de quem as descobria, conforme relataram Spix e Martius (2016).

A movimentação na economia era elemento de grande destaque em torno da extração do salitre, o que era feito normalmente nos meses de junho, julho, agosto e setembro, que era considerado período de seca. O Vale atraía exploradores que montavam suas cabanas, assim como compradores que faziam o produto chegar a mercados da região e de outros estados do Brasil. Ao acompanhar essa movimentação Spix e Martius registraram:

A produção de todas as lagoas pode ser calculada anualmente em mais de 35 mil sacos. Dizem que se extraem anualmente do Rio Salitre mais duas mil arrobas. Que este comércio põe em circulação um capital muito importante para as condições da região, se deduz do fato de se quadruplicar o preço do sal desde o seu lugar de extração até os mencionados empórios do Sul, onde se compra o saco por 12 a 16\$000. (SIPX e MARTIUS, 2016, p. 283)

⁵ O salitre era usado para fabricar pólvora, por isso seria muito útil em períodos de guerra. (GONÇALVES, 1954)

Os autores relatam também a presença de índios da tribo Masacarás, porém poucos, restante de missão de outrora e encontrados no caminho de volta para o Arraial de Juazeiro. No século XVII, o Vale do Salitre era habitado pelos índios Cariris, cujo significado do nome é “silencioso, quieto e calado”. Estes, corajosamente, enfrentaram os colonizadores mas foram assassinados ficando o massacre conhecido como “Chacina do Rio Salitre”:

Em 1675, após um levante de indígenas na região do Rio Salitre, quando foram assassinados muitos feitores e vaqueiros e dizimados grande parte do rebanho, o governador Afonso Furtado de Mendonça encarrega Francisco Dias d'Ávila II de organizar uma expedição punitiva contra os 800 índios rebelados. A Campanha do Salitre foi um dos episódios mais sangrentos da nossa história. Mesmo cruzando o São Francisco em direção a Pernambuco e Piauí, os índios foram sitiados, sendo os homens executados e as mulheres e crianças escravizadas. (AZEVEDO apud SILVA, 2013a)

Muitos indígenas resistiram, enfrentaram, partiram para guerra com os homens brancos invasores. Entretanto, foi desastrosa a forma e a quantidade de índios e índias, de todas as tribos e idades que foram dizimados. Além da ação violenta de guerra, as doenças trazidas pelo contato com os portugueses e a fome também matavam os moradores nativos da região. De toda forma, era uma afronta desmedida contra a organização e o modo de vida dos habitantes das regiões de brejos, olhos d'água, ilhas do Rio São Francisco e das margens de rios como o Rio Salitre.

Apesar de tanta investida, as expedições portuguesas, de acordo com Gonçalves (1997, p. 16), apontam pouco sucesso no que diz respeito a existência do ouro, mas

detalham em seus relatos as condições do lugar no que tange ao clima, à fauna, à flora e aos grupos indígenas. Nem tudo estava perdido, diante da frustração por não ter encontrado minério. Desde algum tempo eles haviam descoberto nos índios uma riqueza. Tão logo iniciaram a prática da agricultura, deram serventia aos indígenas como escravos.

Não obtendo muito êxito na exploração das minas e antes de perceber com mais afinco o potencial da região para a agricultura, o foco da exploração colonial voltou-

se para a pecuária baseada na criação bovina, uma produção totalmente inapropriada para o clima, o solo e a vegetação predominante no sertão. O investimento na criação de gado, iniciado por volta de 1640, exigiu a implantação de uma grande quantidade de currais⁶ espalhados pelas terras onde antes eram aldeias de povos que estavam adaptados a viver da pesca, da caça, da coleta de frutos silvestres e do cultivo de alimentos para subsistência, inclusive às margens do Rio Salitre.

As Caatingas que eram refúgio dos diferentes povos nativos que ali habitavam, davam lugar às pisadas dos bois e vacas dos tantos rebanhos que se multiplicavam fazendo crescer os investimentos dos D'Ávila na região. Poucos indígenas resistiram ao sistema de escravidão a que foram submetidos, pois não tinham nenhuma prática com as atividades demandadas das rotinas dos currais. Uma nova população passou a povoar o sertão: os vaqueiros, homens que eram responsáveis por cuidar dos currais. “Em verdade, tratava-se, inicialmente, de um tipo de servo recrutado entre os índios domesticados no litoral e também mestiços e portugueses pobres”. (GONÇALVES, 1997, p. 29).

Diante deste histórico de ocupação, verifica-se que foram

numerosas as situações de conflitos entre brancos e índios por todos os sertões, fruto quer do aprisionamento com vistas à escravização, quer da expansão de áreas agrícolas, pastoris ou mineradoras, o que provocava migrações dolorosas e dramáticas sempre mais para o interior ou a dizimação pura e simples de grande contingente da população nativa. (ARAÚJO, 2000, p. 69-70)

Isso resultou, principalmente, na transformação da realidade até então inerente aos povos nativos. Assim, possibilitou às gerações que se sucederam continuarem a protagonizar diversos outros conflitos, tendo como base a disputa pelo poder a partir do domínio dos diversos bens naturais encontrados na região, que mescla a semiaridez das áreas de Caatinga com a fertilidade da beira do rio.

Com o passar dos anos e com a criação de gado intensificada na região, a população também cresceu. Às margens do Rio Salitre, muitas famílias foram se

⁶ grandes fazendas destinadas a criação de gado, com espaço para aprisionamento do gado e com fonte de água que era cavada no leito dos riachos ou baixios.

estabelecendo e com isso outras ocupações foram surgindo para além do trabalho dos vaqueiros, a exemplo da agricultura que precisou se expandir para suprir a necessidade da população que crescia. Foram surgindo, como existiam as aldeias outrora, os povoados. Muitos deles até hoje trazem a marca da influência indígena, bem como do processo de colonização, tais como: Tapera, Ocrem, Aldeia, Gangorra, Curral Novo, Curral Velho. Mais para a área das serras registra-se: Tapuia, Serra do Mulato. (SILVA, 2013b)

A pecuária de pequeno porte aos poucos também se tornava comum. A criação de caprinos, ovinos, aves e suínos, estes sim adaptados às características do Semiárido brasileiro, era a garantia de carne, ovos, leite e outros derivados o ano inteiro nesta nova sociedade que se instaurava. Em poucos casos havia ainda a comercialização destes animais “em pé” ou já abatidos ou ainda a troca por alimentos que não eram cultivados ou produzidos no Vale, a exemplo de arroz, pão, tapioca, café em grão para ser torrado em casa, como lembrou a senhora Maria Ferreira da Costa⁷ da comunidade de Tapera em entrevista para Silva (2013b).

No aspecto turístico, também o Vale era bastante valorizado. As cachoeiras do Sobrado e de Sobradinho atraíam dezenas de pessoas aos finais de semana, além das serras, grutas e do rio que em sua extensão, até meados de 1970, possuía diversos pontos propícios para banhos. Estes potenciais, porém, nunca foram explorados economicamente e muitos foram desaparecendo com o passar dos anos por força da degradação do rio.

As manifestações culturais e o lazer, em especial da juventude, em grande parte estavam associados. As corridas de argolinha⁸, reis de boi e samba de véio, roda de braço nos terreiros nas noites de lua clara, festas de São Gonçalo, juremadas⁹ e

⁷ Professora aposentada, foi educadora pelo município de Juazeiro durante 31 anos na Escola D. Thomas Guilherme, situada no povoado de Tapera.

⁸ Corridas de cavalo onde corredores pertencentes a dois partidos (Ruciano e Japonês) disputavam tirar o maior de números de argolas em cima de seus cavalos. Para animar, sanfoneiros, rainhas e uma torcida organizada eram preparadas. Muitas vezes a festa seguia por toda a noite especialmente para o partido vencedor e seus adeptos.

⁹ Nestas festas, as/os organizadores/as compartilham uma bebida feita da jurema preta, planta encontrada na Caatinga, em seguida cantam e dançam para os espíritos das matas (caboclos), os quais são incorporados por homens e mulheres que são médiuns. Há forte sincretismo religioso nesta manifestação, uma vez que reúne características do candomblé, espiritismo e catolicismo.

sessões, tudo era motivo de diversão para a juventude. Existiam também os bailes, tocatas, assustados. “Nos domingos à tarde cansei de sair com uma turma para os assustados que eram feitos de dia, assim como as tocatas, a gente se divertia, dançava, namorava”, conta a senhora Maria Costa que muitas vezes realizou também esses eventos em sua casa. Estas festas eram animadas por bandas da própria região ou por radiolas à pilha que tocavam sucessos musicais da época. As crenças religiosas também faziam parte das tradições locais, especialmente os festejos de padroeiros e padroeiras das comunidades, novenas, trezenas, festas de caboclos, procissões, os cordões de penitentes¹⁰ no período da quaresma.

Neste momento histórico não havia ainda energia elétrica e os transportes no Vale do Salitre eram basicamente jumentos, cavalos e bicicletas. Os carros eram posse apenas de grandes proprietários de terras ou vinham da cidade de Juazeiro para transportar pessoas e cargas uma vez por semana, indo em um dia e voltando no outro, conforme sempre contou com detalhes o senhor João Regis Ferreira (*falecido*). Porém, de acordo com Gonçalves (1997, p. 198), desde a década de 1960, as possibilidades de acesso aos bens de consumo modernos já haviam sido ampliadas, e isso decorreu das facilidades de crédito, barateamento dos preços e abertura das estradas. “Coisas hoje comuns – como aparelho de rádio e bicicleta – àquela época causavam forte impacto na vida da gente do Submédio São Francisco alterando sua visão acerca do mundo e de seus valores”.

Todas estas características marcaram uma época que antecedeu a evolução da irrigação no Vale do Salitre. O modo de vida camponês nesta região a cada década passava por transformações provenientes do avanço da tecnologia produzido nos centros urbanos. Neste ritmo, aos poucos, e de forma mais agressiva depois dos anos de 1970, a agricultura irrigada passou a ganhar espaço na região, fazendo do Vale do Salitre, inclusive, referência para outras regiões do país no tocante à produção agrícola.

Esse tipo de desenvolvimento, porém, só acirrou as desigualdades e interferiu

¹⁰ Manifestação religiosa existente da quarta-feira de cinzas à sexta-feira da paixão. Os cordões de penitentes rezam nos cemitérios, igrejas e pedem esmolas nas casas em diversas comunidades. Muitos tiram o próprio sangue em um ritual de auto-flagelo. Em alguns momentos durante o ano pode acontecer de haver alguma saída dia de segunda-feira para pagar promessas feitas por pessoas já falecidas.

diretamente no modo de produção camponesa, conforme já analisava Reis (1986). Com o advento do Perímetro Irrigado Salitre, as mudanças culturais passaram a ser mais latentes, devido ao processo de aculturação. Junto com isso, a expansão das descobertas tecnológicas também passa a ser cada dia mais presente nas comunidades, influenciando o dia a dia das famílias, das escolas, organizações sociais e, especialmente, da juventude, construindo assim novas formas de produção da existência.

3.2 ADOLESCENTES E JOVENS DO SALITRE

Para adentrar essa seara, estamos considerando jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos, conforme define o Estatuto da Juventude (LEI Nº 12.852/2013) e adolescentes as/os que ainda não alcançaram essa faixa.

Ao falar em juventude, cabe defender a existência de juventudes, uma vez que as características variam muito e a cada contexto que nos deparamos percebemos necessidades, anseios e disposições diferenciadas. Esse será, portanto, um conceito a ser aprofundado, visto que a dissertação volta-se essencialmente para este público e o mesmo precisará ser melhor conceituado.

No Salitre, o estilo de vida de boa parte desses/as adolescentes e jovens hoje não se diferencia muito de quem mora na cidade, como acontecia anos atrás. Assim, conforme aponta Oliveira (2012, p. 49):

[...] não se pode considerar o espaço rural como o que outrora tinha a função apenas de abastecer os centros urbanos com os produtos da agropecuária. Esse rural sempre foi historicamente marcado por uma agricultura familiar, balizado profundamente pelas origens coloniais da economia e da sociedade, com três grandes características: a grande propriedade, as monoculturas de exportação e a escravatura. [...] Esse rural é atualmente constituído de uma nova forma de organização e estruturação.

O autor chama atenção para que cada vez mais há menos distanciamento entre o rural e o urbano devido ao “hibridismo vivenciado pela juventude” (OLIVEIRA, 2012, p. 43), sendo esta interlocutora entre essas duas ambiências, possibilitando que as

características culturais e identitárias estejam sempre em movimento. No tocante ao acesso a tecnologias, moda, compreensão política da realidade, percebemos uma certa homogeneização dos gostos das juventudes, seja ela do campo ou da cidade, o que conta com influência significativa dos Meios de Comunicação de Massa e hoje com forte apelo também promovido pela internet.

Por outro lado, é inegável o potencial deste público, tendo em vista sua criatividade, capacidade de engajamento e disposição política para apostar no que é novo. No caso do Carrapicho, inicialmente a proposta foi lançada para jovens, porém adolescentes começaram a se interessar em participar do grupo e acabaram demonstrando interesse e compromisso em se manterem na iniciativa. Em sua maioria são adolescentes e jovens residentes nas comunidades do Médio Salitre, porém conta com alguns/as integrantes que hoje moram na cidade mas mantêm vínculo com a comunidade, passando, por exemplo, finais de semanas e férias na casa de familiares nas comunidades de origem.

Olhar para este público exige compreender os diversos aspectos que circundam o modo de produção da sua existência, considerando os diversos contextos nos quais estão inseridos. Ao levar em conta o espaço social, neste caso o meio rural, repleto de diferenciadas formas de organização, não há como não perceber o quanto heterogêneo é o segmento formado pelos jovens, o que faz com que se fale em juventudes e não apenas juventude. (CARRANO, 2008 apud OLIVEIRA, 2012).

Quando se trata de lugar de fala, não se pode deixar de trazer para o debate outro elemento chave que é a identidade, o que para Hall (2003, p 71) todas “estão localizadas no espaço e no tempo simbólicos”. Dito isto, entendemos com maior clareza o movimento que se instaura em torno da diversidade de perfis de jovens que se tem hoje no Vale do Salitre, compreendendo inclusive que existem características diversas que podem servir de referência para essas juventudes, no entanto, não existe uma definição exata.

Para Oliveira (2012, p 42), é importante atentar para o fato de que “o processo de globalização está provocando um movimento de penetração de ações globalizadas no ambiente em que esses jovens se encontram e, de certa maneira, produzindo novas formas de pensar. Há um movimento de transitoriedade entre o local e o

global e do global para o local”. Isto, inclusive, pede que ao olharmos para essas juventudes percebamos as ressignificações necessárias dentro dos contextos macros e micros onde esses/as jovens estão inseridos/as.

É nessas interlocuções que residem também muitas dificuldades vivenciadas por esses jovens. Em linhas gerais, as/os adolescentes e jovens do Vale do Salitre hoje possuem acesso à escola, tendo garantia de deslocamento para as Unidades onde cursam Ensino Fundamental e Nível Médio, porém, para ingressar em outros níveis de formação é necessário deslocar-se para a sede do município, que fica a uma média de 40 km das comunidades do médio Salitre. Ao concluir o Ensino Médio muitos/as jovens passam a residir com parentes na cidade para estudar, mas a maior parte ou acaba adentrando o mercado de trabalho com foco no comércio ou mantém-se nas comunidades e dedicam-se ao trabalho agrícola, a maioria como diaristas em áreas irrigadas.

Andery (1982) alertava para algo que continua atual, a fragilidade do Estado brasileiro no sentido de planejar e efetivar políticas para as juventudes. Nos últimos 20 anos, especialmente com relação a educação – garantia do ensino básico e médio e aumento do acesso ao ensino superior –, consumo de bens culturais e moradia, por exemplo, houve avanços. Mas apesar disso, ainda pode-se afirmar que “o Estado brasileiro, cada vez mais, envolve uma política classista, elitista e autoritária para os jovens das classes populares e que não tem propostas educativas eficazes para o conjunto da juventude brasileira”. (ANDERY, 1982, p. 94)

A educação, contudo, tem sido o caminho mais indicado para que meninos e meninas que vivem em locais de maior vulnerabilização não venham a compor as estatísticas de violência e criminalidade. Embora seja um espaço cheio de lacunas no trato com adolescentes e jovens, é a escola que tem garantido aos/as jovens do Salitre trilhar caminhos que as/os levem a conquista de uma série de outros direitos essenciais.

3.3 A ESCOLA

A Escola Municipal Manoel Nunes Amorim fica localizada na sede do distrito de Junco e atualmente oferta Ensino Fundamental I e II. A Unidade foi fundada com o nome de Escola Rural do Junco e anos depois (até o momento não foi localizado o registro preciso) o antigo prédio foi derrubado e uma nova estrutura inaugurada com o nome de Escola Municipal Manoel Nunes Amorim. De acordo com relatos orais, a exemplo da professora aposentada Maria Ferreira da Costa (64 anos), a escola ganhou esse nome para homenagear um Senhor de Engenho que na época era visto como um homem importante e bondoso, ofertando trabalho (mão de obra barata) para homens e mulheres da comunidade de Junco e outras comunidades do Salitre. O agricultor Paulo da Costa Ribeiro (92 anos), morador de Junco, diz que trabalhou no engenho dele durante muitos anos e afirma: “aquilo era um homem bom”, referindo-se a sua ação paternalista/assistencialista que até hoje, para muitas pessoas no Vale do Salitre, ainda é vista como o tipo de política correta.

Sua postura de dominação se dava também no campo político eleitoral, uma vez que ele era um renomado “cabo eleitoral” de candidatos a prefeitos, vereadores e deputados do município de Juazeiro (BA). Sua forma de fazer campanha, conforme as informações colhidas, era a prática típica da politicagem, chegando a trocar votos por objetos como tecidos, dentaduras, cestas básicas, etc. Sua relação com os representantes políticos era estreita, porém ele poupava o Vale de políticas públicas e garantia apenas uma ação eleitoreira para manter seu reduto eleitoral e assim fazer uma boa negociação com candidatos/as a cada pleito.

Percebemos que essa construção histórica de mudança do nome da escola não é trabalhada pela Escola, que atualmente conta com 165 estudantes oriundos de 13 comunidades do trecho compreendido como Médio Salitre. No entanto, ao longo de sua história, a escola sempre esteve empenhada em conquistar diversos benefícios para as comunidades do Salitre, em especial as/os estudantes, a exemplo de reformas físicas, transporte escolar, envolvimento em eventos esportivos e culturais, além de apoiar outras demandas pleiteadas pela comunidade e organizações sociais do Salitre.

A estrutura da escola é constituída por 05 salas de aula, um laboratório de informática, secretaria/sala dos/das professores/as, um banheiro feminino e um masculino para estudantes e um para docentes e funcionários/as, cozinha, além de

uma pequena sala onde estão instalados os equipamentos da rádio escola. Esta está situada dentro da secretária, não tendo, portanto, livre acesso por parte as/os estudantes.

O corpo docente é formado por 12 profissionais graduados, sendo que três possuem especialização. No momento apenas uma docente reside na comunidade e está em fase de aposentadoria, as/os demais se deslocam diariamente da cidade de Juazeiro até a escola, que funciona no turno matutino e vespertino. No total a escola conta hoje com 23 funcionários/as, incluindo docentes e demais servidores/as, uma parte contratada a partir de concursos e outra a partir de Reda (Regime Especial de Direito Administrativo).

A rotina dos/as estudantes é própria das escolas de ensino fundamental I e II, onde se cumpre uma carga horária de aulas e realiza algumas atividades extras como eventos promovidos pela escola e atividades extra classe a partir das disciplinas. A escola, nem a comunidade, não dispõe de espaços como quadra poliesportiva ou mesmo pátio, sendo alguns eventos realizados na parte externa da escola que é cercada com um muro de bloco. Ao percorrer as sedes dos demais distritos de Juazeiro, constatamos que o Junco é o único que não conta com equipamentos públicos como praças, quadras, por exemplo. Não possui nenhuma rua calçada e nem serviço de coleta e tratamento de esgoto.

A rádio escola existente na escola foi criada pela Secretaria Municipal de Educação, através do Projeto “Nas ondas do saber”, contudo não houve investimento por parte do órgão para garantir a formação necessária para as/os estudantes, docentes e funcionários, nem no aspecto técnico muito menos no aspecto político. Nesse sentido, esse importante veículo de comunicação existente na escola fica parado, devido a falta de manutenção e desconhecimento acerca do manuseio dos equipamentos, bem como, e principalmente, pela tímida compreensão da importância desse instrumento na construção do conhecimento no espaço escolar.

A direção da escola já manifestou interesse em fazer a rádio funcionar e até providenciar estrutura para que a mesma se torne uma rádio poste dentro da comunidade, porém até o momento não houve esforços concretos para a consolidação dessa ideia. Isso seria um passo bastante estratégico no que se refere

a valorização da escola pela comunidade, assim como consistiria num ganho enorme no processo de formação dos sujeitos envolvidos/as, uma vez que:

A proposta de rádio escolar que defendemos, partindo do estudo crítico dos textos/discursos da mídia convencional, dentro de um processo de conscientização sobre a mídia que temos e que poderemos forjar, sugere a efetiva *construção* de uma **mídia própria** e adequada a cada comunidade escolar. Uma **mídia da escola** que se configure como decorrência de atividades significativas de linguagem, em que os sujeitos envolvidos em sua construção (estudantes, professores, pais e funcionários) possam agir como atores capazes e responsáveis, decidindo *como* e, sobretudo, *o que* querem comunicar: a pauta, os tipos de programas, o formato dos quadros, as trilhas sonoras, os gêneros de texto, as estratégias de locução, etc. (BALTAR, 2012, p. 35) [grifos do autor]

Atualmente são diversas as possibilidades que extrapolam o limite da sala de aula física. Não há como não comparar a atual estrutura da escola com o que existia no período de 1997-2000, quando cursei o Ensino Fundamental II. Nesse momento chegar até a escola já era um desafio, visto que nem o transporte escolar existia inicialmente. Saíamos por volta de 11h de casa, percorrendo seis quilômetros até o colégio. O transporte escolar foi sendo garantido aos poucos, sendo caminhonetes até os anos 2002 e só após esse período foi assegurado ônibus para fazer o transporte escolar no Salitre.

Naquele momento, computador era sonho longe e até ventiladores eram pauta de reivindicação dos/das estudantes quando o calor tomava conta das aulas nas tardes de verão. Um Kit contendo televisão e um aparelho reproduzidor de vídeos, contudo, chegou a escola nesse período. Foi ele que me permitiu, por exemplo, assistir pela primeira vez clássicos como *A Guerra do Fogo*, sem nem imaginar que ali já se tratava de uma das áreas da educomunicação, o uso da mídia na educação.

4. COSTURANDO PALAVRAS, TECENDO CONEXÕES

Aqui temos nos voltado para alguns conceitos, concepções e problematizações com o intuito de defender as hipóteses e cumprir os objetivos desta pesquisa. Partimos do olhar para o campo da comunicação, a partir das provocações que perpassam a Indústria Cultural, apontando em seguida a educomunicação como uma valiosa estratégia de formação mediante sua aliança com a educação contextualizada. Nesse entrelaçamento, caminhamos pela cidadania pressupondo a lógica da emancipação dos sujeitos, especialmente a partir da auto afirmação dos seus lugares de fala.

As conexões teóricas não teriam sentido, porém, e talvez nem fosse possível conectá-las, não fosse o lastro da pesquisa que volta e meia virá à tona dentre os parágrafos deste e demais capítulos. Retomar aspectos das teorias da comunicação, mesclando com novos conceitos deste campo, bem como problematizando aspectos centrais que envolvem a sociologia das relações humanas e da coletividade se constitui um desafio. Olhar para tudo isso com a tarefa difícil de afastar-se da realidade para observá-la ao mesmo tempo em que vivencia a experiência é outro desafio.

Ainda assim, o exercício de lançar-se na costura de palavras é essencial para o amadurecimento acadêmico, além de permitir que chegue a outros locais visões tão peculiares de realidades pouco lembradas pela historiografia dita oficial, aquela que normalmente chega em todas as escolas, de qualquer região, a partir do livro didático. É a necessidade de expor essa realidade ocultada e muitas vezes até negada que nos leva a concordar com Ribeiro (2017, p. 41) quando afirma que “se não se nomeia uma realidade, se quer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível”.

Vemos que para além de mostrar uma realidade, a intervenção na mesma é o que é capaz de promover mudanças. Neste caso específico, em que se trata de provocar problematizações dentro e fora do espaço da educação formal, com o anseio de contribuir na formação de sujeitos, não há como fugir da teoria como grande ponto de reflexão, constituindo, junto com o olhar sobre a prática, a práxis tão requerida

nos processos relacionados a indivíduos envolvidos nas mais distintas formas de organização social.

4.1 INDÚSTRIA CULTURAL, CIDADANIA E EMANCIPAÇÃO

Ao olhar para o cenário da educação e da comunicação que possibilitaram o surgimento e fortalecimento da educomunicação, não se pode deixar de fazer referência à Indústria Cultural, termo bastante mencionado pelos teóricos da Escola de Frankfurt¹¹. A Indústria Cultural elabora produtos e bens de consumo, difundidos através da produção de mensagens, atendendo às estratégias de expansão do capitalismo monopolista.

Bolaño (2000) cita a publicidade e a propaganda como formas que cumprem funções específicas no processo de manutenção deste sistema. Entretanto, o autor chama atenção para o papel do público consumidor neste processo, que passa a ser responsável pela concorrência entre os capitais individuais que são investidos na Indústria Cultural. Com isto aponta para a compreensão de que a massa já não se caracteriza mais como um aglomerado de seres inertes, indiferentes, mas sim como um conjunto de grupos que devem ser “atingidos” de formas diferenciadas.

De forma geral, a Comunicação de Massa sustenta-se sob a justificativa de que permite às massas acesso aos bens culturais antes restritos a uma camada menor da sociedade. É visível a felicidade de jovens do Salitre, e de outros lugares também, ao estocarem em seus celulares músicas de artistas famosos no país ou no mundo, entendendo que agora podem ter esse material sem precisar comprar um CD ou curtir o som a qualquer momento, sem precisar ir a um show, dando-lhes o poder de usar uma dessas músicas até mesmo como toque do celular. Essa difusão das mensagens através dos meios de informação permite aumentar, cada vez mais, o público consumidor dos produtos culturais.

¹¹ A expressão Escola de Frankfurt é geralmente usada para designar o conjunto dos trabalhos de um grupo de estudiosos marxistas, não-ortodoxos, que na década de 1920 desenvolveram a chamada Teoria Crítica. Dentre tais intelectuais destacam-se: Walter Benjamin, Theodor Adorno e Max Horkheimer. (PEREIRA JUNIOR, 2005).

Para Adorno (1973), a Teoria Crítica aponta para a possibilidade de que o uso dos Meios de Comunicação de Massa, no contexto da Indústria Cultural, é feito para impor às massas formas de comportamento, impedindo a formação de indivíduos autônomos, capazes de julgar, decidir conscientemente e assim participar de maneira ativa das decisões de interesses da sociedade como um todo.

De acordo com as palavras de Gomes (1997, p. 44), neste contexto, os meios, que se constituem “canais de transmissão aparentemente inofensivos são um fluxo contínuo de modificações e reajustes do poder”. Esta denúncia é encabeçada pelos estudiosos da Teoria Crítica, que se aproximam dos Meios de Comunicação de Massa com conceitos da filosofia alemã, se opondo à sociologia positivista. Com base nas contribuições do autor, ao referir-se a Escola de Frankfurt, denuncia-se o monopólio na produção e veiculação da informação. Deve-se superar o conceito autoritário, diga-se de passagem, que coloca a comunicação como processo em que há um sujeito ativo emitindo uma mensagem em direção a um receptor passivo.

Sob a justificativa de que atuam como mediadores da realidade, os meios de comunicação criam estratégias para garantir a manutenção de um poder hegemônico que atenda aos interesses dos mesmos. Esta ação está fundamentada na análise de Bordenave (1982) acerca do uso que o poder faz da comunicação e pode ser exemplificada pelas contribuições de Ramonet (2005) ao referir-se ao poder midiático. Para esse autor, um padrão de vida é apresentado através da programação de veículos como rádio e Tv, um modelo transmitido pela imprensa, constituindo assim uma ação do sistema midiático que se configura como aparato ideológico da globalização. “É o sistema que, em certa medida, constitui o modo de inscrever, no disco rígido do nosso cérebro, o programa para que aceitemos a globalização. Esse sistema ideológico, esse aparato ideológico global, é o aparato midiático em seu conjunto”. (RAMONET, 2005, p. 246).

A leitura da obra de Guareschi (2004) e Amaral (2000) permite compreender que, como nem sempre o exercício de poder acontece de forma explícita, no âmbito dos meios de comunicação, uma das estratégias de dominação ideológica se concretiza através da formação da opinião pública. Esta ação ocorre nas mais variadas possibilidades de comunicação oferecidas pelos meios técnicos e se caracteriza como prática inerente aos objetivos da comunicação de massa. Entretanto, alguns

autores divergem ao discutir a responsabilidade dos meios de comunicação na construção da opinião pública.

Melo (1998) defende que os MCM são desencadeadores e não conformadores, instrumentos e não condutores no processo de formação da opinião pública que resulta da definição da opinião majoritária após uma quantificação das opiniões individuais. Já Amaral (2000, p. 147), ao trazer como exemplo o papel dos MCM no controle das eleições e informação, afirma que a “opinião pública não é a soma das opiniões individuais, mas a opinião que uma coletividade assume sobre determinados temas, em função das informações que lhes são transmitidas, como lhe são transmitidas. Opinião pública subtende hegemonia ideológica”. O autor enfatiza que os meios de comunicação, ao controlar o processo de produção e difusão da informação, controlam a formação da opinião pública, passando, portanto, a desempenhar papel relevante como sujeito ativo na política, chegando, inclusive, a defini-la.

Após observar aspectos da sociedade de massa e refletir sobre a formação da opinião pública nesse contexto, percebe-se então, que a Comunicação de Massa permitiu o aumento na troca de informação, mas não há controle do que está sendo transmitido, nem como se dá o aproveitamento das informações recebidas.

Mas, se a comunicação é indispensável à convivência humana e os meios de comunicação podem ser entendidos como verdadeiras extensões do ser humano, conforme defende o teórico Marshal McLuhan¹², para que haja a transformação social deve haver o aproveitamento do poder da comunicação para a expressão, o relacionamento e a participação dos sujeitos na sociedade da qual são parte. Para Bordenave (1982, p. 101), isso implica na tomada de medidas pela sociedade, a começar por novas formas de apropriação e administração dos meios, ou seja, o poder da comunicação deve estar “a serviço da construção de uma sociedade onde a participação e o diálogo transformantes sejam possíveis”.

¹² Aponta a eficácia e o impacto dos meios de comunicação sobre a sociedade em seu contexto histórico e social. McLuhan argumenta que as sociedades apresentam características peculiares decorrentes das ações dos meios de que se utilizam. Para o autor, os meios de comunicação, desde os sinais de fumaça, a telegrafia, a imprensa, o cinema são complementos da palavra, dos gestos e dos sentidos e por isso podem ser considerados “extensões do homem”. (McLuhan citado por BELTRÃO e QUIRINO 1986).

Partindo dessa compreensão, entendemos que, ainda que a espiral do silêncio atinja as minorias sociais, estas também, ao reivindicarem seus lugares de fala, reivindicam a ocupação do espaço de diversos espaços e o midiático está aí incluso. O problema é que, conforme aponta Ribeiro (2017), as condições sociais não garantem a massificação das produções. A autora diz que:

As experiências desse grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratadas de modo igualmente subalternizado, além das condições sociais os manterem no lugar silenciado estruturalmente. Isso, de forma alguma, significa que esses grupos não criam ferramentas para enfrentar esses silêncios institucionais, ao contrário, existem várias formas de organização políticas, culturais e intelectuais. A questão é que essas condições sociais dificultam a visibilidade e legitimidade dessas produções. (RIBEIRO, 2017, p. 63)

Ao insistir na ocupação dos espaços, sobretudo, neste caso, o midiático, outro conceito que conta com nossa atenção é o de cidadania crítica e ativa, considerando, principalmente, a formação de adolescentes e jovens a partir da educomunicação. Nos encontramos aqui com as contribuições teóricas de Tonet (2013, p. 34), que defende a construção de uma cidadania que pressupõe “[...] formar não apenas cidadãos, mas cidadãos críticos, ou seja, pessoas que tenham consciência dos seus direitos e deveres, mas que também sejam capazes de intervir ativamente na construção de uma ordem social mais justa”.

O autor traz para o debate o questionamento acerca da relação entre o conceito de cidadania, tal como conhecemos, e liberdade. A abordagem que conhecemos do termo exige o cumprimento de uma série de normas, direitos e deveres, os quais não são problematizados e por isso muitas vezes nem respeitados. Nesse sentido, cabe nos inquietarmos se apenas falar em cidadania, sem o olhar crítico ou da proposição de mudanças, não seria uma forma de exercer uma liberdade limitada.

Se tomarmos como exemplo os casos de mídias populares e comunitárias que são consideradas ilegais perante a justiça, mas que em sua essência cumprem seu papel social enquanto canal de comunicação e instrumento de formação política de uma comunidade, estaremos falando em cidadania? Cidadania como costumamos tratar aparece geralmente condicionada à legalidade, ainda que não abarque outros conceitos essenciais como justiça social, moral, ética, liberdade de expressão.

Rememoramos aqui as rádios comunitárias que passaram a funcionar na década de 1980 no Território Sertão do São Francisco, um movimento liderado pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), que era influenciado pela tentativa de fortalecimento da participação política em toda América Latina. Devido à morosidade dos processos burocráticos (e também políticos), para uma Associação de Radiodifusão Comunitária conseguir uma concessão do Ministério das Comunicações para operar o serviço, diversas emissoras arriscavam colocar a programação no ar. Esta prática era vista como clandestina e ilegal, resultando em ações truculentas e punitivas por parte da Polícia Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), chegando a registrar na região inúmeras prisões de pessoas e apreensões de equipamentos. (SILVA e SILVA, 2015).

Neste caso citado, a cidadania que é propagada na sociedade não estaria sendo praticada por esses sujeitos, ainda que os mesmos insistissem em promover a comunicação popular sem esperar pelas decisões unilaterais e carregadas de interesses políticos do governo na época. Nossa compreensão, porém, tratava-se de um movimento de luta por justiça social e que contribuía no processo de emancipação política daquelas comunidades. Seria, portanto, uma prática cidadã consciente, ativa e crítica.

O exercício crítico e ativo desta cidadania é o que contribui com a formação do ser social com maiores ou menores características que configure uma emancipação política, já que a emancipação humana requer uma subjetividade contida também na lógica de valores reais, que decorre da forma de ser do ser social. (TONET, 2013)

Para reafirmar essa discussão que traz também uma relação com o protagonismo juvenil estudado nessa pesquisa, adotamos também o olhar de Santos (2011), que considera que a cidadania se aprende. Para ele, o conjunto das liberdades democráticas muitas vezes é uma promessa, a qual é menosprezada, ainda que pareça ser algo que o indivíduo recebe assim que nasce. Nesse sentido, a liberdade passa a ser uma conquista e não uma dádiva, mais do que conquistar o desafio é mantê-la.

Essa liberdade associada ao exercício da cidadania crítica, por exemplo, varia de acordo com cada base social dos indivíduos, uma situação que não é imutável. Para Santos (2011, p. 83),

a metamorfose dessa liberdade teórica em direito positivo depende de condições concretas, como a natureza do Estado e do regime, o tipo de sociedade estabelecida e o grau de pugnacidade que vem da consequência possível dentro da sociedade civil em movimento.

O pesquisador nos convence, portanto, que as continuidades e descontinuidades históricas são fundamentais para entender as mudanças inerentes a compreensão do que venha a ser de fato a cidadania. Ele elenca elementos como a religião e a moda que interferem em processos de consumo e alienação e isso interfere nas visões do exercício da cidadania que insiste em enquadrar as relações humanas em leis, normativas, códigos, estes nunca essencialmente cumpridos e nem propulsores de igualdade das relações sociais.

4.2 EDUCOMUNICAÇÃO: MAIS QUE A JUNÇÃO DE DUAS PALAVRAS

“A Educomunicação muda o nosso olhar, abre portas. Você vê tudo de um modo diferente, não como as outras pessoas veem”

Roseane Pereira Santos - Educomunicadora

A comunicação social, exercida pelos Meios de Comunicação de Massa, não tem exercido a função social que lhe é atribuída, desconsiderando a própria condição de direito humano. Diante dessas ausências e/ou da ineficácia da educação formal e dos meios de comunicação convencionais, Peruzzo (2017) fala da apropriação da comunicação crítica pela educação não formal, situando o surgimento das práticas educacionais nos Movimentos Populares. Para a autora, “essa cumplicidade entre os dois campos ultrapassa as instituições de ensino para penetrar no campo dos grandes meios de comunicação de massa, mas também a comunicação

engendradora no contexto das práticas associativas e comunitárias”. (PERUZZO, 2017, p. 11)

As deficiências no sistema educacional brasileiro inviabiliza, por exemplo, que a comunicação seja abordada como conteúdo transversal nos diversos níveis da educação formal, apesar dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) apontarem a importância dessa temática. Para que este debate seja levado para escola, é preciso que a escola conheça o modo de produção da comunicação e o uso educativo que pode ser feito das TIC's. A formação docente, neste sentido, surge como algo fundamental, visto que a ausência da formação técnica e, principalmente, política de professores, sobretudo do ensino básico, tem sido um dos maiores entraves para o exercício crítico do magistério.

Ao apresentar um cenário de desafios da formação e do trabalho docente mediante processos educomunicativos, Teles (2017, p. 02) alerta sobre

a necessidade de repensar as fronteiras da educação com as outras áreas, em especial, no contexto contemporâneo, midiático, tecnológico e hipertextual, o qual exige reelaborações contínuas do fazer pedagógico em coerência com os discursos constituídos no cenário e processos comunicacionais.

A pesquisadora faz referência às constantes mudanças na sociedade que devem ser seguidas pelos docentes, sejam essas proposições de cunho ideológico ou mediadas pelo mercado, embora, materializadas, segundo Teles (2017, p. 03) “por processos com vistas ao *‘futuro’*, na perspectiva e busca de uma *‘educação melhor’* (grifos da autora)”. Ela faz referência ao contexto de mudanças em um processo de aceleração do tempo e frisa que se não houver avanço na prática, “temos limitações e dificuldades a superar, dar o passo, ficamos na história do passado, da modernidade tardia, temos dificuldades de construir um novo presente”. (TELES, 2017, p. 12).

A ação pedagógica é objeto da educabilidade do ser humano, conforme chama atenção Libâneo (2001) que defende a necessidade da teoria e a prática da educação. O autor pauta “a retomada da noção de educação, como favorecimento das condições de apropriação efetiva dos conteúdos culturais” (p. 100).

O que temos percebido, no entanto, é um distanciamento da realidade, o que não é nada novo no modelo de educação convencional, sendo alternativas a essa formatação, as chamadas escolas diferenciadas, como as Escolas Famílias Agrícolas (Efa), escolas comunitárias, escolas rurais, etc. No caso das Efas, prevalece o a pedagogia da alternância, que consiste na permanência das/dos jovens durante 15 dias na escola e 15 dias na comunidade onde vive. Durante o tempo de estadia na escola participam de aulas teóricas e práticas, bem como dividem-se para executar tarefas básicas diárias como limpeza do ambiente, cuidados com animais, hortas, etc. Já a quinzena que ficam em casa cumprem o chamado tempo-comunidade, onde desenvolvem também tarefas ligadas a pesquisa e aspectos produtivos de acordo com o que estudam no tempo-escola.

Tais iniciativas ajudam a romper com o que Santos (2010) vai chamar de “lógica da produção da inexistência”, que para o autor tem sido uma crescente que se expressa sob a “lógica da escala dominante”, sendo

essa não-existência produzida sob a forma do particular e do local. As entidades ou realidades definidas como particulares ou locais estão aprisionadas em escalas que as incapacitam de serem alternativas credíveis ao que existe de modo universal ou global. (SANTOS, 2010, p. 248)

Ao nos depararmos com a experiência do Carrapicho Virtual, vemos que faz sentido o que é formulado por Berger (1980), quando se refere ao processo educativo como algo que deve ser entendido como esse movimento de emancipação, tanto no âmbito individual quanto coletivo. Para que haja essa emancipação faz-se necessário a consolidação de uma prática educativa que garanta autonomia na construção do conhecimento, considerando a vivência de cada sujeito envolvido, as experiências e anseios.

As experiências de comunicação e educação que se dão nos espaços não formais, a exemplo do Carrapicho Virtual, que não está diretamente ligado a nenhuma instituição formal de educação, se processam justamente com base nesta tomada de consciência, à medida que o indivíduo compreende o poder destas áreas no processo de transformação social, na mudança de atitude, ou seja, no caminhar na contramão da “inexistência”. Neste caso, Soares (2003) destaca que se no contexto

das duas áreas, há uma relação entre a teoria e a prática, se há uma intervenção social e uma reflexão sobre esta prática, pode-se apontar a existência de experiências educacionais. Para o mesmo autor a educação:

busca, desta forma, transformações sociais que priorizem, deste o processo de alfabetização, o exercício da expressão, tornando tal prática solidária fator de aprendizagem que permita ampliar o número dos sujeitos sociais e políticos preocupados com o reconhecimento prático, no cotidiano da vida social, do direito universal à expressão e comunicação (SOARES, 2014, p. 27)

Mesmo sem se propor a competir com os Meios de Comunicação de Massa de grande alcance, muitas iniciativas como jornais de bairro e de escolas, páginas na internet, especialmente nas redes sociais, canais no *youtube*, rádios comunitárias, etc., surgem com o objetivo de possibilitar novos modos de leituras e divulgação de informações. Esta prática exige, segundo Soares (2003, p. 270), a produção e o desenvolvimento de “ecossistemas comunicativos abertos e democráticos” como uma possível solução à carência de criticidade dos cidadãos.

Entendemos por ecossistemas comunicativos um fenômeno que acontece a partir da promoção de uma verdadeira "gestão da comunicação em espaços educativos", ou seja, a comunicação precisa ser planejada, administrada e avaliada, permanentemente. Por isso, o ecossistema comunicativo estará sempre, e necessariamente, em construção. Um conceito que para o autor tem legitimado a eficácia desse campo teórico-prático, a educação. (SOARES, 2010).

Já Martín-Barbero (2011) se refere a ecossistema comunicativo como o sentido dado às novas dinâmicas sociais proporcionadas, sobretudo, pelas tecnologias. Para ele, esse sentido tem sido tão vital que pode ser comparado ao ecossistema ambiental, por exemplo. Ele considera também o universo de possibilidades educativas que as tecnologias promovem, ultrapassando barreiras geográficas e culturais. Isto para ele define também a existência desses ecossistemas.

Um dos apontamentos de Martín-Barbero (2011) é que os ecossistemas comunicativos se constituem a partir de duas dinâmicas: a primeira é a relação com as novas tecnologias e a segunda é a possibilidade do saber ser fragmentado e poder “circular fora dos lugares sagrados nos quais antes estava circunscrito e longe

das figuras sociais que antes o administravam”, a exemplo da escola. (MARTÍN-BARBERO, 2011, p. 126).

No presente estudo, entendemos que o ecossistema comunicativo, conforme Martín-Barbero (2011), é um ambiente favorável proporcionado pelas tecnologias da comunicação e informação. A partir de uma prática educomunicativa, é possível haver uma transgressão à medida que tais ecossistemas permitem a construção de sujeitos sociais, conforme acredita Ismar de Oliveira Soares.

Os saberes construídos, desconstruídos e/ou reconstruídos pela intermediação das TIC's devem ser problematizados, promover a compreensão acerca da necessidade da multiplicidade de saberes, assim como da liberdade de expressá-los. Isto é, neste caso, não basta ter acesso a uma infinidade de canais de comunicação ou deslocar os saberes dos locais historicamente credenciados, mas é preciso, sobretudo, saber o que fazer com essas novas dinâmicas, aproveitando-as como pontos-chaves para uma mudança social. Em outras palavras, na abundância de canais de comunicação, é preciso se questionar o que fazer com eles, a serviço de que eles existem e co-existem.

Uma mudança social a partir destes questionamentos requer o envolvimento dos sujeitos, adquirindo consciência e autonomia, seja no processo de recepção crítica das informações ou de produção de informação. Neste sentido, valorizamos especialmente o conceito trazido por Soares (2010), inclusive tendo em vista a experiência do Carrapicho. A concepção deste autor vislumbra o aspecto da gestão, que é um elemento fundamental quando se fala em experiências educomunicativas.

Esse ponto é desafiador e são poucas as experiências que temos como referência de maior êxito no tocante a gestão. A seguir irei citar algumas que conheci de perto ao longo dos últimos dez anos. Em primeiro lugar, cito como maior exemplo – que além de ter pesquisado a respeito tenho acompanhado *in loco* – a Fundação Casa Grande, situada em Nova Olinda, no interior do Ceará. Conheci a Fundação em 2009 e de lá para cá já tive a oportunidade de visitar a experiência mais três vezes. Sempre novas observações, aprendizados, inquietações, mas, inegavelmente, a cada visita, uma renovação enorme de esperança e crença de que vale a pena apostar na arte, na educação, na comunicação, na educomunicação. A

experiência do Carrapicho, sem dúvidas, é fruto também das minhas andanças por lá.

A Fundação Casa Grande (FCG) não se propõe a ser um ambiente formal de educação, não se identifica como escola nem como instituição, mas sim como um espaço. Noronha (2018, p. 05) enxerga a prática desenvolvida no referido local como educação não-formal e compara:

Na prática educativa formalizada que acontece nos bancos escolares, os conhecimentos são organizados e seguem a lógica do mais fácil ao mais complexo, do concreto ao abstrato. Ela é engendrada num arcabouço legal que lhe dá legalidade e sistematização, mas que também considera como legítima outras formas de práticas educativas, como as que acontecem na FCG.

Recorremos a Gohn (2010) para situar a educação não-formal como uma prática que não é substitutiva à educação formal, mas que apresenta uma complementariedade. Ela cita inclusive que o termo vem sendo usado desde a década de 1980 pelos próprios segmentos da educação formal, que concebe programas, projetos e ações que visam fortalecer o que é desenvolvido pela escola, sobretudo no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem.

Na defesa da importância desse tipo de educação, Cortella (2007, p. 45) escreve que “a Educação não-formal é uma das “esquinas” utilizadas por muita gente séria para poder combater esse bom combate: construir uma cidadania a ser coletivamente fruída, marcada pela justiça e pela paz” (grifo do autor). A expressão construção da cidadania aparece como elemento central nesse processo, inclusive com a ressalva de que não se pode falar, por exemplo, em resgate da cidadania, uma vez que, segundo o autor, no Brasil essa não foi uma realidade presente em sua história.

Enxergamos, portanto, o espaço da FCG como um importante complemento à educação formal posta em prática na escola, pois as crianças e jovens que frequentam a Casa, obrigatoriamente, precisam frequentar a escola regularmente. É necessário dizer, porém, que a prática e a metodologia adotadas na Fundação é justamente o que não se encontra no ambiente escolar da maior parte dos estabelecimentos formais do país.

Trata-se de um trabalho iniciado pelo casal Rosiane Limaverde e Alemborg Quindins, em 1992, que vem formando pessoas para vida, as quais aprendem ali valores humanos e também começam a se descobrir profissionalmente, como foi o caso de Junior dos Santos, que desde a adolescência frequentou a Casa Grande. O jovem formou-se em turismo e hoje possui uma Agência de Turismo de Base Comunitária, promovendo assim a geração de renda no município a partir do que a cidade oferece em torno do turismo cultural e pedagógico.

Pela Fundação já passaram mais de 500 crianças, adolescentes e jovens e hoje uma média de 50 a frequentam com maior periodicidade, além de receber um público diverso da cidade de Nova Olinda e de visitantes que passam pelo município – uma média de 60 mil pessoas por ano. O público de turistas em especial vai à Nova Olinda para conhecer a Fundação e o memorial do Homem Cariri, um museu que foi o primeiro espaço da Fundação, após pesquisas antropológicas de seus fundadores.

A autonomia parece ser um elemento central na rotina da Casa Grande. As crianças vão inicialmente para brincar, uma vez que no espaço existe um parquinho e na casa são feitas também algumas brincadeiras com crianças que chegam a ter apenas 04 anos de idade. Com o tempo, aquelas que se mantêm frequentando ganham um uniforme e aí é quando começa a aumentar a responsabilidade em ir com certa frequência e assumir algumas tarefas na casa.

Vale lembrar a inegável presença da tecnologia como elemento que torna-se parte do processo educativo. As atividades que as crianças começam a se envolver na Fundação, em boa parte estão ligadas às tecnologias da informação e comunicação, a exemplo da produção de vídeos, fotografias e rádio. Mas, para além disso, existe biblioteca, videoteca, gibiteca, todos ambientes que contam com a coordenação das crianças e adolescentes, as/os quais assumem tarefas como catalogação, organização, apresentação do espaço para as/os visitantes e produção de conteúdo nessas mais diversas linguagens citadas.

Apesar do termo educomunicação não ser ouvido quando visitamos a Fundação Casa Grande e as crianças ou adultos que circulam por lá ao nos apresentarem a experiência também não tocarem no termo, observamos que a ação em si é

totalmente educomunicativa. Diferente do Carrapicho, são jovens que vivem na cidade, embora Nova Olinda é uma cidade pequena e com uma relação de muita proximidade com o campo.

O Irpaa também tem apostado na educomunicação e por consequência buscando fortalecer o aspecto da gestão. Desde sua fundação, em 1990, a instituição enxerga a comunicação popular como elemento essencial para divulgação e consolidação da proposta de Convivência com o Semiárido. Nos últimos sete anos, a entidade passou a trabalhar nas formações realizadas também o conceito de educomunicação, muito mais na prática do que na teoria. Atualmente, a instituição executa o Projeto Bem Diverso, voltado para a formação política e técnica de 30 jovens de dez municípios do Território Sertão do São Francisco, com vistas a formação de uma Rede de Comunicação Popular. Esse público pertence a comunidades rurais que praticam o Recaatingamento (replanteio e/ou conservação da Caatinga), uma prática também que vem sendo estimulada pelo Irpaa na região desde 2009.

Fruto de uma parceria entre o Instituto, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o projeto realiza oficinas de forma itinerante nas comunidades onde as/os jovens residem, além de encontros e intercâmbio. As linguagens de texto, rádio, audiovisual e redes sociais estão sendo trabalhadas desde julho de 2018, contando até o momento com jornal impresso e spots elaborados pelos/as jovens durante as oficinas já realizadas. A coordenadora do Projeto junto ao Irpaa, Karine Pereira da Silva, 34 anos, informou que a intenção é estimular a produção de conteúdo nas comunidades tanto sobre o Recaatingamento quanto sobre outras pautas. A aposta nas diversas linguagens é devido a realidade diferenciada das comunidades, uma vez que algumas ainda não possuem internet, outras tem acesso a rádios comunitárias, por exemplo. Ela pontua que com a produção de informação resultante das oficinas e posteriormente a ser feita pela Rede, “os povos, as comunidades tradicionais e a Caatinga têm a oportunidade de serem retratados pelos seus jovens a partir de um imaginário positivo do Semiárido”.

Duas outras experiências que o Irpaa esteve envolvido recentemente também merece destaque. A primeira, em 2017, foi a partir de uma iniciativa da Rede de

Escolas Famílias Agrícolas da Bahia – Refaisa em parceria com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, onde profissionais da instituição ministraram oficinas de educomunicação em algumas Escolas Famílias Agrícolas – Efa. A segunda, em 2018, foi a formação de jovens para produção de um documentário na comunidade Quilombola de Lajes dos Negros, área rural do município de Campo Formoso, no Norte da Bahia. Álvaro Luiz Alves da Silva, 33 anos, comunicador do Irpaa, aponta que nas duas experiências, ambas com jovens de comunidades rurais, cabem destacar alguns elementos: a) O fato dessa juventude já produzir comunicação. Ao seu modo, talvez ainda sem olhar para a realidade onde estão inseridos/as, mas já utilizam instrumentos que hoje estão nas mãos da população em quase todos os locais, como as redes sociais, canais no *youtube*, que são os meios mais usados pela juventude; b) O desconhecimento da comunicação como direito. Mostrar pra juventude que existem leis, as quais não são cumpridas, ou que é necessário haver regulação ou ainda novas legislações, é para ele, uma forma de “descortinar horizontes”.

As/os jovens das Efas foram motivados a elaborarem projetos a partir do contexto da escola, os quais exigiram dos mesmos/as conhecerem técnicas voltadas para o audiovisual, principalmente. Álvaro avalia que isso oportunizou esse público a perceber os instrumentos que eles e elas dispunham e que podem utilizar para promover o que vivenciam ao longo do tempo escola ou tempo comunidade, uma vez que as Efas trabalham com a pedagogia da alternância. Já em Lajes dos Negros, Álvaro destaca que chamou muito atenção do Irpaa o interesse da turma em mostrar as potencialidades da comunidade, que é vista de forma estigmatizada por outras regiões. Diante disso, foi surpreendente o empenho para aprender as técnicas de criação do roteiro, gravação e edição, além do envolvimento como o momento inicial do projeto que são os debates mais voltados à crítica da mídia e direito à comunicação. Após quatro meses de oficinas, o grupo lançou o documentário *Vidas Quilombolas*.¹³ Este Projeto fazia parte do edital Novembro Negro, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi), do Governo da Bahia, que foi executado pela instituição Cactos, que atua naquela região. O Irpaa foi convidado a contribuir com a elaboração do referido projeto e ministrar as oficinas que resultariam na produção do documentário.

¹³ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EA_r05BaCNI

Outro exemplo de um trabalho que vem rendendo frutos no sertão da Bahia é o Projeto Jovens Comunicadores, iniciativa integrada ao Projeto Pró-Semiárido, executado pelo Governo da Bahia, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). O projeto realiza formação atualmente para uma média de 12 turmas distribuídas em três regiões do Semiárido baiano: região de Juazeiro, região de Senhor do Bonfim e região de Jacobina. A ação do governo é garantir os recursos para realizar as oficinas, incluindo despesas com logística e profissionais para ministrar cada temática. Já às organizações sociais que executam o Pró-Semiárido em cada região cabe a mobilização das turmas e suporte em todo andamento do projeto.

A partir de acolhimento de sugestão das organizações, bem como mediante demanda apresentada pelos/as jovens após a apresentação do projeto, foram definidas algumas oficinas como: produção textual, fotografia, literatura de cordel, xilogravura, cidadania, elaboração de projetos. Todas as oficinas possuem carga horária média de 16 horas, com atividades teóricas e práticas. Intercâmbios, visitas a locais históricos e participação em eventos culturais, distribuição de livros sobre a história local e de cartilhas produzidas pelo projeto são também ações viabilizadas pelo Jovens Comunicadores.

Em 2018, a partir das poesias de cordéis produzidas pelos/as jovens durante as oficinas foram lançados dois livretos (Volume 1 e 2), contendo as poesias separadas por turmas e assinadas pelos/as autores. A integrante do Carrapicho Virtual, Roseane Pereira Santos, 16 de anos, que já costuma produzir cordel no dia a dia, seja como uma prática no Carrapicho, na escola, ou em outros espaços, relatou seu sentimento ao ver publicada a poesia.

Que sensação incrível! Ter meu nome escrito no cordel, junto com o nome de meus colegas, foi uma enorme satisfação. Senti esperança e orgulho enorme. A esperança é de que dias melhores estão por vir, com isso, o reconhecimento do meu trabalho com os meus colegas. Já o orgulho é de ter pela primeira vez o meu nome em um cordel conjunto e saber que mais oportunidades surgirão. Agradeço de coração a quem até aqui nos proporcionou esse sentimento forte de felicidade. (SANTOS, 2019)

A coordenadora do Jovens Comunicadores, Emília Mazzei, 40 anos, aponta que a educomunicação é o ponto de partida e de chegada do projeto, que toma por

referência também a necessidade de identificar oportunidades de geração de renda para que essa juventude possa se manter no campo, mas sem ser obrigada a ter apenas como opção de trabalho a agricultura, no que muitos/as desses/as jovens não estão tendo interesse em trabalhar. Para ela, apostar na educomunicação é fortalecer a problematização dos contextos e assim provocar a juventude a protagonizar mudanças.

Trabalhar com Educomunicação, podendo investir na juventude rural por meio de um projeto de governo, me faz crer que mudanças significativas podem surgir, a partir do olhar cuidadoso para a formação contextualizada. Informar, discutir contextos históricos e sociais relacionados à comunicação como direito, e fortalecer a identidade cultural de jovens de 15 a 29 anos, aumenta a consciência e promove alteração nas atitudes do dia-a-dia. Refletir se tornou luxo. As pessoas têm se dedicado ao trabalho para garantir sobrevivência das suas famílias, o pão de cada dia. E, a partir da juventude, do estímulo à crítica, e do fazer diferente, das novas oportunidades que surgem com os conhecimentos práticos, das ferramentas de comunicação, temos percebido sinais e acreditamos que boas novas nos esperam. (MAZZEI, 2019)

Importante registrar que inicialmente esta ação de comunicação não estava prevista no Pró-Semiárido, cujo foco é em assessoria produtiva e educativa às comunidades rurais. Foi a partir do contato com o Irapaa e ao tomar conhecimento da atuação do Carrapicho Virtual que a assessoria de comunicação do projeto elaborou a proposta, sob a coordenação de Emília Mazzei e com o apoio do Irapaa e do Serviço de Apoio a Organizações Populares – Sasop.

Essas experiências reafirmam que a educomunicação surge com a proposta de questionar se o uso das tecnologias está sendo feito em prol de uma real democratização ou apenas em favor da reprodução de um sistema alienante e opressor, que pretende ampliar cada vez mais as classes subalternas à elite detentora dos modos de produção. A prática educacional, por sua vez, se configura como um espaço de discussão para cidadania, que assume posição estratégica de enfrentamento às estruturas que manipulam a opinião pública em favor dos valores sócio-culturais e do poder econômico de uma minoria. (SOARES, 1996).

No Sertão do São Francisco, uma experiência de comunicação popular que inspirou todas existentes aqui citadas, inclusive o Carrapicho Virtual, foi a Rede de Correspondentes Populares mantida pelo Setor Diocesano de Comunicação e

Audiovisual – Sedica. Na década de 1980, o Bispo da Diocese de Juazeiro, Dom José Rodrigues de Souza, estimulou a formação de uma rede de comunicação popular cuja intenção era envolver jovens de comunidades rurais no processo de produção e envio de notícias locais para ser difundido nos canais de comunicação mantidos pela Igreja Católica, a exemplo de programas de rádio e do Informativo *Caminhar Juntos*. A partir de formações políticas e técnicas sobre comunicação, jovens moradores/as da sede e área rural dos municípios de abrangência da Diocese se apropriavam das tecnologias de comunicação disponíveis naquele momento e fomentavam a divulgação de pautas locais.

Importante dizer que a experiência do Sedica se sustentou por uma média de 20 anos, sendo desestimulada a partir da saída do Bispo Dom José Rodrigues da Diocese e entrada de um novo líder religioso que não comungava com a proposta de fortalecimento da comunicação popular. Várias gerações de comunicadores/as populares foram formadas, numa época em que não se contava com os instrumentos e ambientes de comunicação utilizados hoje, a exemplo da internet. Um dos resultados mensuráveis dessa experiência foi o interesse de muitas comunidades e municípios pela Radiodifusão Comunitária. Em um total de 10 municípios que integram a Diocese, nove deles hoje possuem Rádios Comunitárias e contaram com a participação ativa dos/das comunicadores/as do Sedica nos processos de fundação, luta pela concessão e de gestão, com exceção de alguns casos em que houve apropriação do instrumento para uso político, econômico ou religioso. Esse é um problema que é comum no âmbito da Radiodifusão Comunitária e sua existência na maior parte das emissoras do Sertão do São Francisco foi constatada em pesquisa realizada pelo DCH III/Uneb, sintetizada por SILVA e SILVA (2015).

Diante das experiências aqui valorizadas, bem como o que se tem produzido em volta do conceito de educomunicação, entendemos, portanto, que este é um conceito que não se explica apenas mediante a junção de dois termos na escrita, mas que consiste na existência de um novo campo do conhecimento. O termo educomunicador, de acordo com Schaum (2002), teve origem com o argentino Mário Kaplún, que, além de amigo, comungava das concepções de educação do brasileiro Paulo Freire. Kaplún, porém, se referia ao professor/comunicador, não pondo em

discussão ainda a educomunicação como campo de intervenção resultante da interface educação/comunicação.

Entretanto, é indispensável trazer aqui uma das contribuições de Kaplún (1998) que chama atenção para um tipo de educação comunitária, grupal, através da experiência compartilhada e nunca individual. Uma forma de pedagogia da comunicação que reconhece a criatividade de cada indivíduo, exalta valores comunitários, de solidariedade e cooperação. Em consonância com esta visão, Freire (1998, p. 260) esclarece que “a formulação dessa Pedagogia está alicerçada no conceito antropológico de cultura, onde a comunicação desempenha papel fundamental”.

Para tratar de educomunicação, não podemos também nos furtar de citar que nos últimos anos tem crescido os estudos e experiências que ratificam a potencialidade da comunicação e da educação nos processos de transformação social, considerando que são áreas essenciais na formação política de uma sociedade e devem contribuir para seu desenvolvimento. Tais constatações têm por base

inicialmente, a contribuição de Burrhus Skinner (1904-1990), [...]. Célestin Freinet (1896-1966) e Paulo Freire (1825-1997) são reconhecidos como fundadores de perspectivas criativas da inter-relação Comunicação/Educação. Ultimamente, têm sido muito lembrados as contribuições de Jesús Martín Barbero, responsável por uma sólida reflexão sobre a relação Comunicação/Cultura e sobre as teorias das mediações e Mário Kaplún (1924-1998), pioneiro, na América Latina, no campo dos estudos que relacionam a comunicação com os processos educativos. (SOARES, 2010, p. 2)

A partir da necessidade de desenvolver reflexões mais sólidas sobre a relação existente entre a comunicação e a educação, pesquisadores/as brasileiros, tendo forte influência dos estudos já desenvolvidos pelos teóricos já citados, debruçaram-se sobre o tema. No Brasil, os estudos tiveram início a partir de uma pesquisa realizada pelo Núcleo de Comunicação e Educação da ECA (Escola de Comunicação e Artes) da Universidade de São Paulo, junto a um grupo de especialistas de 12 países da América Latina, contando com a parceria de pesquisadores da UNIFACS/BA. Atualmente, existem no país 92 Centros de Pesquisa que discutem educomunicação, o que resulta no desenvolvimento de uma média de 16 projetos por ano, totalizando até o início de 2019 pouco mais de 320

projetos de pesquisas entre monografias, dissertações, teses, etc. Um desses Centros de Pesquisas é o próprio DCH III/UNEB, onde, além de está presente em disciplinas do curso de Pedagogia e Comunicação Social, existe um Núcleo de Educom no curso de Pedagogia, além de Grupos de Pesquisa relacionados.

Em 1999, conforme descreve Soares (2003, p. 266), o governo federal promoveu o Fórum Mídia e Educação tendo como colaboradores fundações e profissionais da comunicação e da educação. Na oportunidade, o NCE/USP apresentou a proposta “no sentido de reconhecer que a relação entre comunicação e cidadania vai além da questão da liberdade de expressão, passando pela universalização do direito à comunicação. A isso se denomina educomunicação”. O documento final do Fórum, portanto, reconhece a inter-relação entre a Comunicação Social e a educação, o que resulta em um campo de intervenção social específico que oferece um novo espaço de trabalho, uma vez que exige a emergência de um profissional com um novo perfil, o educador.

Na mesma obra, o autor, pioneiro nos estudos sobre educomunicação no Brasil, enfatiza que a comunicação e a educação sempre andaram muito próximas e muitos projetos já desenvolvidos apontam que essas duas áreas, na verdade, integram-se. Segundo Soares (2010), a prática educacional vê na educação e na comunicação um espaço de discussão e cidadania, que assume posição estratégica de resistência frente às transformações impostas pelo sistema político, social, econômico gerador de opressões e desigualdades.

Em entrevista publicada no site “Programa Jornal e Educação” (Associação Nacional dos Jornais), o professor Soares (2010) afirmou que

Por um tempo, o conceito educomunicação significou educação para a mídia. No entanto, as pesquisas do Núcleo de Comunicação e Educação da USP apontaram a existência de uma nova realidade, que é representada pelas ONG's, que desde os anos 70 vinham usando a comunicação de forma alternativa. Não no sentido de atender uma demanda do mercado, porém, para colocar temas em debates de problemas sociais. Muitas pessoas em todo mundo, especialmente na América Latina e África, ao desenvolverem esses usos alternativos de comunicação, estavam interferindo tanto na educação, como na comunicação.

Os estudos que tratam deste novo campo de estudo e de intervenção social destacam a importância da ação educacional ser trabalhada tanto no âmbito

dos espaços formais, centrado na escola, bem como nos ambientes informais, como a comunidade, os movimentos populares, as práticas culturais como um todo. Trata-se de uma prática que perpassa a necessidade da democratização da comunicação, a qual só poderá ser consolidada com o engajamento de sujeitos conscientes.

Nesse sentido, Soares (1996, p. 58) explicita que:

às correntes de fundamentação psicossocial e cultural soma-se a vertente política que aponta para a necessidade de esclarecer a população sobre a importância de democratizar os recursos e instrumentos de comunicação, caso se queira preservar a democracia em outros campos da vida social. Não se está falando de outra coisa senão de educação para cidadania.

Compartilhando do pensamento de Ismar de Oliveira Soares, Martín-Barbero (2005) chama atenção para o papel estratégico da comunicação na luta dos povos que buscam a renovação de sua cultura, percebendo-a como elemento que proporciona o reconhecimento de determinada comunidade ou fato social. Para o autor, as dinâmicas e os bloqueios da comunicação se dão tanto na associação dos processos de modernização dos países à revolução das tecnologias comunicativas, quanto na existência de uma comunicação de massa que se caracteriza por seu caráter manipulador, conforme já explicitamos ao tratar da Indústria Cultural.

A educomunicação coloca como indispensável, de imediato, a necessidade de educar os cidadãos para recepção crítica e ativa. Para isso, coloca como necessário o incentivo à leitura crítica dos meios e à produção e difusão de conteúdos que fujam à regra dos veículos de comunicação convencionais. Uma discussão que já vem sendo feita há algum tempo alerta também para a necessidade da inovação pedagógica no âmbito da educação formal, atentando para a existência das novas tecnologias da informação que se multiplicam a cada dia. Esta relação, embora não seja o foco desta pesquisa, foi enxergada na observação a ser realizada durante a intervenção na Escola Manoel Nunes Amorim.

São essas leituras que levam a pesquisadora Ângela Schaum, assim como Ismar de Oliveira Soares, a defender a educomunicação como um novo campo de intervenção social em pleno processo de reflexão e expansão. Para Schaum (2002)

este novo campo vem se constituindo nas últimas décadas a partir da aliança entre os conceitos transdisciplinares e práticas, as quais são permeadas de autonomia.

Assim, “a educomunicação se traduz na *interdiscursividade* (grifo da autora), na mediação dialógica, mas, sobretudo, no agenciamento enunciativo coletivo em que as multiplicidades garantem a coexistência rizomática de redes semióticas” (SCHAUM 2002, p. 92). Nisto, a intervenção social é posta como uma prática emancipatória, conforme nos apresentou Souza (2010) ao tratar das sociologias das ausências e das emergências. No caso específico da experiência do Carrapicho, percebemos que é possível enxergá-la como uma intervenção social educacional “que permite a construção de singularidades que se remetem umas às outras e que se comunicam com uma pluralidade de agentes culturais, coexistindo em multivocalidades e polifonias” (SCHAUM, 2002, p. 92).

Apesar da preocupação com o enfrentamento ao sistema normalmente não fazer parte da realidade de boa parte da sociedade, especialmente as pessoas mais jovens, devido à relação íntima com as tecnologias de informação, a juventude é considerada um público potencial com o qual podem ser desenvolvidas experiências de educomunicação. Entretanto, não há restrição para a execução de tal atividade, pois a intenção é desenvolver atitudes e comportamentos, habilidades e conhecimentos a partir das diversas formas de exercer o direito à comunicação.

Nesse sentido, Anna Penido, no texto *Educação pela Comunicação*, aborda a observação crítica, a experimentação, interatividade, inclusão, criatividade, cooperação e a participação como exemplos de princípios fundamentais desta prática. Penido (2008, p. 49) pressupõe a existência de quatro etapas essenciais nesse processo: preparação, planejamento, produção e disseminação. Essas ações geram impactos na vida social das pessoas e das comunidades, que, uma vez mobilizadas,

mostram-se mais participativas, críticas e pró-ativas em torno de questões do seu interesse; valorizam e lidam melhor com a diversidade e as ações de caráter coletivo e possuem maior nível de criticidade, acesso e apropriação em relação às tecnologias e os meios de comunicação.

A juventude é considerada um público potencial com o qual podem ser desenvolvidas experiências de educomunicação. Entretanto, não há restrição para a

execução de tal atividade, pois a intenção é desenvolver atitudes e comportamentos, habilidades e conhecimentos a partir das diversas formas de exercer o direito à comunicação. Esse exercício flui bem quando se aposta em metodologias adequadas, tendo como base estratégias de formação que sejam capazes de instigar as/os participantes de determinado contexto, motivando-os/as a se sentirem parte da experiência. Quando acontece a apropriação da ação, a compreensão da importância desta para a vida cotidiana, podemos dizer que, no contexto da educomunicação, estamos lidando com a construção de ecossistemas comunicativos.

Ainda com base no que Penido (2008) pontua, ao observar a atuação do Carrapicho Virtual, percebemos o interesse dos/das jovens em terem suas ideias ouvidas, o que, conforme vai se delineando o processo de discussão de temas sociais, essas ideias voltam-se cada dia mais para o respeito à diversidade, os direitos essenciais e a valorização da identidade e história local.

É inevitável, contudo, pontuar que a globalização promovida pela convergência dos meios de comunicação possui um potencial transformador das condições existenciais na vida contemporânea, vide as ressignificações da cultura, modos de relacionamento, produção e representação política, gostos, etc. Isso tudo exige estratégias globais de adaptação à nova realidade, carecendo, portanto, medidas de ordem política, econômica, social, jurídica, a delimitação entre as esferas públicas e privadas, e inclusive orientando a pesquisa e formas de produção do conhecimento no universo da educação formal. (WEBER, BENTZ E HOHLFELDT, 2002)

Para Weber, Bentz e Hohlfeldt (2002, p 131), para fazer sentido na sociedade democrática, esse novo cenário deve garantir “novas oportunidades de ter, literalmente, voz e vez no processo de negociação do lugar do local no global, possibilitando uma inscrição na globalização a partir de um movimento de surgimento de dentro, e não como força de opressão imposta de fora”. Para tanto, defendem como indispensável a formação dos/das cidadãos e cidadãs, e a garantia, por parte do Estado, de possibilidades dos segmentos sociais acompanharem as mudanças de forma que não se deixem dominar, adotando para isso mecanismos como a “educação, a alfabetização digital crítica e o incentivo à pesquisa, notadamente. Por outro lado, devem-se elaborar quadros jurídicos e sociais

específicos para preservar os interesses das categorias mais vulneráveis da sociedade.” (WEBER, BENTZ E HOHLFELDT, 2002, p. 131)

Vemos, neste sentido, a educomunicação como um caminho extremamente importante e necessário, especialmente tomando como referência a evolução das/dos jovens do Carrapicho mediante o envolvimento com as questões sociais locais e globais. Em acordo com Weber, Bentz e Hohlfeldt (2002, p 131), olhamos para o contexto da Convergência Midiática e atribuímos ao Estado e a sociedade civil o papel de promover o desenvolvimento a partir das mudanças resultantes desse contexto atual. Porém, vale frisar que não se deve falar de desenvolvimento

apenas no sentido puramente econômico e material, mas sim (e principalmente) de diversificação das opções de expressão e de cultivo de uma identidade cultural plural e específica, forjada na diferenciação e na singularização locais e no enraizamento regional. (WEBER, BENTZ E HOHLFELDT, 2002, p. 131)

Esta visão pressupõe uma prática educ comunicativa atrelada ao conhecimento, apropriação e problematização das realidades, exatamente o que norteia a proposta de educação contextualizada. Com base nisso temos reafirmado essa inter-relação entre os dois campos.

4.3 EDUCOMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA: UM OLHAR SOBRE A INDISSOCIABILIDADE

O trabalho com as/os adolescentes e jovens nos tem feito perceber que a educomunicação se faz necessária devido ao distanciamento da escola tradicional do cumprimento de seu papel enquanto propulsora de uma educação dialógica, que, conforme apontava o educador Freire (2000), é um problema que está enraizado na própria construção do país que teve início sem diálogo. Ao fazer uma leitura do método Paulo Freire, Brandão (2005) faz referência a sociedade desigual (colonialista, capitalista e opressora) e sua manifestação do poder que oprime as pessoas e determina inclusive o saber. A educação na visão freireana, conforme a análise do autor, é um instrumento a serviço dessa forma de controle, servindo ao poder da sociedade desigual.

Em geral, os currículos e os planos pedagógicos são desarticulados da realidade local e pouco propagadores da problemática da região, o que faz com que a escola deixe de ter participação mais direta na conquista das necessidades da comunidade. Nas cidades, porém, essa prática não é mais avançada, carece, em geral, de mudanças reais na forma de conceber a educação, sobretudo no âmbito formal.

A prática educomunicativa precisa romper com um modelo pouco democrático, centrado em uma historiografia marcada pelos grandes acontecimentos, com a distância entre a teoria e a prática, bem como entre as culturas, ainda que estas sejam próximas em diversos aspectos. Assim, ao se lançar na construção de um ecossistema comunicativo, é preciso pensar sob a lógica da interculturalidade, entendendo a riqueza cultural de determinada região sócio-climática e refletindo a partir dos estudos de Backes (2013 apud Kreutz, 1999). É preciso enxergar, portanto, a educomunicação como uma forma de ruptura com o modelo de educação que prevalece no Semiárido, centrado em uma prática colonizadora e coronelista.

A interculturalidade caminha ao lado de metodologias que valorizam o saber local, as tradições, os valores, a cultura de um povo, a qual pode se perder facilmente se não é documentado, registrado, revisitado. A valorização da história local surge então como uma forma de permitir que a história da humanidade possa ser contada por quem viveu os acontecimentos ou teve alguma ligação direta com os mesmos, podendo depois relatar e contribuir com seu registro, bem como com a interação entre as culturas.

Essa estratégia é parte bastante necessária à proposta de educação contextualizada, uma concepção de educação que integra a lógica da Convivência com o Semiárido¹⁴. No trabalho desenvolvido com o Carrapicho Virtual, é possível também identificar esta prática de educação que toma por base a valorização do local, com foco na história da região. Temos experienciado um encontro da educação, comunicação, arte e cultura, formando um campo de intervenção capaz de provocar problematizações e assim contribuir com a formação de novos sujeitos

¹⁴Apresenta-se como compreensão política do conjunto de elementos que viabilizam a permanência humana na região do Brasil que possui clima semiárido, atendendo para a necessidade de garantia de direitos como terra e água, educação, produção apropriada, valorização da cultura popular, direito à comunicação, respeito ao meio ambiente, defesa das tradições e costumes desta região, Tudo isso deve ser viabilizado por meio da garantia de políticas públicas.

conscientes de sua importância na sociedade, sobretudo onde vivem.

Trazemos aqui também os conceitos de cidadania crítica e ativa de Santos (2011) e intercalamos com as contribuições de Silva (2010, p. 05), ao trazer ao debate a afirmação de que “se a forma de ver o mundo condiciona a forma de nele atuar para transformá-lo, a cada visão de mundo corresponde uma filosofia de inovação que articula modos de interpretação e intervenção”. A partir do envolvimento desses/as jovens em eventos culturais como festejos tradicionais, o interesse por novas formas de lazer, o olhar para as possibilidades culturais e educativas que podem ser acessadas nesse universo do “glocal” (global + local) confirmam a eficácia da aliança natural que se forja entre a educomunicação e a educação contextualizada.

Nesse sentido, iniciativas como estas são necessárias para valorização e consolidação da riqueza cultural local, uma vez que a sociedade de modo geral está voltada para um processo de homogeneização, conforme nos lembra Silva (2010, p 05):

Os saberes, paixões, experiências, desafios, aspirações, frustrações, desejos, histórias, significados, sonhos e potencialidades locais eclipsaram sob o efeito homogeneizador/descontextualizador de modelos globais dominantes em todos os campos do conhecimento, inclusive no da educação.

É importante ressaltar que as/os adolescentes e jovens que integram o Carrapicho Virtual não estão, sob hipótese alguma, desconectados/as da cultura global, ao contrário, são conhecedores/as de aspectos nacionais e internacionais de áreas como a música, moda, eletrônica, influenciadores digitais, etc. O que se quer destacar aqui é a atenção que as/os mesmos começam a dar aos aspectos da história do Salitre, os contos, a história viva, o apego ao patrimônio imaterial, ao meio ambiente, que o grupo está fortalecendo à medida que participa de discussões e realiza eventos culturais, principalmente.

Na escola, na maior parte dos casos, percebemos uma enorme dificuldade de trabalhar a história política, cultural, econômica e social das regiões, ficando os conteúdos engessados, baseando-se apenas nos livros didáticos, muitas vezes com informações divergentes das realidades locais. A história oral, contextualizada,

contribui com a (des)construção da própria história, estimula a prática da pesquisa, permitindo um maior envolvimento com o contexto, por exemplo.

Assim como constatamos que para configurar-se educomunicação há uma relação inseparável da educação e a comunicação, percebemos, portanto, também uma inter-relação da educomunicação com a educação contextualizada, neste caso, para a Convivência com o Semiárido. Tratamos aqui sobre o entrelaçamento, a indissociabilidade, não apenas uma relação de proximidade e semelhança como vem sendo apontado em debates e palestras por alguns/as pesquisadores/as que tem refletido essa prática no DCH III – Uneb, mais especificamente no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos - PPGESA e no Doutorado Interinstitucional em Comunicação – Dinter, ambos ofertados no referido departamento.

Cabe recorrer às referências de Reis, Carvalho e Nóbrega (2011) que tem problematizado os fundamentos da educação contextualizada no Semiárido brasileiro, considerando a produção da existência a partir, inclusive, dos modelos de educação e os discursos que ela constrói e propaga. A educação contextualizada é um dos elementos postos como centrais para a consolidação da Convivência com o Semiárido. Trata-se de uma concepção pedagógica voltada para a valorização dos saberes e das realidades presentes em todo percurso educativo.

Toma-se como referência nesse sentido, teóricos/as do Semiárido brasileiro que têm se dedicado a problematizar o “modelo” de educação que se tem nas escolas da região semiárida, defendendo que estas devem firmar-se a partir de uma proposta pedagógica eficaz, construtivista, que contribua com a emancipação dos sujeitos que se reconhecem em determinado berço cultural. Esses estudos têm apontado a existência de uma educação descontextualizada e colonizadora, o que para Martins (2017, p. 02) um dos motivos é a escola se propor a reproduzir o conhecimento produzido em uma ou duas regiões do país, mais especificamente o sudeste urbano. Como uma das causas dessa descontextualização, o autor diz que há “a constatação de que é aí neste sudeste urbano onde atualmente se concentra a indústria editorial e midiática que produz e distribui esta narrativa hegemônica e seus enunciados”.

Nesta sintonia, Silva (2010) desconstrói o estereótipo tão arraigado na educação brasileira de que o Semiárido é uma região árida e improdutiva e fala sobre a aridez das mentes como um problema maior. É nesta perspectiva que as contribuições do autor tem sido de grande significância para este debate, especialmente a partir da sua obra “Aridez mental, problema maior: Contextualizar a educação para construir o ‘dia depois do desenvolvimento’ no Semi-Árido Brasileiro”. É nesta lógica de transformar a aridez forçada das mentes que a proposta do Carrapicho se sustenta, considerando a gama de possibilidades que o Semiárido brasileiro oferece em todas suas dimensões de existência, e nisso, fazendo um recorte indispensável para o Vale do Salitre.

Assim como se construiu uma imagem negativa do Semiárido¹⁵, o Vale do Salitre sofre o estigma de sua imagem forjada na dificuldade de acesso à água, até mesmo para consumo humano em alguns locais, e outros problemas sociais como precariedade de estradas, por exemplo. O sentimento de pertencimento acaba sendo comprometido, uma vez que muitas pessoas que tem origem na região acabam negando-as, temendo atitudes preconceituosas. A produção do Carrapicho e o debate político que envolve o grupo tem caminhado na contramão desta realidade. Neste caso, vale questionar: o grupo tem buscado assim desconstruir esse contexto, propondo assim uma nova contextualização? Ou, com base nas provocações de Santos (2016), podemos dizer que a linha editorial do Carrapicho Virtual promove uma descontextualização?

Nesse momento da discussão, não podemos deixar de considerar essa concepção de Santos (2016) que causa certos rebuliços na compreensão de educação contextualizada defendida pela Rede de Educação do Semiárido brasileiro – Resab. Para o autor, o que deveria existir era uma educação descontextualizada, uma vez que o que está posto é o contexto, a versão colonizada que nos foi apresentada,

¹⁵ “Estava arraigado no imaginário do país as imagens difundidas pela literatura, pela música, pelas revistas e jornais, pela teledramaturgia, pelo jornalismo, pelos livros didáticos e, sobretudo, pelas ações políticas mantidas pelas diversas esferas de governos. Essas imagens insistiam em vitimar o povo nordestino, fatalisar a seca e assim sustentar o êxodo, acomodar as pessoas e estimulá-las a aceitar as precárias condições de vida, ao invés de exigir uma atenção maior por parte dos poderes constituídos, provocando mudanças concretas naquele quadro construído e amplamente divulgado”. (SILVA, 2016, p. 03)

portanto é preciso trabalhar uma nova perspectiva, a da negação desses contextos, criando assim os descontextos, isto é, novos contextos.

Santos (2016, p 7) explica que a educação contextualizada opõe-se aos modelos colonizadores “e propõe uma emancipação dessas formas de pensamento. Assim ela questiona o contexto e anuncia, luta, por algo diferente dele, propondo um outro contexto, que chamo de descontexto”. Podemos compreender que, nesta visão, esta concepção de educação enuncia um dado contexto, antes negado, ocultado ou estereotipado, havendo, portanto, a necessidade de romper com o mesmo, ou seja, descontextualizar. Enxergando por esse ângulo, podemos entender que Santos (2016) sugere que não seja evidenciado o chamado contexto, uma vez que estes não nos satisfazem, são frutos da colonização violenta sofrida no Brasil. Conforme o autor, falaríamos então em educação descontextualizada ao invés de educação contextualizada? Seria nessa lógica apenas uma questão de nomenclatura? É vantajoso para a construção teórica e prática que vem sendo proposta há cerca de pouco mais 15 anos fazer essa problematização agora? Seria a tentativa de problematizar um paradigma que ainda nem se estabeleceu ao fim e ao cabo?

Independente dessa disputa conceitual, para efetivar essas mudanças na educação, Santos (2013) menciona que as novas tecnologias da informação e comunicação, as quais conectam o local com o global, não podem ser deixadas de lado em hipótese alguma. Refletindo sobre o letramento nesta perspectiva, o autor afirma que a educação contextualizada “não pode ignorar as textualidades ou o fato de que os temas de qualquer tipo de relevância social e cultural estão nas escolas e nas salas de aulas das diferentes realidades por intermédio dos signos (...) que precisam ser organizados em rotinas pedagógicas ricas e produtivas”. (SANTOS, 2013, p. 02)

Outro elemento fundante para a defesa da indissociabilidade entre educação contextualizada e educomunicação é a própria experiência analisada, uma vez que as observações já feitas nesse trajeto de existência do Carrapicho permitem apontar para isso. Ao observar o período que compreende de maio de 2016 a maio de 2018 é visível o empoderamento que esses/as adolescentes e jovens vem conquistando, sobretudo firmando-se e assumindo-se como agentes ativos em um (des)contexto social no qual percebem a importância do relevante trabalho que desenvolvem. O sentimento de pertencimento ao Vale do Salitre, bem como a defesa deste lugar e a

busca por formas de permanências no mesmo diferenciam as/os membros do grupos de outros/as adolescentes e jovens do Salitre.

Tal crescimento se percebe nas discussões entre o próprio grupo e em outros espaços, muitas vezes dando conta de se posicionarem frente a discussões políticas, especialmente quando se trata de debates de gênero, tolerância religiosa, sexualidade e diversidade de modo geral. A visão acerca do poder da mídia e da necessidade de produzir conteúdo local se confirma a cada discussão a esse respeito ou quando apresentam o projeto em eventos. O Cinema Popular é um dos espaços onde o projeto é apresentado para a comunidade, tarefa assumida pelo grupo. Além disso, de 2017 pra cá, o Carrapicho tem sido convidado a compartilhar a experiências em espaços que dialogam sobre educomunicação, o que tem motivado o grupo e fortalecido significativamente a identidade enquanto juventude salitreira.

O olhar para as possibilidades de notícias que podem ser produzidas também se configura como um dos avanços. Observa-se aqui que isso é um resultado significativo de um processo de educação contextualizada não formal, uma vez que todo esse trabalho fortalece o pertencimento, a valorização dos saberes e cultura local. As pautas propostas pelos/as adolescentes e jovens sempre estão voltadas para as realidades do Vale do Salitre, priorizando a denúncia às injustiças sociais e problemas das comunidades ou dando visibilidade às manifestações populares, as potencialidades da região e organização comunitária.

É preciso compreender que a realidade hoje vivida pelos adolescentes e jovens do Carrapicho é uma realidade mediada pelos meios de comunicação, especialmente a internet, e esta realidade a escola não pode desconsiderar em seus processos de ensino-aprendizagem. Contudo, apesar de existirem esforços por parte dos sujeitos pedagógicos imbuídos na tarefa de alfabetizar e letrar, é crescente a decadência do uso da gramática, conforme os padrões adotados no país. Isto reflete no processo de formação crítica, especialmente dos/das educandos/as, e que não pode ser reparada com uma ação isolada mas sim deve contar com mecanismos eficientes adotados pelo sistema educacional do país.

No entendimento desses/as jovens, a mídia livre Carrapicho vem para provocar e conscientizar as/os leitores e leitoras acerca da realidade local, como pontua a educadora Roseane Pereira Santos, de 16 anos: “aqui no Salitre tem que ter jornal... temos que falar das estradas, das empresas que estão chegando e destruindo o Salitre...”. (PEREIRA, 2018) Em outra frente de atuação, o apoio da comunidade, Sônia Maria Ribeiro de Lima, uma das lideranças da comunidade de Baraúna e mãe da educadora Williane Rosária Lima Dias, 21 anos, destaca que esse projeto contribui para que “os filhos do Salitre não esqueçam suas origens e sintam orgulho de ser salitreiros e salitreiras”. (LIMA, 2018)

Williane é hoje estudante de Pedagogia e afirma que a participação no Carrapicho ajudou a perder um pouco a timidez e a aprender a expressar seu ponto de vista sobre determinados assuntos. Ela revela que durante período de estágio aproveita para compartilhar com as crianças conhecimentos que adquire no Coletivo e repassa a importância de integrar o Carrapicho.

É esse movimento proporcionado pelos compartilhamentos com suas mais diversas significâncias que nomeia a educação como estratégia essencial nesse caminho em busca da cidadania. Os diálogos imbricados em ações protagonizadas por adolescentes e jovens, no caso desta análise, constituem utopias necessárias para seguir uma luta em defesa de uma sociedade onde todos e todas tenham oportunidades de ouvir, de falar, de serem ouvidos/as e assim de existir dignamente.

5 CARRAPICHO: UMA PLANTA QUE INCOMODA, UMA MÍDIA POPULAR

“Pra mim, o Carrapicho representa diversidade, o poder que a juventude carrega, mas que muitas vezes não é potencializada. É valorização do Semiárido, assim como reafirmação cultural. Depois do Carrapicho Virtual, sinto que sou a representatividade para outros jovens”

Manuela Ferreira Conceição – Educomunicadora

No Semiárido brasileiro existe uma variedade de plantas conhecidas popularmente por Carrapicho, cujo nome científico varia conforme cada espécie. Nas roças do Vale do Salitre é muito comum nascer após as chuvas um tipo de carrapicho rasteiro que solta seus espinhos com facilidade, se espalhando pelo chão ou dentre outras plantas. Esses espinhos, sobretudo quando secam grudam na pele ou nas roupas e costumam a sair. Apesar de pequeno, ao grudar na pele, ele provoca dor, coceira e se não for retirado totalmente pode gerar alergias ou infecções, conforme relatos colhidos nas comunidades.

Em 2010, durante as oficinas na comunidade de Alfavaca para construção do Jornal Comunitário como parte do meu TCC da graduação, a senhora Ana Clara dos Santos, ex professora da comunidade, sugeriu que o informativo se chamasse Carrapicho. Em meio a outras sugestões levantadas pelo grupo, esta foi a mais bem aceita. As características citadas acima ajudaram a criar uma justificativa, tendo em vista que a intenção daquele meio de comunicação era problematizar, provocar, incomodar. Neste momento já se falava na continuidade do projeto, uma vez que o grupo via como importante a manutenção de um veículo de comunicação próprio do Salitre, feito por pessoas das comunidades, visto que havia dado certo a experiência piloto.

O nome ficou assim mantido, foi confeccionada uma logomarca para o mesmo, a qual se manteve e em 2016 foi apenas acrescentada a palavra virtual. Na ponta da língua de cada integrante do grupo está esta explicação cada vez que alguém pergunta por que Carrapicho.

5.1 DE QUEM ESTAMOS FALANDO?

O Carrapicho Virtual reúne jovens que possuem de 11 a 22 anos de idade. Neste caso, pré-adolescentes, adolescentes e jovens. Em sua maioria são filhas e filhos de agricultores e agricultoras familiares que moram nas comunidades do Salitre, há também mães e pais funcionários/as públicos e comerciantes. O grupo é bastante diverso. Fisicamente isso se enxerga na cor das peles, tipos de cabelos e orientação sexual.

A religiosidade é outro ponto em que essa diversidade se manifesta. Há uma parte que é evangélica e outra parte que não se identifica com uma única religião, embora o catolicismo tenha sido a base da criação dos/das mesmas/os. O sincretismo religioso também perpassa a parcela do grupo que não é evangélica, pois nestas comunidades é muito comum rituais religiosos que se aproximam da umbanda, candomblé e espiritismo, associados em alguns momentos a religião católica e praticados por pessoas que assim se identificam.

A forma de se vestir e usar determinados acessórios só comprova que as distâncias entre o campo e a cidade estão cada vez menores. Em nada as/os integrantes do Carrapicho se diferenciam de adolescentes e jovens da cidade quando se trata de visual. Desde as roupas, calçados, cortes de cabelo, uso de acessórios como óculos, bonés ou ainda equipamentos como celulares, fones de ouvido, não há mais distinção entre os perfis desses/as jovens, que também acessam e seguem artistas, *youtubers*, páginas e sites na mesma dimensão que a juventude urbana.

No que diz respeito à escolaridade, todos/as estão cursando de acordo com a idade, sendo a maioria entre ensino fundamental II e ensino médio. Há um jovem e três jovens cursando nível superior em pedagogia, sendo o jovem em universidade pública e as jovens em universidade privada. Duas das jovens do grupo cursam nível médio técnico no Instituto Federal de Educação. Nestes casos destacados, todas/os estudam na cidade, indo e voltando todos os dias ou passando a semana na casa de parentes e retornando ao Salitre aos finais de semana, momento inclusive em que mais se dedicam as atividades do Carrapicho.

Um aspecto hoje chama atenção de algumas pessoas que acompanham o grupo e ainda carregam consigo preconceitos e visões estigmatizadas acerca da sexualidade das pessoas. Cerca de cinco meninos do grupo dão sinais de que são homossexuais, embora apenas dois hoje se assumem como tal. Dentre as meninas ainda não houve nenhuma demonstração. Apesar de nem todos serem assumidos, o assunto não é de forma alguma tabu dentro do grupo, ao contrário. Percebe-se que há uma acolhida por parte de todos/as integrantes, as/os quais não recriam, discriminam ou reprimem nenhum/a jovem devido a orientação sexual, cor ou outra característica.

O educador Marcos Paulo da Conceição Santos, 17 anos, diz que apesar de não tratar o assunto com seus familiares, hoje se considera homossexual assumido e revela que antes de ingressar no grupo:

me sentia uma pessoa muito estranha, me retraía muito, achando que o que eu sentia por dentro era errado. A partir do momento que passei a participar do projeto, começar a discutir o assunto e começar a ver que estava rodeado de pessoas que me apoiavam ao invés de me julgarem, eu comecei a desabrochar e a me sentir mais confiante, saber que eu não estava errado em ser o que sou e aprender que o errado é você se esconder por trás de uma imagem padrão para ser aceito pela sociedade. (SANTOS, 2019)

Independente das características e personalidades, há uma relação de carinho entre eles e elas, e muita liberdade para falarem de qualquer assunto, seja de ordem social, política ou até mesmo de foro íntimo de cada jovem. Se sentem tão à vontade que em certos momentos as pessoas mais velhas que acompanham o grupo em algumas atividades tem feito reflexões acerca de alguns assuntos que o grupo coloca em pauta nas horas vagas, uma vez que chegam a passar muito tempo tecendo comentários e avaliações acerca de assuntos ligados aos desejos sexuais. Isso é mais visível dentre os meninos que são homossexuais assumidos e as meninas mais velhas.

Essa ânsia de falar sobre sexo, contudo, parece ser uma lacuna que eles/elas buscam preencher, uma vez que nas famílias, escola ou igreja não se trata do assunto com naturalidade. Ao contrário, o que se percebe de modo geral nestes espaços de convivência é a repressão e o julgamento, especialmente quando se trata da perda da virgindade das mulheres, vida sexual dos/das homossexuais ou

ainda situações de abuso sexual que, apesar de não ser explicitado, acaba sendo muito comum nas comunidades rurais também.

Quando em 2016 passei a me reunir com frequência com o grupo aprendi o significado de uma série de gírias, visualizei um grupo de em média 20 adolescentes e jovens altamente seguidores do que de mais atual tinha no mundo da moda e da música considerada mais acessada pela juventude, a exemplo do sertanejo universitário, mas sem faltar também o rap, o *funk* e o novo pop *rock* nacional. Os óculos de grau coloridos, batons fortes com tons vinho-avermelhados e os cabelos cacheados me chamaram atenção. Era ali um grupo que já parecia estar saindo da era da chapinha para alisar o cabelo e alguns meninos adentrando a onda do *black power*. Em meio às discussões provocadas nas aulas de teorias da comunicação que ministro no curso de Publicidade e Propaganda da Faculdade São Francisco de Juazeiro, depois em meios aos debates no mestrado e eventos que costumamos participar, me vinha o questionamento: estariam esses jovens se libertando de algumas amarras sociais reprodutoras de preconceitos ou estariam aderindo a uma nova onda promovida pela indústria cultural, sobretudo pelo mercado de cosméticos, seguindo assim a um dado modismo?

Fui buscando respostas e enxergando no Carrapicho a importância desta atitude de assumir a negritude, a sexualidade, a identidade de ser salitreiro/a sem deixar de vestir ou usar o que é comum ser usado por jovens de outros lugares. À medida que os depoimentos do grupo apontavam uma carga de sentimento de pertencimento à história e a cultura do Vale do Salitre, à auto declaração enquanto povo negro, agricultores/as, remanescente de indígenas, fui percebendo que essas afirmações de identidades individuais foram essenciais para a reconfiguração de uma identidade coletiva que o grupo demonstra e busca visibilizar hoje nos demais espaços que atuam.

Enxergo na escrita de Ribeiro (2017, p. 43) também respostas para isso, quando ela diz que “a própria história tem mostrado que a invisibilidade mata”, por isso as minorias buscam direito a voz enquanto mulheres, negras, negros, homossexuais. Esses segmentos possuem possibilidades menores, por isso, para além de lutar por emancipação, precisam lutar por direito a voz, visibilidade e assim melhores condições de vida.

Nesse sentido, seria urgente o deslocamento do pensamento hegemônico e a ressignificação das identidades, seja de raça, gênero, classe, para que se pudesse construir novos lugares de fala com o objetivo de possibilitar voz e visibilidade a sujeitos que foram considerados implícitos dentro dessa normatização hegemônica. (RIBEIRO, 2017, p. 43)

Tem crescido no Brasil diversas experiências de Coletivos afros que passam a trabalhar o debate da (des)igualdade étnico-racial a partir do cabelo, por exemplo, usando penteados, *dreads* ou simplesmente crespos e cacheados naturais. A partir disso fortalecem a identidade negra, compreendendo a situação de inferioridade em que o/a negro/a é colocado/a ainda no Brasil e assim passando a reivindicar/construir lugares de falas e políticas públicas de reparação.

A juventude que hoje integra o Carrapicho é vista na escola, na comunidade e nos locais onde falam da sua experiência como exemplos a serem seguidos/as. Apesar da pouca idade, muitos/as se mostram bastante responsáveis com as tarefas que assumem, já outros/as costumam oscilar a depender dos demais compromissos com os quais vão se envolvendo, a exemplo de eventos na escola, igrejas. Isso, contudo, não afeta de forma muito evidente na produtividade do grupo do ponto de vista de quem o acompanha e passa a admirar ou mesmo apoiar.

O perfil de liderança é algo que precisa ser amadurecido no grupo. No momento cerca de três jovens acabam assumindo essa função, porém de uma forma ainda não organizada e nem planejada. Uma preocupação hoje já toma conta de parte do grupo: a geração de renda. Nisto, as/os jovens que cursam nível superior, tanto na universidade pública quanto privada hoje desenvolvem atividade de estágio, sendo as meninas nas próprias comunidades do Salitre e o menino em uma escola na sede do município. Dentre as/os demais, alguns/as trabalham dando diárias em roças na margem do rio ou no Perímetro de irrigação Salitre ou ainda ajudam familiares em pequenos cultivos e/ou criação de animais. Essa preocupação traz perspectivas ao grupo à medida que vislumbram possibilidades de gerar renda a partir do que tem aprendido a fazer e com isso traz à tona outra inquietação: a necessidade de renovação o grupo. Esses rebuliços serão ainda tratados mais adiante.

5.2 UMA IDEIA, UMA INICIATIVA, UMA EXPERIÊNCIA

A voz dos sujeitos envolvidos é uma necessidade e é o elemento central para dar vida e significado a esta pesquisa. A análise, para além de buscar responder a um problema de pesquisa, se propõe a ser uma contribuição para refletir uma experiência de educomunicação em curso e em processo de consolidação. Mais que isso, é uma oportunidade de fortalecer uma iniciativa de pesquisa-ação que nasceu da Universidade em 2010 mas que ganhou o chão dos acontecimentos ao ser abraçada pelos sujeitos que a constroem e reconstróem diariamente.

Fotografia 1 – Carrapicho (primeira versão impressa)

Projeto Salitre: terra que continua prometedora

Palavras Cruzadas

1. Origem do nome Salitre.
2. Simboliza força do comércio.
3. O nome usado para certos insetos.
4. Massa resultante de um amasso.
5. Planta da caatinga usada para tingir roupas.
6. Matéria prima utilizada para fazer vidro e vidro.
7. Líquido retirado da casca de açúcar.
8. Modificação química realizada no mela do açúcar.
9. Fruto que foi introduzido antes da chegada do açúcar.
10. Fruto que chegou ao Brasil nos navios de açúcar.
11. Cuidado com o trabalho para fazer o açúcar.
12. Pimenta que trabalhava no campo do açúcar.

Expediente

Projeto Salitre: terra que continua prometedora

Projeto Salitre: terra que continua prometedora

Carrapicho

Informativo Comunitário do Vale do Salitre

Ano 1 - Edição 1 - Fevereiro 2010

LUTAS PELA ÁGUA NO SALITRE EXISTEM HÁ QUASE 40 ANOS

Falta d'água no Salitre gerou mortes em 1984 - pág. 02

Canal de açucar já foi base do Vale - pág. 02

Mesmo com avanços na tecnologia, a comunicação ainda é precária - pág. 03

Projeto Salitre: terra que continua prometedora - pág. 04

Editorial

O jornal "Carrapicho", um meio comunitário, vem com o propósito de ter seu conteúdo produzido por pessoas, incluindo os salitreiros envolvidos a refletir sobre a realidade atual perante a afirmação que é preciso ampliar a luta pela democratização da comunicação, reivindicando assim a construção de uma sociedade onde haja participação popular.

Procuramos escrever sobre os problemas, as lutas, as conquistas, as conquistas e desafios do povo do Salitre. É, na certeza de que os meios de comunicação podem contribuir com a luta dos povos por uma outra sociedade, através de que os leitores e leitores empenhados em mudar as coisas, e sim, os "fazendeiros", comprometidos, de produzir pelos carrapichos.

Siguem frente!

Fonte: Arquivo da autora

Fotografia 2 – Oficina do Projeto Carrapicho Virtual (Edital Outra Parada/BrazilFoundation)



Fonte: Arquivo da autora (2016)

Diante do que temos sistematizado, podemos observar que hoje o Carrapicho Virtual é visto como um canal de comunicação da região do Salitre. Essa afirmação aparece na fala de lideranças das comunidades e moradores/as que procuram o grupo para sugerir (o sentido mesmo seria ofertar) pautas tidas como merecedoras de divulgação. Exemplo disso foi o vídeo produzido pelo grupo no início do ano de 2018, noticiando o desabamento de cisternas domésticas construídas pela Codevasf – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba. À convite de moradores/as prejudicados/as com o incidente, o Carrapicho noticiou o fato, cobrando inclusive providências por parte do órgão responsável. No período chuvoso no ano de 2017, o grupo também foi requerido para noticiar a interdição de uma estrada devido à ação da chuva. No *facebook* o vídeo ultrapassou 2.700 visualizações e no dia seguinte à postagem a prefeitura enviou maquinário para consertar a estrada, o que fez com que o grupo ganhasse bastante visibilidade e credibilidade junto à população do Vale do Salitre.

Sem uma periodicidade definida, por vezes passando certo tempo ociosa – considerando a instantaneidade da internet – a página divulga notícias a partir de um processo de produção de conteúdos baseado na responsabilidade com a informação, dando visibilidade a pautas de relevância social para a região. Tais pautas são definidas durante reuniões presenciais ou por meio do grupo no *WhatsApp*, sendo foco eventos ou acontecimentos a serem cobertos pelo grupo ou

as chamadas pautas frias (atemporais). Nesse canal de comunicação interna também ocorre desentendimentos entre membros, muitas vezes chegando a gerar polêmicas extensas e cansativas. É ainda o ambiente para a mobilização do grupo para atividades, uma tarefa que nem sempre é fácil, pois, devido a outras responsabilidades é comum necessitar de um trabalho forte de mobilização para reuniões, oficinas e outros eventos. Esta tarefa é assumida em linhas gerais ainda por mim, contando com o auxílio de alguns/as integrantes do grupo. Em momentos específicos, é atribuído a alguns/as jovens a tarefa de mobilizar e/ou organizar determinadas atividades.

Desde julho de 2016, o grupo se reúne mensalmente, sempre de forma rotativa nas comunidades onde reside a maior parte dos/das adolescentes e jovens. Esses encontros são momentos para discutir sobre a atuação do Carrapicho, além de acontecer a definição de pautas que o grupo deve transformar em notícias ou eventos que os mesmos estarão envolvidos. Nem sempre as reuniões são tranquilas, embora geralmente sejam produtivas. Há conflitos, discordâncias, transposição de situações vivenciadas no *WhatsApp*, além de nem sempre contar com todos/as participantes do Coletivo.

A estratégia de realizar reuniões embaixo de um tamarineiro, por exemplo, foi uma tentativa de não permitir avançar conflitos com relação a definição de uma comunidade como local fixo de encontro. Se isso acontecesse acomodaria parte do grupo residente na referida comunidade, sendo injusto como as/os demais que sempre teriam de se deslocar. A árvore fica situada em uma roça de uma antiga liderança comunitária da região e divide o caminho entre as comunidades que mais possuem jovens integrando o Carrapicho.

Fotografia 3 – Reunião embaixo da árvore para dividir o caminho para tod@s



Fonte: Hellen (2018)

Em algumas reuniões temos experimentado a discussão acerca de temas em evidência no país, a exemplo das eleições, polêmicas em destaque na mídia. Há também momentos de estudos de assuntos específicos ligados a juventude, ao Salitre, a comunicação, como foi o caso de uma reunião que contou com a participação da jornalista e produtora de Tv Naiara de Oliveira Soares durante visita da mesma ao Salitre. Em outra ocasião, as/os jovens leram e discutiram poesias de cordéis produzidas por Jarid Arraes, que trabalha temáticas ligadas a diversidade.

Fotografia 4 – Leitura de Cordéis sobre diversidade



Fonte: Autora (2018)

Outros momentos que o grupo tem vivenciado com frequência são as oficinas realizadas por instituições apoiadoras do projeto, as quais se voltam para o aperfeiçoamento da técnica de produção de notícias bem como para temas relacionados ao direito à comunicação e direitos humanos e sociais, além do fortalecimento das identidades dessas juventudes.

O Carrapicho mantém ainda o Cinema Popular, que consiste na exibição de filmes nas comunidades. A ação foi proposta no projeto enviado ao edital *Outra Parada* e teve prosseguimento, conforme vontade manifestada pelo grupo. Até o momento nove comunidades já sediaram o evento, que acontece sempre sábado à noite e reúne em média 60 pessoas, havendo comunidade que chegou a registrar em torno de 100 pessoas. Os filmes exibidos até o momento foram produções nacionais como *Tapete Vermelho*, *Saneamento Básico*, *Narradores de Javé*, *Guerra de Canudos* e comédias do cinema cearense como *O Shaolin do Sertão* e *Cine Holliúdy*.

Quando se define a data e o local de realização da sessão de cinema, um cartaz é produzido para divulgar o evento nas redes sociais. Na montagem da estrutura, uma mesa para instalar o projetor, o notebook e uma cadeira mais alta para a caixa de som, para que o som chegue bem ao público que chega a pé, de moto, caminhonete. O cenário é montado no oitão¹⁶ de uma casa, igreja, escola ou da sede da associação e a projeção é feita na parede, se for clara. Se não for ergue-se uma tela improvisada com lona branca e canos nas pontas em formato de baner.

Fotografia 5 - Divulgação do Cinema Popular

¹⁶ Espaço na lateral de uma casa; parede geralmente mais alta, o espaço livre ao lado dessa parede, uma vez que na área rural dificilmente as casas são coladas, logo a maioria possuem oitão.



Fonte: Arquivo da autora

A comunidade que sedia por vezes providencia pipoca para ofertar aos participantes e ajuda a reunir bancos e cadeiras para acomodar todo mundo. Quando o número de pessoas supera os lugares, os acentos improvisados variam desde motos a pedaços de tronco de árvores, capacetes ou tijolos. Sempre quando perguntamos durante as sessões quantas pessoas presentes já foram ao cinema, poucas levantam a mão. Isso é decorrente da limitação do acesso a bens culturais, tidos como supérfluos pela maioria das pessoas do campo. Apesar da produção cinematográfica, que retrata sob outras óticas o Semiárido, ter tido um salto nas últimas décadas, conforme aponta Moreira (2018), a maior parte da população das comunidades rurais só conhecem esses produtos quando chegam a ser exibidos pelas Tv's abertas.

Ainda não foi constatado avanço no sentido de haver debate ao final da exibição do filme, o que tem-se avaliado que as sessões precisam iniciar mais cedo, já que quando começa por volta das 20h, após uma hora e meia em média de filme, as pessoas consideram tarde para estender a programação. A dificuldade em esperar para discutir, ao meu ver, porém, não se justifica pelo horário, uma vez que as mesmas pessoas costumam passar até a noite em outros eventos. Mas se deve a falta de compreensão acerca da importância deste momento de debate, algo que a maior parte daquelas pessoas não está acostumada a participar e que o Carrapicho deverá aos poucos tentar transformar essa realidade.

As/os jovens então falam da proposta do projeto logo no início e agora planejam apresentar também antes da exibição dos filmes alguns vídeos curtos produzidos pelo grupo. Na maioria das vezes, uma mesinha com venda de lanches também compõem o cenário, uma prática do Carrapicho para angariar fundos para o coletivo. Em 2018 o grupo começou a se apropriar da instalação dos equipamentos e no mesmo ano realizou a primeira sessão sem a minha presença.

Fotografia 6 – Montagem de equipamentos para sessão de Cinema Popular



Fonte: Autora (2018)

Curioso destacar que o Vale do Salitre já foi cenário de algumas produções cinematográficas brasileiras, como curtas e longas-metragens, minisséries, clipes, comerciais e até novelas. A gravação do filme *Guerra de Canudos*, em 1996, movimentou o Vale, sendo a primeira produção que envolveu grande número de pessoas tanto na construção da cidade cenográfica, quanto na figuração. Com 10 anos na época, na condição de figurante, eu fui uma das crianças que se encantou com os bastidores da produção que eu não sabia ao certo do que se tratava. Ao conhecer depois a história de Canudos, entendendo como massacre e não guerra, lamentei muito aquele povo até hoje não saber ao certo sobre esse capítulo da nossa história. Quando o filme foi exibido em telão na comunidade e anos depois na Rede Globo de televisão, a empolgação das pessoas se verem na tela ou reconhecerem parentes, amigos/as, conhecidos/as e lugares era tamanha que a

história contada era um detalhe deixado de lado. Em 2017, na comunidade de Junco, o Carrapicho realizou uma sessão do Cinema Popular exibindo o referido filme. Na ocasião, o massacre completava exatos 120 anos, o que foi determinante para a escolha do filme, assim como vimos aí uma oportunidade de falar um pouco da real história protagonizada pelo povo do beato Antônio Conselheiro.

Outras produções como a novela da Rede Record *Marcas da Paixão*, os filmes *Eu, Tu Eles* e *Reza a Lenda* e a recente minissérie global *Amores Roubados* também tiveram as comunidades, o rio e as Caatingas salitreiras como cenários principais, além da sua gente compondo os cenários. A aposentada Maria Ferreira da Costa também conta que quando criança presenciou gravações de um filme sobre cangaço, onde cenas envolvendo os personagens de Lampião e Maria Bonita foram gravadas dentro do cemitério da comunidade de Tapera¹⁷.

Nessa relação com a produção cinematográfica, a economia política da comunicação está bastante evidenciada, considerando que para Dantas (2012) esta noção engloba os meios de comunicação a partir da problemática da economia, mas relacionando com aspectos da política e da cultura. Buscar entender a economia política da comunicação é analisar “os processos pelos quais a sociedade se supre de bens simbólicos industrializados nas condições capitalistas de produção e consumo, inclusive os seus processos políticos e institucionais, assumindo como ponto de partida e de chegada a teoria do valor-trabalho.” (DANTAS, 2012, p 286).

Diante dessa presença do cinema brasileiro no Salitre, temos observado que na lógica da economia política da comunicação prevalece uma relação de exploração ou, para não subestimarmos a população local, podemos falar em desajustes no que se refere ao que se lucra com a produção de filme de grande bilheteria. Apesar de algumas pessoas trabalharem durante essas produções – seja como figurantes, na construção de cenários ou como assistentes de produção – ou alugarem imóveis para compor cenários cenográficos ou servir de ponto de apoio às equipes, há pouca valorização financeira disto. Ou seja, em geral se tratam de produções caras

¹⁷ Essa lembrança veio à tona anos atrás quando, ao assistir ao filme *Lampião, o rei do Cangaço*, identifiquei as cenas no cemitério de Tapera, que possui túmulos de pedras construídos há séculos. Ao compartilhar a informação, Maria Ferreira da Costa (minha mãe) rememorou o fato mencionado. Até então ela nunca tinha tido acesso ao filme.

mas que não rende muito para quem é salitreiro/a, que pega pouco ao deixar levar muito do potencial que a região tem.

Esse tem sido um debate travado por vezes também no Carrapicho, que, ao se sentirem pertencidos a esse contexto de possibilidades, porém de exploração diante dessas situações, já questionam. Isso tem ajudado o coletivo a começar a vislumbrar essa diversidade de potencialidade que o Vale do Salitre possui como uma estratégia de geração de renda, o que exige do grupo cada vez mais formação, compromisso e uma boa gestão, que é um grande desafio para qualquer organização.

Apesar de ainda não ter conquistado uma autonomia suficiente para que o grupo continue sozinho, a gestão compartilhada tem se feito presente na proposta do Carrapicho Virtual, embora nem todos/as participantes assumam responsabilidades, a exemplo da iniciativa em produzirem os conteúdos e postar na página, de conduzir uma reunião ou outra atividade ou mesmo propor ações, encontros, discussões. Essas demandas são, aos poucos, assumidas por um núcleo menor que naturalmente se destaca dentro do grupo e que começam a provocar alguns debates políticos, propor atividades e assumem aos poucos a condução de eventos como o Cinema Popular, por exemplo.

Um desafio lançado ao grupo este ano de 2019 foi a realização do Reis de Boi e Samba de Véio. Nesta edição as/os participantes assumiram todos os encaminhamentos necessários à realização do evento antes e durante. Desde a divulgação, passando pela confecção das figuras e o gerenciamento da programação no dia do evento. O público compareceu de forma surpreendente e as/os jovens conduziram de forma a garantir o cumprimento da programação com tranquilidade. Na ocasião assumi uma postura muito mais de observadora/pesquisadora do que de participante da iniciativa.

A jovem Manuela Ferreira, de 16 anos, é uma das jovens que assumiu postura de liderança na organização do evento e no grupo de modo geral. Ela é assídua nas atividades, tem uma participação ativa no grupo virtual e tem se apropriado de diversos temas transversais, além de compreender com muita facilidade a proposta da educomunicação. A mesma já esteve em eventos fora do município de Juazeiro

e até mesmo do estado da Bahia representando o grupo. Em uma dessas viagens, em 2017, ela foi responsável por socializar a experiência do Carrapicho Virtual em encontro da Rede de Comunicadores/as da Asa – Articulação do Semiárido. Esse destaque, contudo, pode ser analisado também como uma certa ameaça ao processo de gestão compartilhada, uma vez que parte do grupo pode transferir para esta jovem algumas das responsabilidades que deveriam ser assumidas coletivamente.

Fotografia 7 – Manuela fazendo abertura do Reis de Boi em Alfavaca



Fonte: Carrapicho Virtual (2019)

Por outro lado, alguns/as jovens se sentem motivados/as a também assumirem essas tarefas de representação, intensificando assim seu interesse em se apropriar cada vez mais da proposta do projeto. A partir do Projeto “*Carrapicho: Educomunicação e Ecoturismo com jovens do Vale do Salitre*” que em 2017 venceu mais um edital da BrazilFoundation, outros/as jovens também se destacaram no grupo no sentido de assumir algumas posições de lideranças. Exemplo disso foi Marcos Paulo da Conceição Santos, 17 anos, além de ter se dedicado bastante às atividades do referido projeto, passou também a ter maior disponibilidade para as atividades por ter concluído o ensino médio. Manuela, ao contrário, devido a necessidade de se dedicar mais ao curso técnico no Instituto Federal, onde estuda o dia todo, tem agora menos tempo disponível para engajar-se nas atividades, embora sempre busque manter-se ativa, presente nas atividades planejadas e dando suas

contribuições cada vez mais qualificadas, especialmente no que diz respeito a temas como feminismo e igualdade étnico-racial.

Com um ano de existência, em 2017, o grupo começou a ganhar espaço, sendo, por exemplo, convidado por escolas e outras instituições ou movimentos sociais para fazer a cobertura de eventos ou mesmo para representar a juventude. Em julho de 2018, o Carrapicho esteve presente no XX Intercom Nordeste que aconteceu em Juazeiro. Na oportunidade dividiu espaço em uma mesa com representantes do Canal Futura para falar sobre a experiência do grupo em produção de conteúdo. Percebe-se que isso tem motivado as/os participantes, embora ainda nem sempre o grupo consegue se organizar para atender a tais demandas em virtude de suas rotinas ou de algumas dificuldades como deslocamento.

Fotografia 8 – Participação do Carrapicho no XX Intercom Nordeste



Fonte: Irpaa (2018)

Em eventos grandes, a exemplo da I Feira da Agricultura Familiar e de Caprinos e Ovinos do Vale do Salitre, realizada de 01 a 03 de setembro de 2017, a página no *facebook* foi o único meio de comunicação a pautar o evento, garantindo, inclusive, transmissões ao vivo. Somado a isso, a garantia de um estande do grupo no local, foi importante para auto estima dos/das adolescentes e jovens, bem como para chamar atenção de alguns/as sobre tamanha responsabilidade do projeto e compromisso que precisam ter. Na ocasião o grupo apresentava o trabalho para as/os visitantes da Feira, que variavam desde moradores/as do Salitre até representantes da prefeitura e apoiadores como Banco do Nordeste.

Fotografia 9 – Estande do Carrapicho na I Feira

Fonte: Carrapicho Virtual (2017)

Passado o evento, no grupo de discussão do *WhatsApp* era comum os registros acerca do número de visualizações das postagens relacionadas ao evento, o aumento de curtidas na página e o número de elogios registrados pelos internautas que acompanharam todo o evento de suas casas, alguns/as em outros estados do país. Um dos vídeos postados como transmissão ao vivo superou a marca de cinco mil visualizações, o que foi motivo de muita comemoração entre a turma.

Na segunda edição da Feira, em setembro de 2018, o Carrapicho contou com um espaço físico de maior destaque, servindo como estande do grupo, loja e espaço para produção dos conteúdos durante a Feira, inclusive com acesso a internet. Além de toda a cobertura, desta vez o grupo apareceu como um dos apoiadores oficiais e realizou durante o evento a I Mostra de Audiovisual do Vale do Salitre, apresentando vídeos sobre potenciais locais turísticos do Vale. Um feito do grupo no evento foi ainda a entrevista coletiva com o então Prefeito de Juazeiro, Paulo Bonfim, momento para o qual o grupo se preparou definindo as perguntas e as pessoas que participariam da entrevista.

Fotografia 10 – Transmissão ao vivo durante II Feira (Entrevista com Tiano Félix - Secretário de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Pecuária de Juazeiro)



Fonte: Carrapicho Virtual

Esses feitos rendem importantes observações acerca do processo de gestão e amadurecimento dos/das integrantes do Carrapicho. A cobrança feita entre eles/elas e por eles/elas acontece de forma mais intensa nessas situações, algo delicado e que por vezes provoca conflitos internos. Há situações em que não cumprem pautas ou atrasam muito na produção das mesmas, chegando a ocorrer casos em que acabam não produzindo a notícia com a qual se comprometeram. O processo de mobilização também nem sempre é fácil, exigindo o gasto de energia no momento de organização de encontros, oficinas e outras atividades. A responsabilidade com a mobilização do grupo aos poucos vem sendo assumida por alguns/as integrantes do grupo.

Parecem indispensáveis alguns questionamentos. Como esses/as jovens, pertencentes a mesma faixa etária, com níveis de escolaridade semelhantes, podem resolver conflitos gerados, aparentemente, pela falta de responsabilidade? Em que medida os acordos de convivências permitem ou inibem a livre participação de uma/a adolescente ou jovem no Carrapicho? A forma como se dá a acolhida de um/a novo membro influencia na sua permanência no grupo? Esse olhar se faz necessário nesta pesquisa-ação, vislumbrando inclusive uma avaliação mais isenta.

De modo geral, é possível dizer que visualizamos um empoderamento que esses/as adolescentes e jovens vem conquistando. Isso se percebe nas discussões entre o próprio grupo e em outros espaços, muitas vezes dando conta de se posicionarem

frente a discussões políticas, especialmente quando se trata de debates de gênero, tolerância religiosa, sexualidade e diversidade de modo geral. A visão acerca do poder da mídia e da necessidade de produzir conteúdo local também se confirma nas discussões a esse respeito ou quando apresentam o projeto em eventos.

O olhar para as possibilidades de notícias que podem ser produzidas também se configura como um dos avanços contidos na experiência do Carrapicho. Observa-se aqui que isso é um resultado significativo de um processo de educação contextualizada não formal, uma vez que todo esse trabalho parece fortalecer o pertencimento, a valorização dos saberes e cultura local. As pautas propostas pelos/as adolescentes e jovens sempre estão voltadas para as realidades do Vale do Salitre, priorizando a denúncia às injustiças sociais e problemas das comunidades ou dando visibilidade às manifestações populares, as potencialidades da região e organização comunitária.

Fotografia 11 – Gravação de matéria em comunidade do Salitre



Fonte: Autora (2018)

No entanto, fica evidente também a fragilidade do processo educativo formal, sobretudo no tocante a elementos como leitura e escrita. Nesse sentido, cada texto produzido pelos/as jovens necessariamente precisa passar por uma correção antes de ser postado na página Carrapicho Virtual no *Facebook*. Isso fragiliza o processo

de conquista de autonomia do grupo, comprometendo, conseqüentemente, na gestão compartilhada por todos e todas. Essas deficiências também podem ser um elemento gerador de conflitos, uma vez que entre os/as membros existe uma disparidade no que se refere à escrita gramaticalmente correta, leitura e interpretação. Alguns/as jovens inclusive já começam a fazer a correção dos textos antes de postar, uma atividade que fortalece e acaba estimulando as/os demais a darem mais atenção a esse problema que temos visto como algo que não é próprio do grupo mas envolve milhares de adolescentes e jovens no país, um problema que adentra cada vez mais até mesmo o nível superior.

O grupo do *WhatsApp* é também um local de constante correções. É muito comum escritas de frases e expressões gramaticalmente erradas e as correções serem feitas no próprio grupo pelos/as próprios/as integrantes. Até o momento, apesar de delicado, as críticas e correções são sempre bem aceitas, embora algumas retornem em outros momentos e muitas vezes pelas mesmas pessoas, a exemplo de algumas concordâncias verbais, um erro bastante comum na fala deles e delas.

É preciso compreender que a realidade hoje vivida pelos adolescentes e jovens do Carrapicho é uma realidade mediada pelos meios de comunicação, especialmente a internet, e esta realidade a escola não pode desconsiderar em seus processos de ensino-aprendizagem. Contudo, apesar de existirem esforços por parte dos sujeitos pedagógicos imbuídos na tarefa de alfabetizar e letrar, é crescente a decadência do uso da gramática, conforme os padrões adotados no país. Isto reflete no processo de formação crítica, especialmente dos/das educandos/as, e que não pode ser reparada com uma ação isolada mas sim deve contar com mecanismos eficientes adotados pelo sistema educacional do país.

É importante registrar também que há dentro do grupo inúmeras dificuldades e desafios, os quais passam tanto pela animação cotidiana dos/das jovens para manterem o processo de produção do conteúdo até a renovação do grupo. Apesar de alguns/as jovens estarem aos poucos assumindo posições de liderança dentro do grupo, ainda não há atitudes suficientes para o grupo andar sozinho, sem a minha contribuição, embora isso não tenha ainda sido experimentado. Outra preocupação também tem sido o envelhecimento do grupo, ou seja, alguns/as jovens se aproximam da maioria e buscam alternativas para estudar e, principalmente,

garantir uma renda mínima para investir na própria vida profissional e/ou colaborar com as despesas da família. Assim, vemos que é urgente pensar na renovação do grupo, potencializando a participação atual de crianças e pré-adolescentes que ingressam no Coletivo, bem como emplacando uma campanha de identificação de possíveis novos membros.

5.3 ESPINHO TAMBÉM PRECISA DE ADUBO

Logo nos primeiros meses de atuação do Carrapicho Virtual, uma propaganda foi se delineando em torno do mesmo, sobretudo nos espaços acadêmicos e de militância. A experiência chamou atenção da equipe de Comunicação Irapaa, que há muitos anos aposta na comunicação popular, promovendo, inclusive formações que contemplam públicos variados, desde agricultores/as e jovens do campo até estudantes universitários/as. Como integrante desta equipe, busquei mostrar que a aposta em perfis cada vez mais jovens é o que tem surtido efeito, visto que em outros projetos já havíamos lidado com faixa etárias acima de 20 anos e não tínhamos tido muito êxito.

A instituição acreditou no trabalho e sempre que possível apoiou ações do grupo, a exemplo de uma formação realizada no início de 2017 no Centro de Formação Dom José Rodrigues, mantido pelo instituto em Juazeiro. A formação contou com 17 jovens, as/os quais avaliaram positivamente a atividade, onde tiveram acesso a conteúdos técnicos e políticos voltados para o direito à comunicação e comunicação para Convivência com o Semiárido ministrados por profissionais do Irapaa.

No mesmo ano, o Irapaa foi convidado a ser uma das instituições articuladoras do Projeto Piloto Jovens Comunicadores/Projeto Pró-Semiárido. Na oportunidade, precisava indicar uma turma em Juazeiro composta por jovens engajados socialmente para participar de oficinas do referido projeto e o Carrapicho foi o grupo indicado pela instituição. Para a atual coordenadora do Eixo Comunicação do Irapaa, a Comunicadora Social (jornalista) Karine Pereira da Silva, 34 anos, isso se deve ao fato do grupo já protagonizar um projeto que evidencia o quanto é viável investir em educomunicação com a juventude, especialmente, neste caso, a juventude do

campo que encontra também alguns limites, até mesmo geográficos. Ela ressalta que “a experiência do Carrapicho Virtual demonstra a longo prazo os resultados de uma ação educacional contextualizada de fato, ela traz em si essa carga de atividades, de envolvimento, de também aquilo que a gente chama de autonomia dos atores”. Karine também cita que o Carrapicho tem sido enxergado pelo Irpaa como um exemplo que confirma o quanto é importante e necessário potencializar essas experiências educacionais no Semiárido.

O Projeto Jovens Comunicadores teve início em meados de 2017 com oficinas realizadas nas comunidades do Salitre, sempre aos finais de semana. Ao Irpaa coube o processo de mobilização e acompanhamento das atividades, que contam com profissionais assegurados pelo projeto, bem como alimentação durante as oficinas. Direito à Comunicação e produção textual foram os primeiros temas trabalhados, seguidos de fotografia, cidadania, literatura de cordel. O projeto está ainda em andamento e já possibilitou também um momento de Intercâmbio onde o grupo conheceu a experiência da Fundação Casa Grande, em Nova Olinda (CE). Esse momento foi de extrema importância para o grupo, que voltou bastante motivado e cheio de sonhos, especialmente no tocante a construção de uma sede e de um museu para reunir elementos da história do Salitre. Inspiração foi uma palavra bastante utilizada pelos/as integrantes do Carrapicho durante a estadia em Nova Olinda e no retorno para casa. Os relatos foram cheios de empolgação e houve também produção de conteúdo durante o Intercâmbio, onde o grupo se organizou sozinho, definiu as pautas e produziu sem reivindicar meu acompanhamento.

Foi surpreendente também a curiosidade da turma durante visita a uma propriedade agroflorestal há alguns quilômetros da cidade. Meninos e meninas observaram a importância daquela experiência e delinearam planos a longo prazo pensando na necessidade de trabalhar a agricultura orgânica no Salitre, algo ainda muito pouco expressivo no Vale, apesar de todo potencial agrícola. O jovem Luiz Eduardo Ferreira da Conceição, 17 anos, foi um dos que se sentiu despertado também pelos momentos vivenciados para além da Fundação Casa Grande. Ele diz que para ele foi proveitoso conhecer todo o projeto e voltar como uma noção de como implantar algo semelhante no Salitre. Ele conta ainda que hoje tem interesse em cursar paleontologia, resultado da visita aos museus em Nova Olinda e Santana do Cariri, o

que nele “despertou o desejo de descobrir se há fósseis escondidos no Vale do Salitre”.

Fotografia 12 – Vitor em gravação de documentário do Projeto Jovens Comunicadores durante visita a FCG



Fonte: Carrapicho Virtual (2018)

Ao conhecer a juventude do Salitre que se reúne no Carrapicho, a Assessora de Comunicação do Pró-Semiárido, Emília Mazzei, responsável pela criação do Projeto Jovens Comunicadores, disse que “perceber o trabalho de consciência sobre a importância da comunicação e da utilização das ferramentas midiáticas alternativas [...] foi como identificar uma ilha de possibilidades vinda daquele local”. Ela reconhece que o Projeto “chegou para apoiar e fortalecer o grupo, que já se mantinha firme no propósito de se fazer ouvir. Aos poucos, esses jovens, meninos e meninas, estão ocupando espaços de discussão, apresentando as suas experiências e servindo de exemplo de empoderamento”. (MAZZEI, 2019)

Paralelo ao Jovens Comunicadores, o Carrapicho Virtual foi contemplado com o Projeto “*Carrapicho: educomunicação e ecoturismo com jovens do Vale do Salitre*”, elaborado pela Agência Chocalho, uma entidade jurídica – Micro Empreendedor Individual (MEI) – que criei em 2016 em parceria com uma amiga. A Agência foi pensada para prestar assessoria de comunicação a organizações do terceiro setor, movimentos sociais e pequenas empresas voltadas para algumas áreas específicas como educação, meio ambiente, arte. A intenção é também executar projetos de comunicação e por isso inscrevemos este em um edital da BrazilFoundation.

Inicialmente se pensou em contribuir com o aperfeiçoamento da produção de vídeos já realizada pelo grupo e para isso no projeto constaram oficinas e compra de um notebook, já que até então o grupo usava apenas o celular para filmar e editar. Para contemplar a proposta de estimular o grupo olhar para o turismo como possibilidade de renda, incluiu-se visitas a alguns locais no Vale do Salitre e uma oficina sobre ecoturismo e turismo de base comunitária. A partir da visita em alguns pontos como serra, gruta, cachoeira, antigo engenho de cana-de-açúcar, cerca de pedra, as/os jovens produziram vídeos apresentando esses locais.

Fotografia 13 - Produção de vídeo sobre cerca de pedra



Fonte: Autora (2018)

Essa iniciativa proporcionou aos jovens conhecerem locais que muitos/as desconheciam ou não tinham acesso a aspectos históricos e ambientais relevantes. O jovem Henrique Bitencourt, 17 anos, conta que apesar de ter nascido no Salitre não conhecia ainda a cachoeira, a qual hoje é visitada por pessoas de diversas regiões e até de outros estados. Isso também despertou o grupo a investir no potencial turístico da região, o que alimentou também o sentimento de pertencimento que vem se fortalecendo no Carrapicho.

Além dos vídeos produzidos sobre cada local, os registros feitos transformaram-se em produtos a serem comercializados, como chaveiros e imãs para geladeira com fotografias dos locais visitados. Os itens estão sendo comercializados pelos/as jovens e o retorno financeiro é dividido entre quem vende e o caixa mantido pelo grupo. Esse projeto foi fundamental para que outros/as jovens passassem a se destacar dentro do grupo, a exemplo de Marcos Paulo, que por ter concluído o

ensino médio dispunha de maior tempo dedicar às atividades do Carrapicho. Além disso, percebi que a angústia que beira a maioria no sentido de ter a própria renda também foi um elemento chave que estimulou o interesse de Marcos que foi um dos que se dedicou a ideia de criar a lojinha do Carrapicho.

Tendo em vista a realização da II Feira de Agricultura Familiar e de Caprinos e Ovinos do Vale do Salitre, Marcos coordenou o processo de confecção de produtos a serem vendidos no evento. Além dos chaveiros e imãs, com a ajuda de um artista plástico residente em Alfavaca, pintaram camisetas para vender. Outro potencial que ele desenvolveu bastante foi a edição de vídeo, tanto fazendo uso dos aplicativos para celulares quanto iniciando o contato com o editor instalado no *notebook*, o *kendlive*, versão para software livre.

Fotografia 14 – Estande e lojinha do Carrapicho durante II Feira



Fonte: Carrapicho Virtual (2018)

Com este projeto, foi possível ainda outros ganhos. Ao compreender a importância de valorizar ao máximo os recursos financeiros escassos, o grupo se dispôs a não gastar o recurso previsto para alimentação para investir na compra de uma câmera e um microfone, acordo aprovado pela BrazilFoundation. Isso possibilitou também algo de extrema importância para o coletivo, a partilha de alimentos, uma vez que o almoço durante as oficinas acontecia no formato de “junta panela”, prática realizada por algumas organizações populares. Cada pessoa levava um item para o almoço e ao final todos/as estavam bem alimentados/as e ainda sobrava comida. A prática fez

também com que o grupo não ficasse acomodado e só quisesse realizar atividades quando houvesse recurso para custear essas despesas básicas como alimentação.

O envolvimento dos/das jovens no Carrapicho é constantemente incentivado e apoiado também pelas associações comunitárias. Estas, desde o início do projeto, foram de fundamental importância. Além das associações existentes em cada comunidade que não medem esforços para colaborar nas atividades realizadas, a União das Associações do Vale do Salitre (Uavs) reconhece hoje o grupo como um importante parceiro na luta pela organização comunitária no Vale. A presidenta da Uavs, Mineia Clara dos Santos, 42 anos, externa que “o Carrapicho Virtual é um coletivo que tem contribuído demais com as nossas comunidades [...] é a melhor ferramenta que a nossa gente ganhou para as lutas”. Ela reafirma a importante contribuição que o Carrapicho Virtual tem dado para dá visibilidade a eventos e pautas que não são cobertas pela mídia tradicional e lembra que “a Feira da Agricultura teve a oportunidade de se mostrar ao mundo graças ao Carrapicho Virtual” e que “a comunicação é a maior arma que o movimento popular precisa”. (SANTOS, 2019)

O filho de Mineia, João Victor dos Santos Araújo, 16 anos, também integra o grupo, embora sua participação oscile bastante. O próprio grupo avalia que há mais empenho da mãe em vê-lo ativo no Carrapicho do que interesse próprio de João. No entanto, Mineia não mede esforços para contribuir com o grupo, independente da participação ou não do filho. Outras mães também tem dado suporte nas atividades, seja acompanhando em alguns momentos ou se dispondo a preparar alimentação, ajudar na organização de eventos, etc.

Fotografia 15 – Manuela e sua mãe que é uma das apoiadoras do Carrapicho



Fonte: Autora (2018)

É importante considerar que todos esses apoios que o Carrapicho vem conquistando ao longo de dois anos é de grande valia e só tem a contribuir com o crescimento da iniciativa em todos os aspectos. Contudo, se as/os jovens não se mantiverem atuantes, movimentando-se, produzindo e se não houver a renovação dos membros, mesmo com uma gama de apoiadores a existência desta experiência educacional pode está fadada a findar. Hoje esse processo de renovação, inclusive, já é uma preocupação de boa parte do coletivo, que reconhece-se como precursor deste capítulo da história da juventude salitreira, mas entende que precisam despertar outras pessoas para que o Carrapicho tenha vida longa.

6. UMA TENTATIVA: RELATO DA INTERVENÇÃO NA ESCOLA

Após apresentar a proposta à escola e aguardar um retorno quanto ao período das oficinas, espaço físico e demais elementos necessários para a intervenção acontecer, aguardei uma posição da direção. Em contato com a mesma após a qualificação, marcamos as oficinas para o período de outubro e novembro, visto que dezembro já é momento de encerramento do ano letivo. Assim, a proposta de intervenção como parte desta pesquisa aconteceu no período de 10 de outubro a 05 de novembro de 2018.

A intenção era trabalhar com uma faixa etária semelhante aos jovens do Carrapicho Virtual. Isso por si só já definiu que o público participante seria estudantes do período vespertino, ou seja, o Fundamental II. Definido isso, discutimos acerca do formato dos encontros, com a preocupação de não interferir no calendário das aulas. A opção encontrada foi formar uma turma mista com estudantes do 6º ao 9º que sairiam da aula para participar das oficinas, sendo uma oficina por semana no total de cinco. Para que as/os participantes não se ausentassem sempre nas mesmas aulas, fomos alternando os dias.

A mobilização das/dos participantes ficou a cargo da gestora e ela solicitou a colaboração de um dos adolescentes que participa do Carrapicho Virtual e estuda na referida escola. Assim, Pedro Vitor de Oliveira Martins, 15 anos, foi em sala falando sobre a proposta e inscrevendo as/os colegas para as oficinas. Minha orientação foi de que fechasse a turma com, no máximo, 20 pessoas. Porém, houve uma procura acima desse quantitativo e me solicitaram que inscrevesse 25. Considerando que pudesse haver desistências e enxergando como positiva esta demanda, mantivemos todos/as, inclusive porque não houve seleção, sendo considerado apenas o interesse demonstrado por cada um/uma.

A faixa etária estava situada entre 11 e 16 anos e a questão de gênero estava equilibrada. O número de participantes, contudo, já foi variando desde o primeiro encontro, no qual só compareceram 24 pessoas. Na segunda oficina, duas jovens pediram para entrar, as quais não chegaram a ficar até o último encontro. Houve desistência de cerca de 50% da turma, contabilizando 17 adolescentes na segunda oficina e apenas 13 na quinta.

Fotografia 16 – Registro da terceira oficina

Fonte: Autora (2018)

A origem desses/as adolescentes é a comunidade de Junco, onde está situada a escola, e outras comunidades que distam entre 4km e 10 km da escola, sendo Alfavaca, Baraúna, Tapera, Sobrado, Aldeia e o Acampamento Abril Vermelho, do Movimento dos/das Trabalhadores/as Rurais Sem Terra (MST). Com exceção das/dos estudantes de Junco, todos e todas chegam até a escola em ônibus mantidos pela Secretaria de Educação do município. Todos/as são filhos e filhas de agricultores/as ou netos/as.

No primeiro encontro, que aconteceu no dia 10 de outubro, quando perguntados sobre as expectativas para as oficinas, foram apontados: curiosidade; busca por experiências novas, novas ideias; necessidade de aprender mais; já tinha interesse no tema; desejo de entender mais sobre o assunto. De início, boa parte se mostrava tímida e/ou reunida em subgrupos. Como primeira atividade, foram formados grupos para analisar cartazes referentes à comunicação. Esse material traz em imagens aspectos relacionados ao conceito de comunicação, direito à comunicação, meios e mensagens, monopólio da mídia, comunicação comunitária e popular. A intenção foi, antes de qualquer explanação, perceber a compreensão da turma acerca dos elementos postos nos cartazes e que permeariam todos os encontros.

Fotografia 17 – Análise de cartazes



Fonte: Autora (2018)

Ao convidar os grupos a apresentarem o que discutiram a respeito de cada cartaz, todos tiveram resistência, mas aos poucos foram se organizando para falar. Dos sete grupos formados, apenas dois não conseguiram externar de fato o que compreenderam dos desenhos. Os demais apontaram pelo menos um aspecto que conseguiram enxergar. Após as apresentações, o debate coordenado fluiu com facilidade, especialmente quando começamos a falar sobre estereótipos e preconceitos. Desse momento, ficou evidente, no entanto, a negação que alguns/as daqueles/as jovens fazem do Nordeste e até mesmo do Salitre, havendo inclusive uma das adolescentes que externou que não ver a hora de ir morar em São Paulo. Ao final desta primeira oficina foram formados grupos por comunidades ou aglomerando as pessoas que moravam mais perto para realizarem uma tarefa a ser apresentada no encontro seguinte.

O segundo encontro ocorreu no dia 19 de outubro, tendo início com a socialização de cartazes produzidos pelos grupos, conforme tarefa sugerida na semana anterior. O objetivo dessa atividade era fazer um levantamento acerca da opinião do grupo ao responderem as seguintes perguntas: 1) O que os meios de comunicação nos ensinam? 2) O que os meios de comunicação nos fazem sentir? 3) O que os meios de comunicação nos escondem? 4) O que eu queria ver nos meios de comunicação; 5) O que eu não gosto de ver nos meios de comunicação. Das respostas trazidas em forma de desenhos, colagens e frases, conforme foi sugerido, algumas apontaram que os meios de comunicação trazem coisas boas e ruins, mas sem especificar muito. Outro grupo citou o racismo como algo que os meios ajudam a reproduzir. Com relação ao que gostariam de ver apontaram cultura, celebrações,

indígenas, desenvolvimento e participação, sem aprofundar muito o que indicaram. Já sobre o que não gostariam apresentaram escravidão e homofobia. Importante destacar que este último um dos membros era Pedro Vitor, que integra o Carrapicho e se auto declara homossexual.

Após as apresentações houve debates a partir do que os grupos produziram, bem como adentrando a discussão sobre o monopólio da mídia. Em seguida foi exibido o vídeo *Levante sua Voz*, produzido pelo Coletivo Intervezes e para minha surpresa quando perguntados sobre o que chamou atenção o vídeo não houve reações e alguns chegaram a dizer que não compreenderam nada. Digo que me surpreendi porque este vídeo tem sido utilizado em diversas formações, com públicos distintos, inclusive em escolas e com jovens da mesma faixa etária e sempre rende debate a partir de dúvidas geradas ou elementos destacados por parte de quem assiste. Diante disso, busquei retomar alguns pontos-chaves do vídeo para tentar estimular a discussão e em seguida passamos a outra dinâmica.

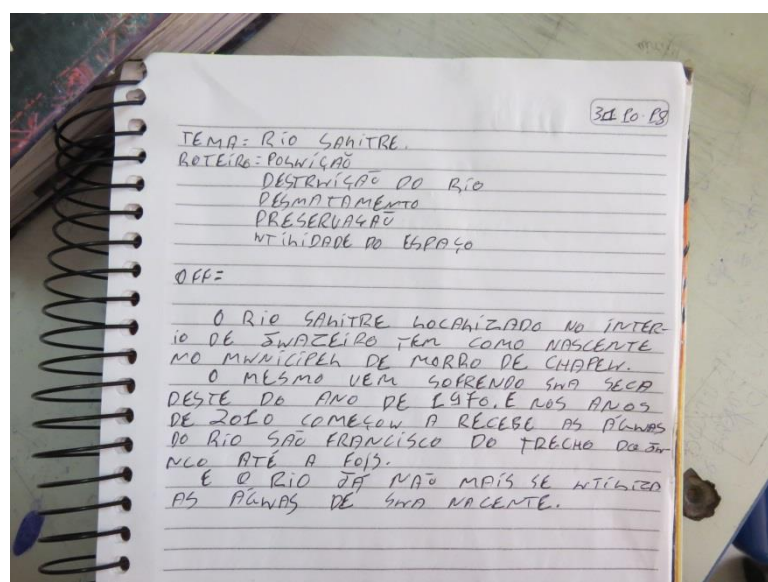
Agora em trios, pedi que discutissem e anotassem qual foi a última notícia que eles/elas tinham visto nos meios de comunicação. Alguns/as tiveram dificuldade de lembrar, mas acabaram listando algumas, embora sem muitos detalhes, tais como: mulher jogada de um prédio; o jogador Cristiano Ronaldo acusado de estupro; Doutor Bumbum; homem que esfaqueou esposa na frente da filha; casal que envenenou a família; menina abusada pelo pai e depois assassinada; homem doente que precisava de medicamento; acidente próximo a escola; epidemia em Salvador. Percebi que na compreensão da turma notícia parecia está associada à tragédia. Além disso, acabavam lembrando de acontecimentos mais distantes e de maior repercussão, o que é comum diante da abordagem da mídia que chega à casa das famílias através, principalmente, da televisão. Questionei o que eles/elas tinham a falar sobre notícias relacionadas a assuntos como futebol, eleições e notícias locais, a exemplo da empresa Agrovale¹⁸ que havia sido tema de matéria na Tv local recentemente. Após essa provocação, lembraram de diversas notícias recentes sobre esses temas.

¹⁸ Grande empresa de cana-de-açúcar existente em Juazeiro que concentra terra e água produzindo em mais de 21 mil hectares, inclusive com área de mais de 2 mil há no Salitre, explorando além dos bens naturais, a mão de obra de trabalhadores/as e deixando inúmeros prejuízos à saúde das pessoas, sobretudo no período da queima da cana.

Ainda nessa tarde foram formados grupos para que a partir do próximo encontro pudessem iniciar os chamados laboratórios. As linguagens sugeridas foram texto, vídeo, fotografia, cordel e história em quadrinho, sendo que não houve interessados/as em texto nem em cordel. Assim, três grupos foram criados para pudessem produzir peças após conhecerem um pouco noções básicas de cada linguagem. Vídeo e fotografia foram os que mais despertaram interesse ficando oito jovens para trabalhar com vídeo, sete com foto e apenas dois com História em Quadrinho – HQ.

Nesse sentido, para o terceiro momento, realizado no dia 31 de outubro, havia a expectativa de iniciar a prática. A primeira parte deste encontro foi usada para trabalhar algumas características de cada linguagem, bem como algumas técnicas básicas antes de iniciarem a produção. Apesar de que as fotografias e vídeos iriam ser feitas como uso dos celulares que a maioria possuía, levei uma câmera para explicar algumas funções e comparar com algumas funções também existentes nos celulares, o que despertou muita curiosidade. Formatos de vídeos e exemplos de histórias em quadrinho também foram apresentados. O segundo momento foi destinada à produção das pautas e roteiros. Cada grupo discutiu sobre o que iria produzir, fazendo assim um exercício sobre construção de pautas.

Fotografia 18 – Exercício de construção do roteiro de vídeo



Fonte: Autora (2018)

Os/as jovens não conseguiram interagir muito nesse momento, ficando sempre dois ou três assumindo a tarefa, com exceção dos dois adolescentes que assumiram a proposta de produzir HQ e iriam fazer uma tirinha. Um dos meninos, Emerson Henrique de Lima Gomes, de 12 anos, logo após o segundo encontro, ao ter manifestado interesse por produzir histórias em quadrinho, produziu um livreto em casa e levou pronto. O conteúdo do material surpreendeu, tanto em imagem quanto em texto. Ele criou uma historinha trazendo o Rio Salitre como tema geral e inserindo assuntos como o uso de veneno na agricultura e o rio como espaço também de lazer. Chamou atenção tanto a iniciativa dele em produzir antes mesmo de iniciar as atividades práticas, assim como devido ao conteúdo rico em consciência ambiental.

Fotografia 19 – Produção dos desenhos para a HQ



Fonte: Autora (2018)

Ainda como parte do exercício da produção de pauta, sugeri que nos deslocássemos até o rio, passando assim pelo meio da comunidade e visitando dois pontos distintos do rio. Esse momento de saída da sala foi estratégico para animar o grupo, bem como para experimentar algumas técnicas trabalhadas no encontro anterior, a exemplo de luz, enquadramento, som, no caso da produção audiovisual.

Também trouxe a tona algo que sempre vinha aparecendo como assunto transversal nos debates durante as oficinas: a necessidade de contextualizar o processo de produção de informação, chamando atenção para que quando falamos de educação não podemos deixar de olhar para chão onde pisamos. As paisagens naturais do Rio Salitre compuseram ali uma momento prático que foi muito bem avaliado pelo grupo.

Fotografia 20 – Orientações técnicas durante visita ao rio



Fonte: Arquivo da autora (2018)

Fotografia 21 – Estudante fotografando o rio



Fonte: Autora (2018)

Fotografia 22 – Exercício de produção de vídeo

Fonte: Autora (2019)

No encontro do dia 01 de novembro, sendo este o quarto, iniciamos avaliando o material produzido na saída durante o encontro anterior. Esse momento chamou atenção do grupo, pois mantiveram-se atentos e atentas enquanto observavam e comentavam as falhas técnicas ou aspectos que poderiam melhorar nas próximas produções. Em seguida cada grupo se reuniu e no caso de foto e vídeo foi feita uma subdivisão. Conforme discutido, ficou encaminhado que seriam produzidos três vídeos: um sobre a origem da comunidade de Junco, outro sobre casos de poluição no acampamento do MST e um terceiro sobre evento do dia das crianças na comunidade de Tapera. Já a equipe de foto definiu as seguintes temáticas: paisagens da Caatinga, Rio Salitre e rotina da comunidade de Alfavaca. Todo o material seria produzido pelas/os jovens em suas comunidades para ser socializado no quinto e último encontro. A dupla da HQ também pontuou alguns temas, porém resolveram que iriam fazer mais de um, já argumentando que moravam distante e não tinha como se reunir fora da escola.

Apesar das dificuldades e por vezes o pouco interesse demonstrado pela maior parte da turma, alimentei boas expectativas para o quinto encontro, que aconteceu no dia 05 de novembro. No intervalo entre esses dois últimos momentos, alguns/as jovens fizeram contato para informar alguma dificuldade e/ou pedir algum auxílio para a produção dos materiais. Como já vinha sendo demonstrado, a dupla do HQ apresentou um ótimo material. O jovem Moisés Rodrigues da Silva, de 15 anos,

morador do Abril Vermelho, elaborou um livreto de quatro páginas com o título *A luta contra o golpe*. Com uma capa pintada de vermelho com giz de cera e um círculo ao centro numa tentativa de reproduzir a bandeira do MST, o jovem relatou através dos desenhos e dos balões uma ida para uma manifestação na cidade, retratando um momento em que o movimento realizou uma manifestação contra o *impeachment* da presidenta Dilma Roussef. No segundo livreto socializado com a turma, elaborado pelos dois meninos, Moisés e Emerson chamavam atenção mais uma vez para os cuidados com o rio. Intitulado *O vampiro do Rio Salitre*, contaram a saga de um vampiro que viveu uma sequencia de aventuras para conseguir comer um peixe do rio. Apesar deste não conter uma chamada para a preservação ou outro aspecto semelhante, percebemos que há uma dedicação para pensar sobre o local, com um apego com a cultura e modo de vida da comunidade e um carinho especial pelo rio, já que era a segunda produção sobre o tema. Uma terceira produção, de autoria de Emerson apenas, foi batizada de *Juca e Nina contra o lixo* e fala de duas crianças que optaram em fazer um trabalho escolar sobre reciclagem.

Sobre o aprendizado durante os encontros, Emerson Henrique de Lima Gomes, 12 anos, diz que aprendeu “sobre os meios de comunicação, sobre tudo, outros livros, história em quadrinho, passou muito vídeos sobre nossa comunidade”. A respeito da experiência, segundo ele, inédita, de produzir as HQ’s, ele adjetiva como “legal”, contando que as ideias surgiram porque durante as oficinas “aprendi sobre a cultura do nosso rio Salitre, respeitar a cultura dele”, contou ressaltando que já gostava de desenhar. Os desenhos de Moisés eram mais originais, tinham traço próprio. Já os de Emerson percebia-se que a maioria era imitação de livros, porém ambos trabalharam muito bem os conteúdos de forma geral. Nos dois casos, muitos erros gramaticais foram identificados, chegando o texto a ter difícil compreensão em alguns balões. Essa, contudo, não é uma dificuldade apenas da dupla, mas algo percebido na turma como um todo e justifica, inclusive, a fuga de todos e todas da linguagem textual.

De modo geral, as demais equipes não conseguiram se organizar para produzir conforme planejado, algumas mudaram as temáticas outras mudaram a linguagem e houve ainda quem fez de forma individual ou em dupla. Um das equipes de fotografia se desfez devido a uma das componentes ter deixado de participar. Vale ressaltar que esta jovem, de 14 anos, estudante do 9º ano, estava também

ingressando no Carrapicho, mas ao se desentender com o grupo acabou se retirando dos dois espaços.

Assim, duas equipes apresentaram o resultado do trabalho com fotografia: a primeira sendo uma com fotos de paisagens da comunidade de Junco, fazendo inclusive edição em aplicativos usados no celular. Uma equipe que iria produzir vídeo sobre evento do dia das crianças acabara fazendo uma sequência de fotos de flores encontradas na comunidade. Com relação aos vídeos, não houve nenhum produzido atendendo a um roteiro básico, nem mesmo editado. Uma dupla apresentou entrevistas com dirigentes do MST, as quais tratavam da organização do acampamento, mas além de muito longas continha problemas de iluminação e captação do áudio, dificultando a compreensão. Outra equipe buscou falar sobre a necessidade de preservação do rio, mas não conseguiu fazer a montagem das gravações e acabou exibindo gravações isoladas que, conforme planejamento da equipe, iriam compor um único produto.

Após as apresentações, discutimos as produções, destacando as principais dificuldades e os aprendizados. Em seguida, o grupo assistiu ao documentário *Tv Pra quê? a presença da televisão no cotidiano das pessoas do meio rural*¹⁹, o qual apresenta elementos referente a chegada da televisão na região, evidenciando inclusive a influencia desse aparelho em comunidade e famílias do Salitre. Apesar do material bastante próximo da realidade dos/das jovens, músicas e de uma narração que usava teatro de bonecos, o grupo não demonstrou muito interesse em acompanhar o vídeo e compreender a mensagem.

Com uma avaliação, seguida de uma mística, os encontros foram encerrados. Foi feito também nesse momento o convite para ingresso no Carrapicho Virtual, caso algum/a jovem tivesse interesse. A maioria já havia informado conhecer o Carrapicho e acompanhar, mas apenas duas meninas disseram que tinham interesse em participar do coletivo.

Fotografia 23 – Mística de Culminância

¹⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wph0BNjjoK0>



Fonte: Autora (2019)

7. APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS: O CARRAPICHO VIRTUAL E A INTERVENÇÃO NA ESCOLA

Quando propus a construção da 2ª edição do Carrapicho impresso em 2015, percebi que aqueles/as cerca de 15 jovens tinham muito interesse em dialogar, compartilhar saberes e se empenhar no que estavam sendo desafiados, que era a construção de um jornal, um canal de notícias da e sobre a região. Essa impressão de fato foi correspondida desde as oficinas, passando pela produção e lançamento do Carrapicho impresso. Quando propus a transição para o virtual não foi diferente. Novos/as jovens se integraram, novas expectativas e muitas até superadas. O encanto do grupo com a internet era também algo peculiar àquela geração e àquele momento não tão distante, apenas há dois anos.

A impressão inicial na escola, no entanto, foi bastante distinta. Tratava-se de jovens da mesma faixa etária com a qual iniciei a experiência do Carrapicho, todos e todas com a mesma origem, porém em sua maioria apresentando pouca disposição para aproveitar os encontros. Ficou claro em algumas situações que boa parte optou em se inscrever para as oficinas com a intenção de experimentar uma espécie de fuga da sala de aula. Diferentemente do Carrapicho, houve pouco empenho da maioria da turma no momento de produzir os materiais relatados no capítulo anterior, havendo apenas cerca de seis jovens que se dedicavam com mais compromisso.

Na escola algumas atividades sugeridas foram recebidas de forma bastante diferente pela turma, a exemplo da apresentação de trabalho, como foi o caso da socialização acerca da leitura dos cartazes. A turma apresentou muita dificuldade e quando questionada se esta não era tarefa comum em sala de aula, respondeu que não. Percebi ainda que a maioria dos/das jovens tinha dificuldade de concentração, apresentando resistência em parar até para assistirem vídeos dinâmicos de menos de 20 minutos, logo, não conseguiam compreender com facilidade a mensagem passada. A dispersão também foi algo presente, o que cheguei a avaliar que seria algo específico do momento teórico, mas quando aconteceram os momentos práticos houve pouca mudança. A dispersão era mais comum, sobretudo, entre as meninas, com conversas paralelas, maquiagem, saídas da sala com o argumento de ir ao banheiro ou beber água e ainda uso do celular fora dos momentos sugeridos.

Logo nos primeiros encontros, ficou claro que o debate sobre lugar de fala que já vem sendo trabalhado no Carrapicho e rendendo bons resultados precisava ser uma linha transversal daquela intervenção. Porém, percebi que não havia tempo para explorar tanto isso como parecia necessitar, mas que isso deveria ser algo do dia a dia da escola, afinal, as/os jovens do Carrapicho não assumiram seus lugares de fala em apenas cinco encontros, mas sim vem sendo resultado de muitas formações, reflexões, vivências e, especialmente, problematizações acerca da realidade deles e delas. Compreendi naquele momento que esta seria uma tarefa essencial para a escola assumir, uma vez que a mesma não pode se furtar a isso. Ao mesmo tempo, pude notar que esse debate dentro da escola não é nada difícil de fazer no cotidiano, pois, foi nesses encontros iniciais, com a turma maior ainda e por isso mais diversa, que fluiu bem discussões sobre preconceito.

Ao meu ver, esse é um ponto chave na análise que podemos fazer das duas experiências e aqui tomo como referencia o caso do jovem Pedro Vitor Oliveira Martins, de 15 anos, residente em Junco. Vitor integra o Carrapicho desde setembro de 2017 e é estudante do 7º ano da Escola Manoel Nunes Amorim. Foi ele o mobilizador que auxiliou a gestora na constituição da turma que participou da intervenção. Vitor é homossexual, assume-se enquanto tal em todos os espaços, inclusive na família, e por isso sofre muita aversão e discriminação há alguns anos. De personalidade forte, questionador, ousado e persistente no que quer, o adolescente carrega um histórico de mau comportamento nas escolas por onde passou. Segundo o jovem, suas atitudes são reações ao desrespeito das pessoas para com ele devido a sua sexualidade, é como se para ele fosse necessária uma auto defesa a qual ele faz com xingamentos, rebeldia e por vezes até agressões verbais e físicas.

Durante uma época a família de Vitor, quem tem origem no Salitre, residiu em um bairro da periferia de Juazeiro. Segundo a mãe do mesmo, Maria Alice de Oliveira Martins, 51 anos, foi uma época em que o jovem reconheceu sua sexualidade e passou enfrentar uma série de desafios que o levaram a chegar a ser violento nos ambientes onde convivia. De volta ao Salitre, o comportamento do mesmo não melhorou e novos problemas passaram a ocorrer tanto em casa quanto na escola, sendo ela chamada com frequência e chegando a sofrer agressões pelo mesmo no estabelecimento de ensino. Após perceber a atuação do Carrapicho durante a

realização da I Feira da Agricultura Familiar e de Caprinos e Ovinos em sua comunidade, Vitor pediu para ingressar no grupo. A entrada dele foi vista inicialmente com preocupação, porém a própria gestora da escola alertou que era carente de um tipo de experiência desta natureza. De fato, o jovem surpreendeu a todos e todas demonstrando interesse e se lançando a mudanças positivas no seu comportamento junto ao grupo e aos poucos foi conquistando a empatia dos/das demais jovens que o acolheram de uma forma singular, aceitando-o e valorizando os seus potenciais.

Neste período Vitor porém sofreu uma agressão pelo seu pai, o que o fez ir sozinho ao Conselho Tutelar de Juazeiro registrar uma denúncia. O Órgão, conforme entrevista com o Conselheiro Charles Vargas Lima, 39 anos, foi até a comunidade e dialogou com a escola e a família. A escola manifestava que não queria mais a presença do jovem e a família concordava com a posição, porém o Conselho Tutelar afirmou que o papel da referida instituição é proteger o adolescente e não punir e que era dever da escola manter Vitor matriculado e da família garantindo a frequência às aulas. Além disso, recomendou que a escola deveria lidar com a sexualidade de Vitor, exigindo inclusive a aceitação por parte dos/das demais estudantes, uma vez que o que Vitor alegava era a discriminação por parte dos/das colegas. Segundo Charles Vargas, depois disso Vitor ainda esteve algumas vezes no Conselho, mas apenas para conversar e em uma dessas oportunidades informou que estava tudo bem na escola e em casa e que agora era repórter do Carrapicho. O conselheiro conta que nos últimos meses não teve mais queixa de Vitor e que se surpreendeu ao vê-lo em um evento representando o grupo e engajado nas atividades. No final de 2018 ele diz ter retornado a escola para acompanhar outro problema envolvendo outros/as adolescentes e ao questionar a gestora acerca do comportamento de Vitor ela disse que o Carrapicho havia transformado a vida dele, ressaltando que ainda precisava melhorar muito mas que já havia mudança de até 100%.

Para a gestora da escola, Eurides Lima de Jesus Queiroz, 51 anos, a mudança positiva fez com que Vitor passasse a ter mais respeito dos/das colegas e professores, embora ressalte que ele ainda age bastante por impulso e por vezes com deboche ou agressividade quando é contrariado. Mas ela diz que o mesmo não pode sair do Carrapicho nesse momento de sua vida, uma vez que considera muito

significativa a transformação pela qual ele vem passando e que é visível na escola e também na família.

A mãe e o pai do jovem tem se esforçado bastante para mantê-lo no Carrapicho, dando total incentivo e apoio para que o mesmo participe das atividades, garantindo inclusive o deslocamento para as reuniões e demais encontros ou eventos realizados pelo grupo. Segundo a genitora, hoje ela compreende que é preciso lidar com a orientação sexual do filho e o pai tem procurado minimizar os conflitos.

A percepção que o jovem tem, contudo, não aponta para esse tipo de mudança que impacta na coletividade, mas sim para elementos que ele considera importante em sua formação pessoal. Ao falar sobre os principais aprendizados obtidos a partir da participação no Coletivo Vitor cita que “fez conhecer que com a comunicação não se pode brincar, se pode valorizar” (MARTINS, 2019). Complementa ainda dizendo que conhecer outros projetos para ele era um obstáculo por não saber como lidaria “mas minha força de vontade era maior que tudo pra hoje ser um educador, pois os aprendizados do Carrapicho fez com que eu me tornasse um adolescente por inteiro”. Vitor é muito sincero ao dizer que uma das coisas que ele mais gosta de fazer no grupo é conversar coisas desnecessárias nos intervalos das atividades, mas cita também que tem muitas tarefas que ele se identifica no grupo, a exemplo da produção das matérias. Ao observar os vídeos divulgados na página, observa-se que ele costuma aparecer na condição de entrevistador.

Trata-se de um jovem inteligente e que quando se dedica traz boas contribuições, além de ser ousado no que ele insiste em fazer. Empolgado com a condição de repórter do Carrapicho ele se deslocou até a prefeitura de Juazeiro e conseguiu agendar uma entrevista com o prefeito, fato este que além de surpreender todo o grupo precisou de uma conversa para orientá-lo no sentido de que essas tarefas devem ser debatidas previamente no grupo e não feitas de forma isolada, devendo também haver um planejamento e debate acerca do que se pretende com cada ação.

É importante deixar claro que a intenção não é apontar o Coletivo Carrapicho Virtual como espaço de recuperação de jovens e adolescentes, mas sim reafirmar que a educação pode contribuir com a formação de sujeitos, transformando sim

realidades, pois acima de tudo reconhece as diversidades e potencialidades, neste caso, da juventude. Ao mesmo tempo, diante disso, fica evidente que a escola precisa acompanhar esse ritmo, o que geralmente não acontece. Citelli (2011, p. 21) avalia que:

O discurso educacional costuma ser mais fechado e enquadrador, oficial, mais autorizado. Já o discurso comunicacional, ao contrário, é desautorizado, desrespeitoso e aberto, no sentido de que está sempre à procura do novo, do diferente, do inusitado. Enquanto a educação está presa ao Estado.

No município de Juazeiro, um chamado conservadorismo da escola também faz parte da realidade da Rede Municipal, como afirmou a Conselheira Tutelar Iguaraciara Maria Arruda dos Santos, de 49 anos, ao testemunhar que:

As escolas, a maioria, a gente percebe que ainda está engessada naquele modelo mais antigo, daquela família tradicional, menino é menino, menina é menina (...) a menina não pode falar palavrão, o menino tem que ser macho... e os profissionais não conseguem separar a filosofia de vida deles do comportamento dos meninos. (SANTOS, 2019)

Percebemos que a escola Manoel Nunes Amorim, apesar de trabalhar muitos projetos contextualizados e constantemente exigir o envolvimento dos/das estudantes, ainda há muitas potencialidades deixadas de lado, o que foi constatado, por exemplo, ao avaliar as produções de Emerson e Moisés ao lançarem valiosos conteúdos em forma de História em Quadrinho, uma linguagem que não tem sido explorada pela escola. Esta linguagem poderia ser explorada de forma inter ou transdisciplinar, visto que aspectos da arte, português, história, geografia e todas as demais disciplinas do currículo podem ser trabalhadas em uma produção como esta.

Vimos claramente que quando se descobre a aptidão dos/das estudantes, é mais fácil envolvê-los/las nas atividades. Foi o que aconteceu com alguns/as jovens nas etapas práticas. De forma geral, nas produções que surgiram durante a Intervenção, houve pouca criatividade. Mas em todos os grupos havia dois ou três que mostravam bastante interesse e curiosidade por determinada linguagem e que se houvesse mais tempo certamente iriam desenvolver novos olhares e aperfeiçoar cada vez mais a técnica, como tem acontecido com a juventude do Carrapicho.

O tempo da intervenção foi pouco, levando em conta que a educomunicação precisa ser trabalhada no cotidiano, de forma transdisciplinar, envolvendo toda a comunidade escolar e expandindo-se para além dos muros. Nisto a escola em evidência perde uma grande oportunidade, pois a mesma possui uma rádio escola fora de operação. O equipamento chegou até a Unidade em 2009 por meio do Projeto “Nas ondas do saber”, da Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro, mas segundo Souza (2016) esse projeto é mantido pelo Programa Federal Mais Educação²⁰. As/os estudantes, educadores/as e demais funcionários, porém, não tiveram a formação necessária para trabalhar com este instrumento, o que foi utilizado por um curto período e logo ficou subutilizado. A intenção era retomar o uso deste importante instrumento durante a Intervenção, mas devido a necessidade de manutenção dos aparelhos isso não foi possível.

Isso reafirma o que muitos estudos no país e na região vêm apontando. A proposta da rádio escola é pensada para ser um elemento facilitador da experiência de ecossistemas comunicativos no ambiente escolar, contudo isso não tem tido muito êxito dentro das escolas. Sobre o propósito da Rádio Escolar, Baltar (2012, p. 35) argumenta que:

[...] não pode ser concebida apenas como mais um recurso didático-pedagógico **na escola** [grifo do autor], mas como um dispositivo que permite inserir professores e estudantes e toda a comunidade escolar num debate permanente sobre os textos e os discursos que circulam na esfera da comunicação, espaço altamente prestigiado pela sociedade letrada contemporânea, o que pode ajudar a escola a cumprir o propósito de promover uma educação verdadeiramente emancipadora.

Nos cursos de nível superior em Comunicação e em Pedagogia existentes em Juazeiro, vem crescendo pesquisas voltadas para o uso da Rádio Escola nas escolas municipais e estaduais. Aqui cabe citar como exemplo o estudo desenvolvido por Souza (2016), onde a pesquisadora faz uma analogia a um conto e realiza um estudo de caso em uma escola da periferia de Juazeiro, denominada Escola da Fantasia. De acordo com a pesquisa, há uma falsa propaganda acerca da

²⁰ Programa criado em 2007 pelo Ministério da Educação com o objetivo de ampliar as atividades pedagógica na escola, oportunizando estudantes a terem uma espécie de complementação no período as aulas regulares.

Rádio Escola na referida Unidade de Ensino, que recebe o Programa Mais Educação.

Em suas considerações, Souza (2016, p. 148 e 149) afirma que:

Esse conto se inicia com a introdução da rádio na escola com uma proposta pedagógica, mas, mesmo depois de quatro anos, esse objetivo pedagógico não passou de uma aspiração. A rádio não possui uma relação mínima com os professores e a coordenação pedagógica. Nem mesmo uma relação de audiência. Os docentes nem sequer sabem como a rádio chegou, para quê e como o projeto é desenvolvido. Torna-se evidente como esse conto parece fruto de uma espécie de “piloto automático” em que os projetos são feitos de modo absolutamente desarticulados do conjunto de práticas que a instituição deve mobilizar para realizar seu trabalho de educação. Pior: as escolas estão abarrotadas de projetos desarticulados uns dos outros e do conjunto das práticas docentes – fato que mais atrapalha do que ajuda. [...] Faz parte do conto também a autodenominação da rádio, que se caracteriza como educacionais. [...] Entretanto, ela nega todos os princípios básicos, teóricos e práticos da Educomunicação. É uma traição a essa área de conhecimento, que busca nos meios de comunicação o fortalecimento da aprendizagem no ambiente escolar, o protagonismo da juventude e democratização da informação. A sensação é que a repetição ou a adoção de termos tornou-se uma “modinha”, empregada sem ao menos saber os seus significados e características básicas. A Rádio Escola Nas Ondas do Saber, por exemplo, acredita que pelo simples fato de estar na escola e ser um meio de comunicação, a torna educacional. Entretanto, a primeira traição ao termo é a ausência do protagonismo dos estudantes participantes. Eles não são incentivados a pensar sobre o que produzir, nem a produzir e, ainda, eles aprendem a ver a rádio apenas como entretenimento, disciplinadora e um meio de valorização estética da voz e da locução. Acrescentase a isso que ainda há uma supervalorização dos estudantes que possuem bom desempenho nas locuções e, os outros, são excluídos do processo de produção. A segunda traição está ligada a produção do conhecimento na rádio. Além de não produzirem, não há formações, nem pesquisas e estudos que possibilitem os estudantes olharem de forma diferenciada para os meios de comunicação e para os temas abordados, de maneira que as produções realizadas por eles busquem caminhos diferenciados do que eles costumam ver ou ouvir nas mídias.

Outro aspecto importante que a autora observa se refere à ausência da abordagem de notícias, especialmente notícias vinculadas à realidade das/dos estudantes e da comunidade em geral. Isso só contribui para o desinteresse da juventude pelo consumo de notícias e, conseqüentemente, a produção e difusão, desperdiçando

assim uma oportunidade valiosa de por em prática uma educação contextualizada a partir da educomunicação.

Durante os encontros na Escola Manoel Nunes Amorim ficou claro que a juventude envolvida na intervenção possuía uma visão limitada acerca do que seria notícia. Logo, trabalhar a veiculação e produção de notícias dentro da escola cotidianamente fazendo uso da Rádio seria uma estratégia que certamente iria mudar esse quadro de desinteresse pelos noticiários. Mais que isso, estimularia a produção de informação acerca de temas que interessassem as/os jovens. Isso foi despertado na juventude do Carrapicho à medida que eles e elas se sentiram responsáveis por produzir notícias para que outras pessoas consumissem por meio da página no *Facebook*. Consequentemente, passaram a desenvolver maior assiduidade no acesso de notícias, observando não apenas o que estava dito mas o que fica oculto quando uma informação é veiculada.

O período de campanha eleitoral em 2018 foi propício para fazer análises a respeito do consumo de notícias e outros conteúdos midiáticos pelos/as jovens. Participando do grupo Carrapicho registrei inúmeras demonstrações de crescimento daqueles meninos e meninas no que tange à formação crítica deles/as como receptores de informação. Por iniciativa própria compartilhavam áudios analisando entrevistas dos/das presidentes, guias eleitorais, comparando o que era pautado por diferentes canais de televisão ou site de notícias, além de puxarem discussões acerca dos projetos políticos que disputavam a presidência ou até mesmo vagas nos legislativos. Foi de fato surpreendente o interesse da maioria do grupo pela política do país, refletindo sobre o que estava dito, como estava e o que estava oculto também na imprensa brasileira naquele momento.

Na escola, no entanto, as discussões não fluíram, embora a intervenção tenha sido realizada justamente no período de campanha eleitoral para segundo turno, momento em que os meios de comunicação pautavam diariamente a disputa entre o candidato eleito Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal, e Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores. As/os jovens demonstravam conhecer o que processo político no país porém não possuíam elementos e, sobretudo interesse, por esse tipo de discussão. O grupo citava que o tipo de conteúdo mais acessado nos meios de comunicação são redes sociais para contato com amigos/as e postagens pessoais,

sites de jogos na internet e canais de entretenimento no *youtube*. Cerca de seis estudantes chegaram a dizer que por vezes assistem noticiários na Tv.

Constatamos que as notícias nacionais e também locais são raramente acessadas pelo público que participou da intervenção. Já as/os participantes do Carrapicho tem desenvolvido o gosto pelo consumo desse tipo de conteúdo, recebendo-o de forma crítica e estimulando a produção de notícias próprias. A apropriação do lugar de fala foi munindo o Carrapicho de pautas que não costumam serem recorrentes nas mídias convencionais da região, a exemplo das rádios, blogs e dos canais locais de televisão, cuja emissora predominante é a Rede Globo. Moreira (2018, p. 188) avalia que:

[...] além da posição de hegemonia, a produção de conteúdos regionalizados nas emissoras globais no semiárido é limitada e precária. [...] Os noticiários locais obedecem aos padrões empresariais, se conformando em uma cópia estilística e discursiva do jornalismo produzido pela emissora no Sudeste.

Ao consumir de forma crítica esses conteúdos produzidos pela chamada mídia tradicional, o Carrapicho se dedica a veicular informações silenciadas por esses veículos ou que são mostradas sob uma ótica que atende os financiadores dos meios de comunicação ou até mesmo apelam para o sensacionalismo.

Um exemplo que pode ser registado como fuga do Carrapicho ao conteúdo midiático que mais se sobressai na região foi a cobertura de uma matéria sobre o estado de vulnerabilização social de algumas famílias em comunidades do Salitre. O fato havia ganhado repercussão a partir de matérias produzidas pela Tv São Francisco²¹ pautando as consequências da seca e de repercussão iniciada nas redes sociais por membros de igrejas evangélicas do Salitre. A pauta porém explorava a precariedade das famílias, desemprego, fome e apelava para a doação de donativos, atribuindo à seca a situação daqueles homens, mulheres e crianças. O Carrapicho foi até o local com a intenção de produzir uma matéria em vídeo porém apontando as causas daquela situação e as possíveis soluções. Nisto, alguns aspectos foram debatidos antes de chegar ao local, a exemplo da necessidade de observar quais políticas

²¹ Tv afiliada à Rede Bahia de Televisão, pertencente ao Grupo Globo e com sede em Juazeiro – BA.

públicas chegam àquelas famílias ou por que não chegam, a exemplo de programas sociais do governo como Bolsa Família, aposentadoria, escola, cisternas. O fio condutor da produção foi dar voz às famílias porém apontando a necessidade de garantir direitos e não chamando a população para executar ações meramente assistencialistas. Depois de cerca de dois meses que foi divulgado, o vídeo conta hoje com 59 compartilhamentos e 2,4 mil visualizações.

Outro exemplo que chamou atenção foi a produção de um vídeo durante oficina do projeto executado pela Agência Chocalho. A partir de um trabalho em grupo, em pouco tempo seis jovens elaboraram roteiro, gravaram e editaram um vídeo de 2'13" apresentando temas como racismo, feminicídio, homofobia, imposição de estereótipos, trazendo dados e opiniões do próprio grupo. O material também teve boa adesão na página, contabilizando 28 compartilhamentos e 1,5 mil visualizações, conforme registo feito em 19 de janeiro de 2019.

É claro que o que almejamos é que essas visões hoje propagadas pelo Carrapicho e pretendidas por todas as experiências essencialmente educomunicativas possam permear os meios de comunicação, mas reconhecemos que no contexto atual do Brasil pensar em democratização da mídia tem sido um sonho cada vez mais longe. A nova lei da mídia que desde a 1ª Conferencia Nacional de Comunicação, realizada em 2009, vem sendo apresentada pelos movimentos sociais como urgente e necessária parece estar mais do que nunca, engavetada, visto que não possui chances de ser aprovada com o atual congresso e muito menos sancionada com o atual presidente da República. Nesse sentido, endossamos as ponderações de Ribeiro (2017, p. 86 e 87)

Com todos os limites, o espaço virtual tem sido um espaço de disputas narrativas, pessoas de grupos historicamente discriminados encontram aí um lugar de existir. Seja na criação de páginas, sites, canais de vídeos, blogs. Existe nesse espaço uma disputa de narrativa, mas ainda alguém do ideal por conta das barreiras institucionais que impedem o acesso de vozes dissonantes. Como expressar-se não é um direito garantido a todos e todas, ainda há uma necessidade de democratização das mídias e rompimento de um monopólio, a discussão sobre liberdade de expressão também não pode ser pautada unicamente no direito – não absoluto – de expressar opiniões. Friso que mesmo diante dos limites impostos, vozes dissonantes tem conseguido produzir ruídos e rachaduras na narrativa hegemônica, o que, muitas vezes, desonestamente faz com que essas vozes sejam acusadas de agressivas justamente por

lutarem contra a violência do silêncio imposto. Um grupo que sempre teve o poder, numa inversão lógica e falsa simétrica, causada pelo medo de não ser único, incomoda-se com os levantes de vozes. Entretanto, mesmo com essas rachaduras, torna-se essencial o prosseguimento do debate estrutural, uma vez que uma coisa não anula a outra, definitivamente.

É nessa lógica de fortalecer o coro das vozes dissonantes citadas pela autora que a ação do Carrapicho se fortalece. Hoje as/os jovens se auto afirmam educadores, assim se apresentam em eventos, nos locais onde estudam e em suas redes sociais. Mesmo que não tenham na ponta da língua o conceito acadêmico do termo, sabem descrever o que é ser, na prática, esse sujeito receptor crítico de informação e produtor de conteúdos para circulação na rede mundial de computadores.

Para além da produção de conteúdo em nome do Coletivo, alguns/as jovens foram desenvolvendo paralelamente canais particulares. A jovem Amanda Clara dos Santos de Jesus²², 18 anos, também concluiu o ensino médio e dispunha de tempo maior para algumas atividades, a exemplo da edição dos vídeos. Além de sempre contribuir com a edição de vídeos do Carrapicho, Amanda criou um canal particular no *youtube*, onde posta vídeos feito por ela, geralmente em sua casa, e mostrando momentos de descontração como desafios, trolagens²³, etc. O conteúdo do canal não está relacionado com assuntos polêmicos ou educativos e segundo a mesma o objetivo é:

sair um pouco do comum pro padrão que as meninas da minha idade que tem canal tem. A maioria tem canal voltado para maquiagens, casamento e casa. E eu quero entreter as pessoas com meu dia a dia, minhas brincadeiras que quem é próximo de mim conhece, quero apenas expandir minhas ideias e fazer as pessoas rirem. (JESUS, 2019)

O que chama atenção, porém, são os recursos de edição utilizados nos vídeos. Ao analisar o canal, percebe-se uma série de efeitos colocados nos vídeos, os quais tornam o material mais dinâmico e atraente do ponto de vista da edição. Iniciativa semelhante teve outro jovem do Carrapicho, Noesio Santos de Jesus, de 21 anos.

²² Ao final da escrita dessa pesquisa, Amanda informou no grupo de WhatsApp do Carrapicho que fora aprovada no vestibular da Uneb e que irá cursar Pedagogia, somando-se assim aos demais que já estão cursando nível superior.

²³ Trolar é uma gíria da internet que significa zoar, tirar onda, chatear, tirar o sarro.

No seu canal são postados vídeos sobre alguns temas que o mesmo elege para comentar que vão desde comentários sobre o Enem até um convite para ser padrinho de casamento que o mesmo recebeu. Ambos os canais possuem entre 200 e 330 inscritos e as visualizações dos vídeos ficam em torno de 450 visualizações no caso de Amanda e 150 no caso de Noesio.

Apesar dos canais mantidos por esses jovens não serem tão aproveitados do ponto de vista da educomunicação, não deixam de ser um resultado da compreensão de que os meios de comunicação são espaços a serem ocupados. Tanto Amanda quanto Noesio afirmam que pretendem ganhar dinheiro com o canal, mas para isso precisam atender as condições estabelecidas pela plataforma, a exemplo da necessidade de possuir o mínimo de 10 mil visualizações.

Já na rede social Instagram, alguns perfis também foram criados por jovens do Carrapicho, a exemplo do perfil @seja.tu, mantido por Manuela Ferreira da Conceição, 16 anos. Segundo ela:

tudo começou quando eu senti que eu precisava compartilhar com outras pessoas e para o mundo aquilo que tanto me acrescentou e o que eu pensava a respeito. Mas isso não surgiu de uma hora pra outra, isso foi possível porque diante de um tempo eu vim sendo a própria protagonista da minha vida, depois que eu me empoderei, que senti a necessidade de me colocar a frente de qualquer preconceito, principalmente sobre a questão da mulher na sociedade, como o machismo que é bem visível em nosso cotidiano. Então, depois que eu me vi em desconstrução, eu senti essa necessidade de transmitir para outras pessoas. (CONCEIÇÃO, 2019)

Até mesmo o uso de termos comuns a alguns movimentos específicos, a exemplo dos movimentos feministas e étnico-raciais, passam a ser comum no cotidiano das meninas e meninos, assim como se pronunciou a educadora ao explicar que “foi a partir do Carrapicho que eu me empoderei, descobri o meu poder enquanto mulher, ativista, feminista... enfim, foi despertado um mundo que eu não achava que eu tinha dentro de mim”. (CONCEIÇÃO, 2019) O irmão de Manuela, Luiz Eduardo Ferreira da Conceição, 17 anos, também mantém o perfil @dudu_foto, onde tem postado algumas fotos de paisagens, flores, animais, sempre prezando pelos detalhes.

Esses exemplos só confirmam que os espaços virtuais estão sendo cada vez mais ocupados pelas juventudes. Registra-se aí não apenas o domínio da técnica mas o usufruto também da convergência midiática, o que permite a interação entre espaços e tempos peculiares a tal geração, que compartilham significados e geram assim novas narrativas e novas formas de relações. (BARROSO, 2014).

Ao nosso ver, fica explícito que a educomunicação contribui para a formação crítica-ativa de adolescentes e jovens do Vale do Salitre, seja no ambiente formal ou não formal. Porém, o que pudemos verificar é que é necessário um dispêndio maior de tempo para que os resultados sejam mais significativos. A partir da intervenção reafirmamos que as/os adolescentes e jovens possuem grande potencial que ainda não vem sendo explorado ao máximo pela escola, havendo também a necessidade de colocar em prática aspectos como debate de temas ligados ao lugar de fala desses sujeitos em processo de formação, portanto, abertos a construir, desconstruir e reconstruir conhecimentos.

Para Barroso (2014, p. 237), “experimentamos a convergência em grande escala de artefatos portáteis interconectados, ubíquos e pessoais, muito presentes nas rotinas juvenis”, mas ausentes em boa parte dos espaços da educação formal, especialmente as escolas. Para o autor, no entanto, faz-se necessário trazer ao centro do debate questionamentos como “Que tipo de mudança está acontecendo?” e assim buscar entender que fenômenos são esses que tem tido tanto peso no processo educativo, ao invés de simplesmente tecer críticas ao uso exacerbado das tecnologias.

Ficou evidente que as experiências pontuais de educomunicação, realizadas em pouco tempo, não possibilitam a construção dos ecossistemas comunicativos, considerando o conceito trabalhado por Ismar de Oliveira Soares. Contudo, não se pode negar que é possível iniciar um processo de descortinamento do olhar, o que precisa continuar a ser feito nos ambiente onde aqueles/aquelas sujeitos convivam, no caso da Intervenção em análise, a escola.

Considerando o contexto da Escola Manoel Nunes Amorim, vimos que há um ambiente altamente favorável à continuidade dessa experiência, uma vez que a Unidade possui laboratório de informática, sinal de internet e ainda a Rádio Escola

que pode ser retomada. Inicialmente, sob a coordenação de algum/a funcionário porém dando o máximo de autonomia aos jovens, a Escola poderia estimular a criação de programas de rádios a serem veiculados nos intervalos ou mesmo uma rádio Web. Páginas nas redes sociais, blog poderia ainda ser uma forma de incentivar a produção de conteúdo em sala de aula, potencializando assim a transdisciplinaridade a partir da educomunicação. Concordamos nesse sentido com Gavassa (2016, p. 76) quando afirma que:

A escola, ao propor o uso dessas mídias já integradas ao dia a dia do aluno e mediando as atividades desenvolvidas com esta mídia, cumpre sua função social, pois, contribui para que o aluno identifique o que é relevante, orienta as relações de interação e colaboração entre os aprendizes e favorece os processos de produção do conhecimento.

Nesse contexto, a autora avalia que “a escola estará mudando o paradigma para uma educação dialógica e colaborativa, com alunos e professores compartilhando recursos e informações, aprendendo juntos, favorecendo também a educação autêntica”. (GAVASSA, 2016, p. 73)

Com isso, possivelmente, se confirmaria a existência de ecossistemas comunicativos, conforme o que nos apresenta Soares (2010) e tomando por base a identificação desses no contexto do Carrapicho Virtual após um maior tempo de formação. Isto é, o conjunto de possibilidades de se comunicar e construir conhecimento a partir desse processo dentro da escola, promovendo autonomia dos/das estudantes na gestão desses instrumentos políticos de formação é o que configuraria o ecossistema comunicativo.

Entretanto, ao observar todo o processo desde o contato com a escola até a culminância da intervenção, vale reconhecer a existência de ecossistemas comunicativos na concepção de Martín-Barbero (2011), bem como uma crítica que ele faz à escola. O autor aponta que uma das dinâmicas que as novas possibilidades de comunicação promovem, especialmente por meio do uso das tecnologias, é a fragmentação e circulação dos saberes, “uma multiplicidade de saberes que circulam por outros canais”, fazendo com que a escola deixe de ser o único lugar de legitimação do saber. Ele explica que a escola, diante desse

movimento provocado por esse ecossistema comunicativo, em vez de repensar o fazer pedagógico cria mecanismos de “endurecimento da disciplina do colégio para controlar esses jovens, cada vez mais frívolos e desrespeitosos com o sistema sagrado do saber escolar.” (MARTÍN-BARBERO, 2011, p. 127).

Um exemplo disso é o recolhimento dos celulares durante o período da aula. Com essa medida fica claro que o modelo pedagógico adotado na escola não considera o aparelho celular como tecnologia da informação que pode ser usada para promover a construção do conhecimento. Tomando como exemplo essa restrição quanto ao uso do celular na escola, na concepção de Martín-Barbero (2011), o ecossistema comunicativo continua existindo já que esses/essas estudantes já trazem consigo uma série de saberes acessados pelo aparelho e logo após tê-lo de volta continuarão acessando. Já para Soares (2010), apesar do ecossistema comunicativo existir, é necessário estimular toda a comunidade escolar a compreender que o celular pode ter também uma função pedagógica dentro da escola. Isso implicaria em um uso consciente do aparelho, sem a imposição de regras.

Se esses ecossistemas fossem construídos no ambiente da escola, conforme apontamos neste capítulo, conseqüentemente a educação contextualizada para Convivência com o Semiárido seria também uma realidade. Isto poderia se configurar como uma referência para implementação de uma política municipal voltada para esta área e atendendo assim às Diretrizes Curriculares para Educação Contextualizada ao Semiárido,²⁴ lançada pela Prefeitura Municipal de Juazeiro em 2017, mas que até então não avançou em termos de implementação.

²⁴ O material só se encontra disponível impresso e após o lançamento não foram apresentados outros passos no tocante à implementação.

8. CONSIDERAÇÕES ATUAIS

Sob uma perspectiva não de conclusão mas de reflexões possibilitadas por esta pesquisa, vimos que é indispensável na sociedade contemporânea problematizar a função da comunicação, sobretudo a que ocorre via Meios de Comunicação de Massa. Para além disso, nesse momento histórico onde vemos a expansão das TIC's e ao mesmo tempo a negação do direito à comunicação ainda como um problema latente, é imprescindível também produzir e difundir conteúdos, na perspectiva de contribuir com uma cidadania ativa.

Nesse sentido, olhar para a experiência do Carrapicho Virtual no viés acadêmico é reconhecer a contribuição que a educomunicação pode dar em uma realidade em que ainda prevalece a luta por necessidades básicas de (sobre)vivência, como terra e água, por exemplo. Somado a isso, ousar intervir em uma realidade de nuances conservadoras, como é o ambiente escolar no Brasil de modo geral, se constitui como um desafio. Comparar as duas iniciativas, dadas as devidas proporções, permite afirmar que a educomunicação deve ser uma estratégia expandida para além de projetos pontuais.

Se neste início de século verificamos a dimensão extraordinária da presença tecnológica na vida das pessoas, promovendo uma mediação das relações humanas e de construção do conhecimento, devemos nos debruçar sobre as sociabilidades que elas tem estimulado a se processarem. Neste sentido, a construção de uma nova estrutura social – que tem por base uma educação formadora de indivíduos conscientes e uma comunicação, de fato, democrática – passa também pela utilização da tecnologia como elemento essencial.

Sobre isto, Martín-Barbero (1986) pontua que o advento das novas tecnologias possibilita transformar toda a prática da comunicação social, mudança esta que, por extensão, envolveria os currículos escolares, as instituições educacionais formadoras dos profissionais, os projetos desenvolvidos nos cursos, os sindicatos e mesmo o exercício prático das profissões. Isto teria reflexo na cultura, na livre expressão, na defesa dos interesses e direitos humanos.

Diante disto, a experiência com a produção de conteúdo disseminado pelas edições impressas do Carrapicho e atualmente com o Carrapicho Virtual só reafirma a necessidade da mídia livre se fortalecer como instrumento de promoção da cultura e da consciência política frente ao monopólio dos meios de comunicação no Brasil, podendo ser apontadas como experiências educacionais. Isto porque, tomando por base o que descreve Soares (2003), se configura como uma experiência que contempla as duas áreas (educação e comunicação), há uma relação entre a teoria e a prática, há uma intervenção social e uma reflexão sobre esta prática.

Nesse contexto de constante mutação, o atrativo da tecnologia deve ser tomado como motivo maior de envolvimento da juventude e a partir disso criar os ecossistemas comunicativos, considerando que, de acordo com Moreira (2018, p. 263):

é justamente desse potencial das novas tecnologias junto aos segmentos juvenis que vêm os sinais de alento mais significativos. Quase todas as experiências de superação dos dilemas e conflitos da juventude nos sertões contemporâneos hoje passam pelo uso inovador das tecnologias da informação.

Na existência do ecossistema comunicativo, esses/as jovens tornam-se sujeitos de seus anseios, dos problemas coletivos, da busca por soluções, começando pelo universo do lugar onde vivem, sem perder de vista todo o contexto onde estão inseridos/as, seja a comunidade, o bairro, o município, porém se propondo a enxergar a região, o país, a sociedade.

Com forte tendência à regionalização dos conteúdos, o Carrapicho se estabelece como um canal de mídia livre e conquista seu público que gosta de ser a notícia, que sente-se contemplado ao ver sua realidade (positiva ou negativa) sendo exaltada ou denunciada em uma canal midiático capaz de dialogar com o mundo inteiro através da rede mundial de computadores. Isso nada mais é do que a promoção de uma proposta de educação contextualizada assumida por sujeitos fora da escola, ao tempo em que se vivencia uma prática educacionais no ambiental não formal.

Em todo o Brasil existem muitas experiências positivas que comprovam a viabilidade de experiências como essas do Carrapicho Virtual. Esta pesquisa, no entanto, apresenta a novidade de se voltar para o Semiárido brasileiro, com o recorte do

campo, e com o foco na juventude que passa a se apropriar de meios de comunicação como o celular e a internet. O reconhecimento da importância desse projeto na vida desse grupo de em média 20 jovens levou a escola Manoel Nunes Amorim a acolher uma proposta de realização de encontros com as/os estudantes, tendo a educomunicação como estratégia pedagógica.

A intervenção por sua vez rendeu alguns pontos, não apenas para análise, mas, estrategicamente, em nível de proposições. Considerando que no município de Juazeiro ainda não existem políticas públicas voltadas para educomunicação, sugerimos que esta pesquisa, somada as outras tantas já desenvolvidas localmente nessa direção, sirva de base para a criação de ações concretas a serem elaboradas e implementadas pelo poder público municipal, seja via Secretaria de Educação ou outros órgãos afins.

Temos visto pouco ou nenhum investimentos por parte dos governos municipais no que tange a experiências desta natureza ou situações como o projeto “Nas ondas do saber”, da Secretaria de Educação de Juazeiro – BA, já citado nessa pesquisa. Aliado a isso, alguns programas dos governos estadual ou federal são executados de forma a cumprir metas, sem que haja uma eficiência e mesmo uma coerência entre a proposta e a prática, como ocorre na maioria das escolas que possuem o Programa Mais Educação. A finalidade educativa, ou até educacional, posta em muitos desses casos não se efetivam, havendo uma deturpação da proposta dos mesmos, por desconhecimento, ou simplesmente, um descaso com tais projetos, pela ausência de compromisso.

Mas vale lembrar referências positivas sendo desenvolvidas no âmbito da educação pública em outros estados. Ao pesquisar o novo cenário de convergência das mídias e sua relação com a educação, Gavassa (2016) cita que em São Paulo estudos recentes vem apontando que temas específicos ligados a essa área já começam a fazer parte da rede municipal de ensino. Como exemplo ela cita temas como inteligência coletiva, múltiplas competências, cibercultura incorporados a partir de programas como “Informática Educativa” e “Nas ondas do Rádio”. Para a pesquisadora esses programas dão ênfase aos “processos para o desenvolvimento de competências de Informação e Comunicação e ao protagonismo Infanto-Juvenil”. (GAVASSA, 2016, p 73).

Reafirmamos, por fim, a educomunicação como um campo prático-teórico do qual a educação contextualizada é algo inerente. Apostamos nessa estratégia de formação cidadã como algo mais do que necessário no espaço de educação formal e não formal, observando as devidas especificidades. Nos propusemos, sobretudo, a observar a experiência do Carrapicho Virtual, enxergando-a como um ponto de conexão de uma rede que se sustenta nas mentes e dedos de uma juventude sedenta por uma revolução popular moderna.

A proposta de intervenção buscou contagiar outros/as jovens, estes pouco instigados em seu cotidiano escolar, mas visivelmente abertos/as ao novo. Prova disto, foi que, já concluindo a revisão final da escrita da dissertação, recebi, via *WhatsApp*, uma mensagem de um dos estudantes que participou da intervenção na escola. Emerson Henrique de Lima Gomes, o menino que se destacou na produção das histórias em quadrinhos, perguntou o que precisaria fazer para entrar no Carrapicho. Acredito que a manifestação do adolescente é fruto tanto das provocações durante os encontros na escola quanto da oportunidade do mesmo ter prestigiado o Reis de Boi e Samba de Véio realizado pelo Carrapicho no último final de semana, evento este que está sendo bastante elogiado pela comunidade. Emerson passará a integrar a segunda geração do Carrapicho.

O mergulho nessas duas realidades rendeu constatações e dúvidas que tentei externar até aqui, mas com certeza ficam ainda indagações a serem trabalhadas no caminhar da vida acadêmica. Mas é preciso dizer que deste desafio de pesquisar a própria experiência fica a certeza de que a educomunicação é um caminho sem volta.

9. REFERÊNCIAS

ADORNO, T.W. **A indústria cultural**. In: COHN, Gabriel. **Comunicação e Indústria Cultural**. Ed. Nacional. São Paulo, 1973.

AMARAL, Roberto. Controle das eleições e informação: o papel dos meios de comunicação de massa. In: **Revista Comunicação e Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cebela, 2000.

ARAÚJO, Emanuel. Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais. In: DEL PRIORY, Mary. (Org.). **Revisão do Paraíso**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BACKES, José Licínio. **Os conceitos de multiculturalismo/interculturalidade e Gênero e a resignificação do currículo da educação básica**. Quæstio, Sorocaba, SP, 2013.

BALTAR, Marcos. **A Rádio Escolar: uma experiência de letramento midiático**. São Paulo: Cortez, 2012.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Trad. Lucie Didio. Brasília: Plano Editora, 2004.

BARROS, Edonilce da Rocha. **Pequenos produtores frente a novas condições de (re)produção no Vale do Salitre (Bahia)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1992.

BARROSO, José Antônio Gabelas. Cenários virtuais, cultura juvenil e educomunicação 2.0. In: APARICI, Roberto (Org.). **Educomunicação: para além do 2.0**. São Paulo: Paulinas, 2014.

BELTRÃO, Luiz; QUIRINO, Newton de Oliveira. **Subsídios para uma teoria da comunicação de massa**. São Paulo: Summus, 1986.

BENJAMIM, Roberto. Comunicação Rural. In SILVA, Roberto P. de Queiroz e (coord./Intercom). **Temas básicos em comunicação**. Ed Paulinas. São Paulo, 1983

BERGER, Manfredo. **Educação e Dependência**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1980.

BOLAÑO, César. **Indústria cultural: informação e capitalismo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 2000

BORDENAVE, Diaz E. Juan. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRAGA, Denise Bértoli. Ambientes digitais: reflexões teóricas e práticas. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é o método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

Cartilha dos 20 Anos do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA. Ano: 2011

CAIAFA, Janice; ELHAJJI, Mohammed (Orgs). **Comunicação e sociabilidade:** cenários contemporâneos. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CAMINHAR JUNTOS – Jornal da Diocese de Juazeiro – 1984.

CITELLI, A. O; COSTA, M. C. C. (Orgs). **Educomunicação:** construindo uma nova párea de conhecimento. São Paulo: Paulinas, 2011.

CORTELLA, Mario Sergio. A contribuição da Educação não-formal para a construção da Cidadania. In: SIMSON, Olga von et alii. (Org.). *Visões Singulares, Conversas Plurais*. 1ª ed. São Paulo: Itaú Cultural/Unesco, 2007

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

Diagnóstico Integrado da Bacia do Rio Salitre. Governo do Estado da Bahia. Salvador, 2011.

DOWBOR, Ladislau *et al.* **Desafios da Comunicação**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FADUL, Anamaria. Decadência da Cultura Regional: a influência do Rádio e da Tv. In MELO, José Marques de (coord.). **Comunicação/Incomunicação no Brasil**. Ed Loyola, São Paulo, 1976.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Extensão ou comunicação?** 15ª ed. São Paulo : Editora Paz e Terra, 2011.

_____. A Comunicação na Pedagogia de Paulo Freire. In: MELO, José Marques de. **Teorias da Comunicação:** paradigmas latino-americanos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

GAIA, Rossana Viana. *Educomunicação e mídias*. Maceió: EdUfal, 2001.

GIL, Antônio Carlos. (2012). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social**. Atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

GOMES, Pedro Gilberto. **Comunicação social**: filosofia, ética e política. São Leopoldo: Unsinos, 1997.

GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. **Opara**: formação histórica e social do submédio são Francisco. Juazeiro: Eletrônica, 1997

GUARESCHI, Pedrinho A. (Coord.). **Comunicação e controle social**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. 2ª edição. São Paulo. Aleph, 2010.

JESUS, Antônio Carlos de. Educação e novas tecnologias. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). **Comunicação e educação**: caminhos cruzados. São Paulo: Loyola, 1986. p. 334-337.

KAPLÚN, Mario. **Una pedagogia de la comunicación**. Madrid: Ediciones de la Torre, 1998.

_____. **Significados do letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2001

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação**. Brasília: Liber Livro Editora, 2006.

_____. **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação**. 2 ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2010.

MACHADO, Eduardo Paes (Coord.). **Poder e participação política no campo**. São Paulo: Cerifa, 1987.

MARQUES, Paulo César Pedroza. **Educação, comunicação e práxis**: desafios e possibilidades de uma formação educacional. UNEB: Juazeiro, 2018.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Por uma outra comunicação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 63 - 69.

_____. Desafios culturais: da comunicação à educomunicação. In: CITELLI, A. O; COSTA, M. C. C. (Orgs). **Educomunicação**: construindo uma nova párea de conhecimento. São Paulo: Paulinas, 2011. p 121-134.

MELO, José Marques de. **Teoria da comunicação**: paradigmas latino-americanos. Petrópolis: Vozes, 1998.

MORAES, Dênis de (Orgs). **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

MOREIRA, Gislene. **Sertões contemporâneos: rupturas e continuidades no semiárido**. Salvador: Eduneb; Edufba, 2018.

MORIN, André. **Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropologia renovada**. Trad. Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

OLIVEIRA, Adelson Dias. **Juventude Rural: constituição dos processos identitários**. Petrolina – PE: IF Sertão Pernambucano, 2012.

PENIDO, Anna. **Educação pela comunicação**. In: Caderno preparatório para a 1ª Conferência de Comunicação Social da Bahia. Salvador: Egba, 2008.

PEREIRA JUNIOR, A. V. **Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo**. 4. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

PFROMM NETTO, Samuel. **Comunicação de massa: natureza, modelos, imagens**. São Paulo: Pioneira, Editora da USP, 1972.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Observação participante e pesquisa-ação. In: DUARTE, Jorge e BARROS, Antônio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2008. p. 125 - 144.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010

RAMONET, Ignacio. O poder midiático. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Por uma outra comunicação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

REIS, Ana Maria Bianchi dos. **Salitre: Uma contribuição para a análise da produção camponesa**. Tese de Doutorado. Salvador, 1986.

REIS, E. S.; CARVALHO, L. D; NÓBREGA, L.. (Org.). **Educação e Convivência com o Semiárido: Reflexão por dentro da UNEB**. 01 ed. Juazeiro: NEPEC-SAB, 2011.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento; Justificando, 2017.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3ª edição. E Cortez. Vol 4, 2010.

SANTOS, Juracy Marques dos. **Educação Descontextualizada: desexplicando as explicações**. In: REIS, Edmerson dos Santos e PINZOH, Josemar Martins (Orgs). O paradigma cultural: interfaces e conexões. Curitiba, PR: CRV, 2016.

SANTOS, Milton. **O espaço da cidadania e outras reflexões**. Porto Alegre: Fundação Wlysses Guimarães, 2011.

SCHAUM, Ângela. **Educomunicação: reflexões e princípios**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SERPA, Angelo. **Lugar e mídia**. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, Érica Daiane da Costa. **A Comunicação e as lutas pela água no Vale do Salitre**. Monografia de graduação em Comunicação Social. Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Juazeiro - BA, 2010.

_____. **Da passadeira ao canal de concreto**: a agricultura e as mudanças no modo de vida da população do Vale do Salitre – Juazeiro-BA. Monografia. Universidade de Pernambuco – UPE. Petrolina – PE, 2013.

_____. **Da Indústria da Seca ao Desenvolvimento (In)Sustentável**: a construção de um novo estereótipo do Semiárido. PPGESA/UNEB, 2016.

SILVA, José de Souza. **Aridez Mental, problema maior: contextualizar a educação para construir o dia depois do desenvolvimento**, no semiárido brasileiro. Seminário Nacional sobre Educação Contextualizada para a Convivência com o Semi-Árido Brasileiro. Campina Grande-PB, 2010.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Sociedade da informação ou da comunicação?** São Paulo: Cidade Nova, 1996.

_____, Ismar de Oliveira. **Educomunicação**: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do Ensino Médio. São Paulo: Paulinas, 2011.

_____. Educomunicação e cidadania: a construção de um campo a partir da prática social. In: PERUZZO, Cicilia Maria Krohling e ALMEIDA, Fernando Ferreira de (Org.). **Comunicação para a cidadania**. São Paulo: INTERCOM, 2003.

SOARES, I. O; FLEURI, R. M; CÂMARA, D. H. **Juventude e dominação cultural**. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

SPIX, Von e MARTIUS Von. **Através da Bahia**. 4ª ed. ALBA: Salvador – BA, 2016.

THOMAZI, Claudia. **Salitre - história, cultura, vida e conflitos**: uma breve análise sobre o advento da irrigação e a expropriação camponesa. Monografia de graduação em Geografia. Universidade de Pernambuco – UPE. Petrolina - PE, 2010.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 6. ed. aum. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2011

_____. **Metodologia da pesquisa-ação**. 14. ed. aum. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.** Petrópolis: Vozes, 1998.

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana.** 2 ed. Ijuí: Unijuí, 2013.

WEBER, M. H; BENTZ, I; HOHLFELDT, A. **Tensões e objetos da pesquisa em comunicação.** Porto Alegre: Sulina, 2002.

DOCUMENTOS DE ACESSO EXCLUSIVO EM MEIO ELETRÔNICO

DANTAS, Marcos. **Economia política da informação e comunicação em tempos de internet:** revisitando a teoria do valor nas redes e no espetáculo. Rio de Janeiro: Liinc em Revista, 2012. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3356>. Acesso em 17 nov 2018.

GAVASSA, R. C. F. B. A produção de mídia na escola: espaços de colaboração. In: In: SOARES, I. O; VIANA, C. E; XAVIER, J. B. (Orgs). **Educomunicação e Alfabetização midiática [recurso eletrônico]:** conceitos, práticas e interlocuções. São Paulo: ABPEducom, 2016 (ebook). Disponível em: https://issuu.com/abpeducom/docs/livro_4-_final. Acesso em 03 jan 2019.

LE GRAND, J-L. **Implexité:** implications et complexité. 2006. Disponível em: <http://www.barbier-rd.nom.fr>. Acesso em 30 nov 2017.

MARTINS, Josemar da Silva. **Anotações em torno do conceito de educação para a convivência com o Semiárido.** Disponível em: <http://ppgesa.uneb.br/wp-content/uploads/2017/07/Anota%C3%A7%C3%B5es-em-torno-doconceito-de-ECSA.pdf>Acesso em 16 dez 2017.

MOREIRA, M.C e NASCIMENTO, N. S. M. **Letramento digital e cultura tecnológica:** uma apropriação escolar urgente. Disponível em <http://www.poscritica.uneb.br/revistaponti/arquivos/volume2-n2/7.LETRAMENTO-DIGITAL-E-CULTURA-revistaponti-vol2-n2.pdf>. Acesso em 06 dez 2017.

NORONHA, Isabelle de Luna Alencar. **As práticas educativas da fundação casa grande memorial do homem kariri.** 1992-2008. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/430.pdf>. Acesso 19 nov 2018.

PERUZZO. Cicilia Maria Krohling. **Comunicação Comunitária e Educação para a Cidadania** Disponível em: <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/48.pdf>. Acesso em: 15 dez 2017.

REIS, M. N; ANDRADE, M. F. F. **O pensamento decolonial:** análise, desafios e perspectivas. Revista espaço acadêmico, 2018. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:eOip5wL3a0cJ:periodicos>.

uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/41070/21945+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em 05 dez 2018.

SANTOS, Cosme B. dos. **Letramento e comunicação intercultural: o ensino e a formação do alfabetizador no semi-árido baiano.** Disponível em: <http://www.ppgesa.uneb.br/arquivos/Letramento.pdf>. Acesso em 01 out 2013.

SCHISTEK, Haroldo. **Formação Histórico-Geográfico do Semi-Árido brasileiro.** Disponível em: <http://www.irpaa.org/publicacoes/artigos/histsemi-arido10-09.mini.pdf>. Acesso em 15 de dezembro de 2017.

SILVA, Luiz Almacks. **Bacia Hidrográfica do Rio Salitre, Afluente do rio São Francisco.** < http://issuu.com/aguasdobrasil/docs/revista_aguas_do_brasil_6>. Acesso em 03 de junho de 2013.

SILVA, Érica Daiane da Costa. **Educomunicação: um campo essencial na construção de uma nova sociedade** Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/anaiscovale/article/view/1157>. Acesso em 08 dez 2017.

SILVA, Érica Daiane da Costa; SILVA, Karine Pereira da. SILVA. **Radiodifusão Comunitária no Território Sertão do São Francisco.** Juazeiro/BA: Revista ComSertões/Uneb, 2015. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/comsertoes/article/view/1631>. Acesso em 21 jan 2019.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educação midiática e políticas públicas: vertentes históricas da emergência da educomunicação na América Latina. In: SOARES, I. O; VIANA, C. E; XAVIER, J. B. (Orgs). **Anais Do V Encontro Brasileiro de Educomunicação: educação midiática e políticas públicas.** São Paulo: ABPEducom, 2014 (ebook). Disponível em: https://issuu.com/abpeducom/docs/anais_v_encontro_educomunicacao_abp. Acesso em 03 jan 2019.

_____. **Comunicação/educação: emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais.** Disponível em: <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/140.pdf>. Acesso em: 16 de dez. de 2017.

SOUZA, Michelle Cristine Laudilio de. **A rádio escola educacional: uma alternativa para a contextualização da educação e a convivência com o semiárido.** Juazeiro (BA): PPGESA/UNEB, 2016. Disponível em: <http://ppgesa.uneb.br/wp-content/uploads/2016/08/Michelle-Cristine-Laudilio-de-Souza.pdf> Acesso em 05 jan 2019.

TELES, Edilane Carvalho. **As mediações e os processos educacionais em tempos acelerados: os desafios da formação e do trabalho docente.** Intercom. Curitiba (PR), 2017. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-2224-1.pdf>. Acesso em 01 de jun de 2018.

ANEXO

ANEXO A – CARTAZ PROJETO CARRAPICHO VIRTUAL

Projeto
Carrapicho 
 VIRTUAL

Oficinas de Comunicação
 +
Cinema Popular

Vai ter cinema na sua comunidade!

Goiabeira 23 ABRIL	Alfavaca 07 MAIO	Baraúna 08 MAIO	Curral Novo 14 MAIO
---------------------------------	-------------------------------	------------------------------	----------------------------------

Não percam!



OUTRA PARADA
 PRÊMIO DE INOVAÇÃO COMUNITÁRIA

Realização

BrazilFoundation Polen Instituto Cultural UAS